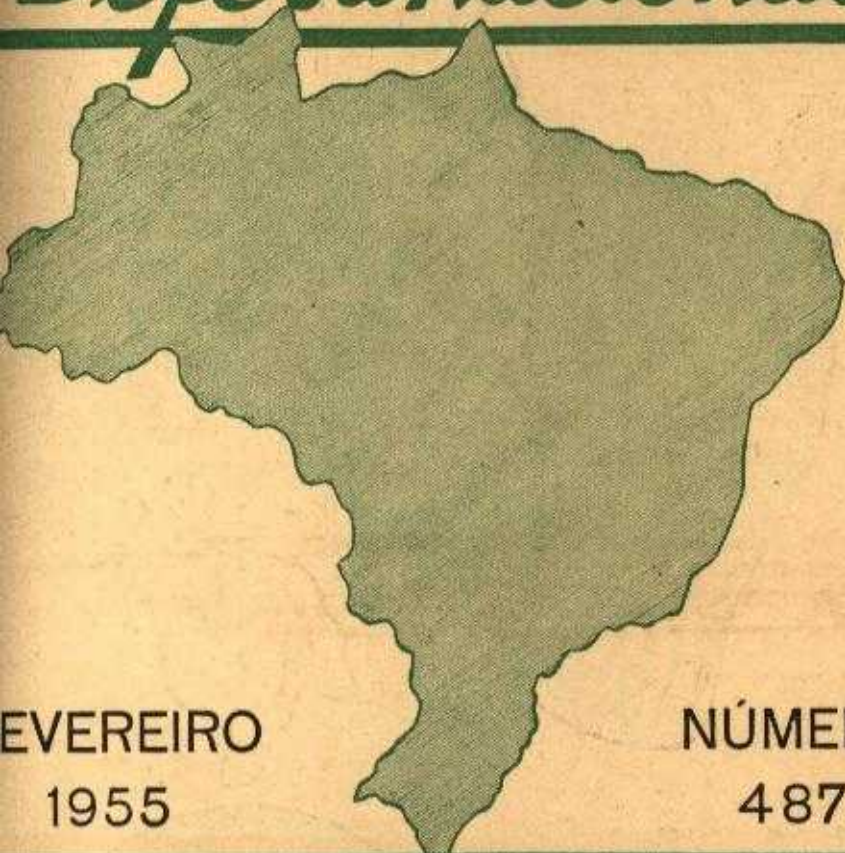


Defesa Nacional



EVEREIRO
1955

NÚMERO
487

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOAO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

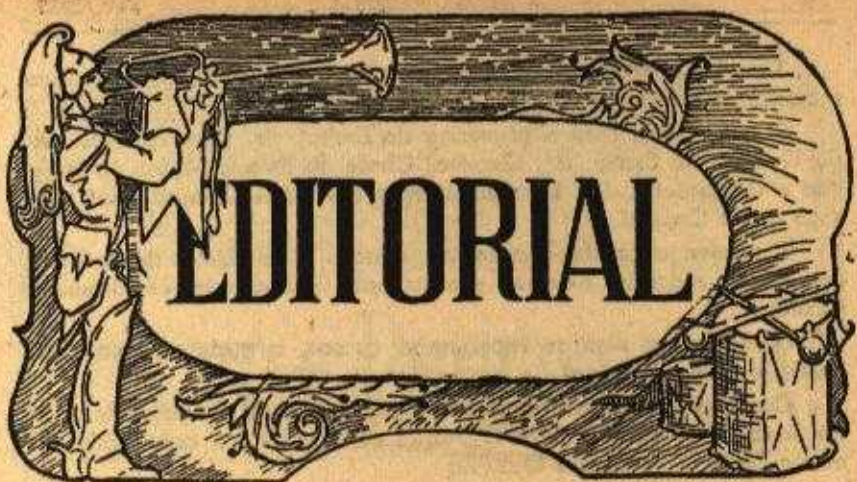
Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1955

N. 487

SUMÁRIO

	Página
Editorial	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Normas — Padrões de Ação — Cel. Manoel Joaquim Guedes	5
Os carros de combate em operações de Montanha — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller	17
Operações Anfíbias — Maj. Tácito Teófilo	27
Fichas de Instrução — Cap. Carlos A. Figueiredo	33
As Atividades do Serviço Especial — Cap. Virgílio Velga	39
Fotografia Aérea — 1º Ten. Manoel Luiz da Silva Osório	41
Lembretes Equestres — 1º Ten. Álvaro M. Goulart Filho	47
CULTURA GERAL	
Problemas do Desenvolvimento Econômico — Prof. Arthur E. Burns	55
Economia Nacional — Maj. Manoel B. Mala	63
O Comunismo ameaça a América Latina ? — Trad. do Major Fernando Allah Moreira Barbosa	67
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Espionagem e Incursoes Paragualas no Mato Grosso, antes da Guerra — Gen. Silveira de Mello	75
Geopolítica Boliviana — Maj. Zair F. Moreira	83
O Estudo da Geografia — Maj. Rui Alencar Nogueira	91
DIVERSOS	
O Problema da Eletricidade — Odilon C. Andrade	93
O Código de Justiça Militar Argentino — Gen. Niso Viana Montezuma	101
Impressões do Passado — O H.C.E. — Cap. P.J. Busato	111
NOTÍCIAS DIVERSAS (Redação)	113
ATOS OFICIAIS	117



FIM DE MISSÃO

Eleita para o triênio 1952-1954, a atual Diretoria de "A Defesa Nacional" termina o seu mandato neste mês de fevereiro de 1955.

Novos homens, escolhidos pelos sócios desta tradicional Sociedade, deverão assumir a responsabilidade de seus destinos.

É possível que tragam novas idéias, capazes de melhorar ainda mais, no fundo e na forma, a nossa querida Revista e de expandirem as demais atividades da Sociedade.

Uma vantagem já pode ser considerada como obtida pela nova Diretoria.

Funcionará em instalações condignas, reformado que foi, no plano geral de remodelação da Ala Visconde da Gávea, do Quartel-General, o velho e quase imprestável sótão em que exercíamos a nossa atividade.

Ali trabalhamos, durante estes três anos, quase sem luz e sem ar, mas com a alma forrada de idealismo.

Recebemos o archote e passâmo-lo adiante com a convicção do dever cumprido.

Entre outros deveres de que nos orgulhamos, contam-se as comemorações do quadragésimo aniversário de fundação de nossa Revista.

A esse ensejo, reunimos, em nossa redação, os dignos sócios fundadores, sobreviventes dessa batalha em prol da cultura profissional e geral da digna oficialidade do Exército, na qual já tantos pereceram.

Aqueles prestamos carinhosa manifestação e a estes as nossas mais sinceras homenagens.

O ato contou com a presença do Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, do Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército e da maioria dos Excelentíssimos Senhores Generais em serviço nesta Capital.

A presença prestigiosa de todos esses altos chefes do Exército em nossa redação deu-nos alento para prosseguirmos a nossa missão.

Dêles, aliás, sempre recebemos, gratos, a mais alta compreensão e ajuda material.

Comemoramos também, condignamente, o sesquicentenário do nascimento do inolvidável Duque de Caxias e o centenário da morte da heroína Maria Quitéria.

Cultuamos a memória de todos os grandes vultos militares do passado e exaltamos, em tôdas as oportunidades, os símbolos e valores nacionais.

Mantivemos alta dose de brasilidade em todos os nossos escritos e elevado padrão ético em tôdas as nossas atividades.

Abrigamos em nossas colunas toda a matéria de interesse para o aperfeiçoamento da estudiosa oficialidade que integra os quadros do Exército e só lamentamos, pela escassez de recursos, não poder retribuí-la pecuniariamente à altura dos seus méritos.

No momento em que passamos o bastão a outrem, prestamos a nossa derradeira homenagem à memória do nosso inesquecível companheiro de Diretoria, o Excelentíssimo Sr. General Antônio de Castro Nascimento, tombado prematuramente no seu posto de serviço.

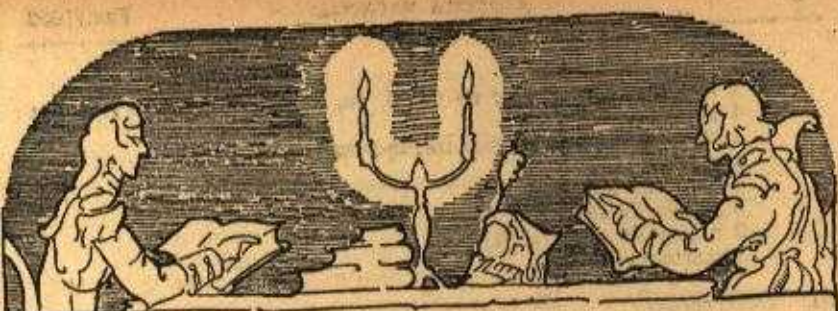
Agradecemos aos Excelentíssimos Senhores Generais que passaram pelo Ministério da Guerra, nestes três anos, e bem assim aos Excelentíssimos Senhores Generais que ocuparam a Secretaria da Guerra, o apoio material que nos prestaram.

Aos senhores oficiais que nos honraram com as suas assinaturas, o nosso reconhecimento, particularmente àqueles que, além disso, prestigiaram-nos com as suas colaborações.

Aos senhores anunciantes que nos distinguiram com a sua preferência, o nosso muito obrigado.

Ao esforçado pessoal da Imprensa Militar e aos nossos dignos companheiros de redação, os artífices anônimos porém infatigáveis da feitura material de nossa revista e, mais do que isso, amigos de tôdas as horas e de todos os dias, um fraternal abraço e profunda gratidão.

Finalmente, resta-nos desejar à novel Diretoria de "A Defesa Nacional" os nossos melhores e sinceros votos de felicidades.



CULTURA PROFISSIONAL

NORMAS - PADRÕES DE AÇÃO

Cel. MANOEL JOAQUIM GUEDES

13 - CARREGAMENTO DE VIATURAS (Continuação)

2 - VIATURA MUNIÇÃO PARA AS CIAS. DE FUZILEIROS E ESQUADRÕES DE FUZILEIROS

(3 animais; Capacidade útil 550 kg)

(a) *Discriminação do Material e do Pessoal a Transportar:*

I) *Guarnição — (1):*

Cmt. Cabo Armeiro (5);
1 Soldado Condutor.

II) *Carga — (2) e (3):*

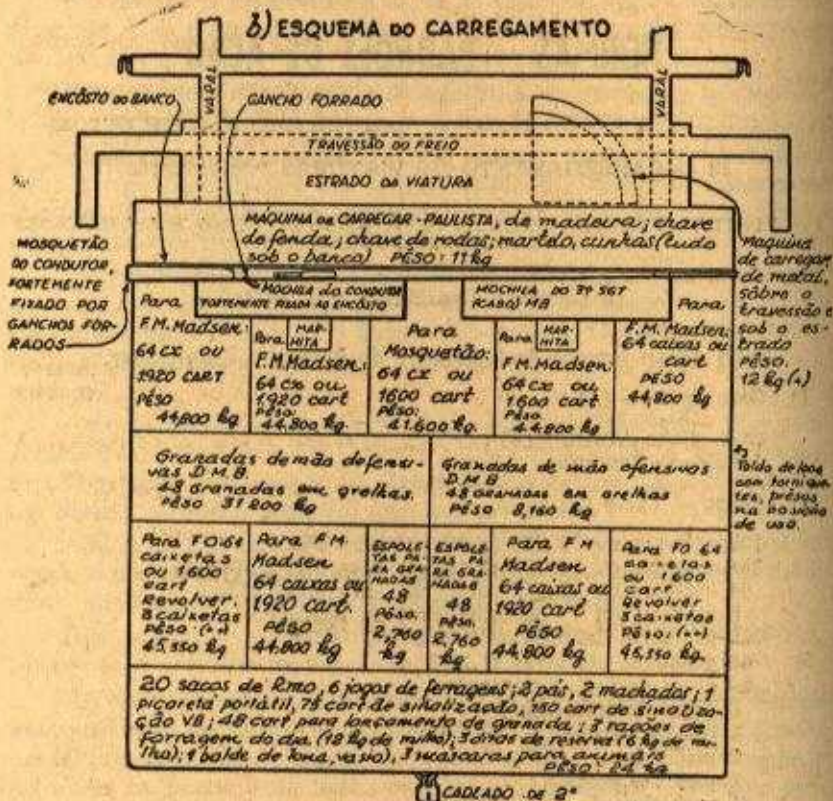
128 caixetas ou 3.200 cartuchos para Fuzil;
384 caixetas ou 11.520 cartuchos para M.F. Madsen;
64 caixetas ou 1.600 cartuchos para Mosquetão;
6 caixetas ou 300 cartuchos de Revólver;
48 granadas defensivas D.M.B.;
48 granadas ofensivas D.M.B.;
20 sacos de remuniamento;
6 jogos de ferragens;
2 pás de parque;
2 machados;
1 picareta portátil;
75 cartuchos de sinalização;
150 cartuchos de sinalização V.B.;
48 cartuchos para lançamento de granada;

- 1 chave de fenda ;
1 máquina de carregar de metal, ou, eventualmente, de madeira ;
1 chave de roda ;
1 tóldo de lona v.o. com torniquetes ;
1 cadeado de 2" ;
1 balde de lona v.o. ;
3 rações de forragem do dia (4) ;
3 rações de reserva (4) ;
1 martelo e cunhas.

III) Observações :

- (1) Quando o T. C. marcha reunido, nela vai o 1º Sgt. ;
- (2) Distribuição da carga em quadro anexo ;
- (3) Peso carregada : 481,980 kg ;
- (4) Dotação em quadro à parte ;
- (5) No Esquadrão de Fuzileiros é o 3º Sgt. Mat. Bélico.

(b) Esquema do carregamento:



NOTA — Vide observação à página seguinte.

(*) A máquina de carregar, no caso de ser de metal, deverá ser colocada conforme esquema, sob o estrado da boiêta, apoiada no travessão do freio e fortemente presa a este por correntes.

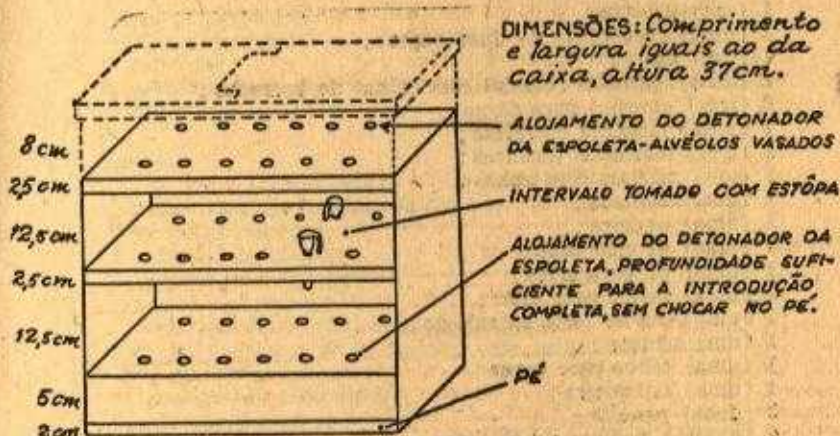
(**) Três (3) caixetas ou 150 tiros

(c) Observações sobre o carregamento :

a), b), c), d), e), f), g), h) :

Como para as viaturas das Cias. de Metralhadoras.

- i) As grelhas para as granadas deverão ter o comprimento e a largura iguais aos da Caixa, sendo que para as granadas defensivas deverão ter 10,5 m de altura e as ofensivas 9 m; cada grelha terá 16 alvéolos cujos diâmetros são, para as granadas defensivas de 4,5 m e para as ofensivas de 4,3 m.
- j) As grelhas para espoletas de granadas de mão obedecerão ao esquema abaixo :



Observações :

- (1) Sobre as espoletas superiores, deverá ser disposta uma camada de estopa, a fim de que elas se mantenham bem fixas em seus alojamentos;
- (2) Cuidado! Em hipótese alguma, retirar o grampo de segurança de transporte;
- (3) O manuseio deste material requer treinamento especial.

3 — VIATURA COZINHA (Último modelo — 4 animais)

(Aditamento ao Bol. Reg. n. 294, de 30-XII-948)

(a) Discriminação do Material e do Pessoal :

I) Guarnição :

- 1 Cabo do Rancho (1);
- 2 Soldados Condutores (2);
- 2 Soldados Cozinheiros (3).

II) Carga — (4) :

- 1 (um) alicate;
- 1 (um) alfange;
- 1 (uma) almofada de lona;
- 2 (dois) baldes de lona verde oliva;
- 4 (quatro) cadeados de 2";

- 2 (duas) cordas de 12,70 x 10.000 mm ;
- 3 (três) canecas de folha de flandres ;
- 2 (dois) coadores de pelúcia ;
- 1 (uma) correia de couro com fivela de 25 x 360 mm ;
- 1 (uma) idem, idem, de 25 x 1.600 mm ;
- 1 (uma) idem, idem, de 25 x 960 mm ;
- 5 (cinco) idem, idem, de 25 x 300 mm ;
- 1 (uma) cruzeta de couro com duas fivelas ;
- 2 (duas) idem, idem, com uma fivela ;
- 1 (uma) concha de ferro estanhado ;
- 1 (uma) chave de roda ;
- 1 (um) cutelo ;
- 1 (uma) chegadeira ;
- 1 (um) espetão ;
- 1 (uma) faca (jogo de duas peças) ;
- 1 (um) garfo ;
- 2 (duas) garrafas brancas com rolhas de borracha ;
- 3 (três) ganchos para carne ;
- 1 (uma) lanterna completa ;
- 3 (três) marmitas térmicas ;
- 1 (um) martelo com unhas ;
- 1 (um) machado ;
- 1 (uma) peneira ;
- 1 (uma) pá com cabo ;
- 1 (uma) pá para arroz ;
- 1 (uma) pedra para afiar ;
- 1 (uma) pia de ferro estanhado ;
- 1 (um) serrote ;
- 1 (uma) tábua para carne ;
- 1 (uma) talhadeira ;
- 2 (duas) panelas ;
- 4 (quatro) panelas de 80 litros ;
- 1 (um) depósito de lenha ;
- 2 (dois) depósitos de víveres ;
- 4 (quatro) jogos de ferragem ;
- 4 (quatro) rações de forragem do dia (5) ;
- 4 (quatro) rações de forragem de reserva (5) ;
- 5 (cinco) mochilas e 5 (cinco) mosquetões da equipe ;
- 1 (uma) picareta com cabo.

III) Pêso :

Tara	480 kg
Carga (inclusive condutor e ajudante)	400 kg
	<hr/>
	880 kg

IV) Observações :

- (1) Em tempo de paz não existe o cabo ; na Cia. de Fuzileiros e no Esquadrão de Fuzileiros é sempre inexistente ;
- (2) Um dos condutores vai à frente, segurando os animais ;
- (3) Um dos cozinheiros controla o freio do carro ;
- (4) O carregamento da viatura será feito dispondo-se as peças nos seus alojamentos e suportes apropriados. As mochilas serão conduzidas : 3 (três) no encosto do banco, conforme o da viatura de munição, justapostas. As outras duas na parte posterior do avant-trem, presas às grades, pelo lado de fora, todas com a marmita para trás. O mosquetão do condutor da boléia

vai preso, por ganchos forrados, ao encosto do banco, como o da viatura Munição. Os dos demais homens da equipe são conduzidos a tiracolo;

- (5) Tabela de dotação em anexo;
- (6) Para o transporte, a chaminé da Cozinha deverá estar baixada, exceto se esta estiver funcionando.

4 — VIATURA ARQUIVO E BAGAGEM

(Aditamento ao Bol. Reg. n. 294, de 30-XII-949)

I) Guarnições :

Cmt. 1º sargento ;
3º Sargento furriel ;
1 condutor ;
1 sapateiro-correio ;
1 ordenança .

II) Carga :

1 caixa impermeável do arquivo ;
5 malas de bagagem (2) ;
4 barracas de oficiais ;
1 barraca de 10 praças ;
5 camas de campanha ;
1 mesa grande de campanha, com cavalete ;
2 mesas pequenas de campanha, com cavalete ;
5 bancos de campanha ;
5 lampeões de campanha ;
3 jogos de ferragem ;
3 rações de forragem do dia ;
3 rações de reserva ;
5 mochilas da equipe (3) e (4) ;
5 mosquetões (3) ;
Material de rancho dos oficiais, sub-tenentes e 1ºs sargentos (seis pratos e talheres completos) ;
Material contra gases : 3 máscaras para animais .

III) Observações :

- (1) Inexistente na Cia. de Fuzileiros e no Esquadrão de Fuzileiros ;
- (2) A dotação da mala de bagagem é a seguinte :

Uma por oficial subalterno, subtenente e 1º sargento ; duas por oficial superior ou capitão ; quatro por general.
Cada mala terá as seguintes dimensões 0,70 x 0,38 x 0,33.

O material a transportar é o seguinte :

1 par de borzeguins de campanha ; 1 túnica ; 1 camisa de campanha ; 1 calça de campanha, tudo v.o. ; camisas, cuecas, lenços, meias ; estôjo de costura ; saco impermeável de roupa ; barbante ; material para correspondência (tinteiro de viagem, papel, caneta, etc.) ; medicamentos de emergência. Sobre isso, lâmpada elétrica ; gorro sem pala, estôjo de toalete (sabão, escôva de dentes, pasta, estôjo de barba, tesourinha de unhas, etc.) ; toalha de rosto.
No exterior da mala, presos por meio de correia : o capacete de aço e o capote v.o.

- (3) Na Cia. de Metralhadoras são 6 ;
 (4) As mochilas dos atiradores e municionadores serão transportadas em viaturas de requisição ;
 (5) O carregamento desta viatura será feito do seguinte modo :
 A caixa impermeável (cofre de madeira) do arquivo, as 5 malas de bagagens e as mochilas da equipe serão dispostas na parte da frente da viatura.
 As camas de campanha (fechadas), lonas de barracas de oficiais, dos subtenentes, do 1º sargento, de 10 praças e tábuas e cavaletes das mesas, empilhados ordenadamente, no centro, à esquerda.
 Os páus e as cordas das barracas, no centro à direita.
 As ferragens e o material do rancho de oficiais em caixas separadas, à direita, da parte posterior da viatura e as forragens, separadas as do dia (12 kg de milho) das de reserva (6 kg de milho), na parte posterior à esquerda.
 O mosquetão do condutor fixo à armação do tóldo, lado esquerdo, interno.
 Os lampeões de campanha, presos à armação do tóldo, lado direito com a base o mais possível imobilizada por cordões.
 Os mosquetões dos demais homens a tiracolo.

IV) Pêso da Viatura :

Tara	450 kg
Carga (máxima)	700 kg
	<hr/>
	1.500 kg

5 - VIATURAS VIVERES E FORRAGENS (3 animais)

(Aditamento ao Bol. Reg. n. 298, de 30-XII-948)

I) Guarnição :

Subtenente ;
 Cabo condutor (1) ;
 1 condutor.

II) Carga :

- 210 (Cia. de Fzo.) ou 281 (Cia. de Mtrs.) rações de viveres do dia (2) ;
 210 ou 281 rações de viveres de reserva (2) ;
 3 rações de forragem do dia ;
 3 rações de forragem de reserva (10 kg de milho) (2) ;
 1 lata de querosene ;
 3 jogos de ferragem ;
 2 mochilas da equipe ;
 1 pá, 1 picareta, 1 machado, tudo de parque.

III) O carregamento desta viatura será feito do seguinte modo :

1. Os viveres e o milho na parte anterior da viatura, separados as rações e o milho do dia dos de reserva.
 As ferragens e a lata de querosene na parte posterior à direita.
 As duas mochilas, na parte posterior à esquerda.

O mosquetão do condutor bem fixo por malotes à armação do tóldo (parte interna), à direita ao alcance do condutor, cano voltado para trás.

O mosquetão do cabo, a tiracolo.

2. Tabela de viveres e forragens para o tempo de Guerra, em quadro à parte.

Nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, poderá, a critério do Comando ser adotada a tabela para regiões quentes.

IV) Pêso da Viatura :

Tara	500 kg
Carga (máximo) inclusive condutor	1.000 kg
	<hr/> 1.500 kg

V) Observações :

- (1) Inexistente na Cia. de Fuzileiros ;
- (2) Tabela de Dotação em anexo.

6 — VIATURA BAGAGEN E MATERIAL (3 animais)

I) Guarnição :

- 1 Soldado condutor ;
- 1 Soldado sapateiro corrieiro (1).

II) Carga — (2) :

- 4 F.M. Madsen de reserva ;
- 15 Canos de F.M. sobressalentes ;
- 1 Aparelho ótico de 10 ;
- 4 Periscópio de trincheira ;
- 2 Bandeiras ;
- 3 Bocais V.B. de reserva ;
- 3 Rações de forragem do dia (2) ;
- 3 Rações de forragem de reserva (2) ;
- 3 Jogos de ferragem ;
- 2 Mochilas da equipe ;
- 2 Mosquetões da equipe ;
- Material de limpeza de armamento ;
- Material da Oficina de Sapataria-Correaria ;
- Material contra gases ;
- Bagagens do subtenente e do 1º sargento.

III) Observações :

- (1) Inexistente na Cia. de Fuzileiros e nos Esquadrões e Seleiro-Corrieiro ;
- (2) O carregamento deverá ser feito da seguinte forma :
Os quatro F.M., os quinze canos e os bocais V.B. deverão ser acondicionados em uma caixa e colocados na parte da frente da viatura ; o aparelho ótico, os periscópios e as bandeiras, também em uma caixa forrada, à frente sobre a 1ª ; o material de limpeza, material contra gases, jogos de ferragem, em caixas separadas, a seguir. No centro da viatura, separadas, as rações de forragem do dia e de reserva.

Por último, na parte de trás, as bagagens do subtenente e 1º sargento e as mochilas da equipe.
O fuzil do condutor será prêso ao encôsto conforme indicação já dada para as outras viaturas e o do sapateiro a tiracolo.

(3) Tabela de Dotação em quadro anexo.

TABELA DE VÍVERES E FORRAGENS PARA O TEMPO DE GUERRA

(Anexo ao "Carregamento de Viaturas")

Os víveres e forragem regulamentares de que devem ser dotados os órgãos de comando, unidades, formações de serviços e estabelecimentos da 3ª Região Militar, quando mobilizados, serão, até ulterior deliberação, os seguintes :

a) Víveres de Reserva :

Carne de vaca, em conserva	250 gramas
Biscoitos ou bolacha	250 gramas
Chocolate (em tabletes)	150 gramas
Café	60 gramas
Açúcar	120 gramas
Pêso líquido	830 gramas
Pêso bruto, com o recipiente	1.000 gramas

Essa ração pode ser substituída por uma das abaixo discriminadas :

1	Carne seca de vaca	450 gramas
	Biscoitos ou bolachas	150 gramas
	Chocolate (em tablete)	150 gramas
	Café (ou mate)	60 gramas
	Açúcar	120 gramas
	Pêso líquido	1.030 gramas
2	Carne seca de vaca	450 gramas
	Biscoito ou bolacha	500 gramas
	Café (ou mate)	60 gramas
	Açúcar	180 gramas
	Pêso líquido	1.190 gramas

b) Forragem de Reserva :

É constituída somente de milho, meia ração normal, ou seja — 2 quilos.

c) Víveres do T.E. :

São os constantes do quadro abaixo, contendo as substituições que podem ser aplicadas em cada caso particular, conforme os recursos da região em que opere a tropa :

RAÇÃO DE VIVERES DE CAMPANHA

(Regiões frias)

VIVERES	Número de Unidades	VIVERES DE SUBSTITUIÇÃO	Número de Unidades
	Gr		Gr
Carne em pé	140	Carne fresca de vaca	400
Carne de porco	100	Carne fresca de porco	250
Carne seca (1)	350	Carne fresca de carneiro	250
Galos	20	Galinhas	300
Frangos	150	Gansos e perus	250
Almôndoas	130	Frios	150
Carne em folhas	30	Presunto e carne de porco salgada	200
Carne	30	Bacalhau e outros peixes salgados	300
Peixinho salgado	20	Peixes frescos	900
Carne	400	Peixe em azeite	250
Peso da ração	1.370	Bolachas	300
		Legumes frescos	100
		Batatas	500
		Massas	100
		Banha de porco	20
		Banha de vaca	20
		Banha de carneiro	20
		Café	50
		Queijo	30

(1) Carregada pelos Cb. I.D., Cb. I.C.Ex. e os T.E., para ser consumidas nos casos de falta de carne fresca e outras substituições.

RAÇÃO DE FORRAGEM DE CAMPANHA

Cavalos, muas e bovinos	Milho 4 kg	Forragens verdes, feno ou capim de boa qualidade — 8 kg
-------------------------	---------------	--

Substituições :

1 kg de milho pode ser substituído por :

- 1 kg de aveia ;
- 1 kg de cevada ;
- 2 kg de alfafa.

1 k de capim pode ser substituído por :

- 1/2 kg de alfafa ;
- 2 k de palha de trigo, arroz ou de milho ;
- 2 k de arroz com casca ;
- 1/2 k de batata doce.

O milho é fornecido pelo Serviço de Intendência ; as forragens verdes são obtidas pelos Corpos e Formações, mediante exploração dos recursos locais.

O escalonamento do reabastecimento, no âmbito da Divisão, é feito conforme os quadros abaixo :

1 - NA DIVISÃO DE INFANTARIA

ELEMENTOS	Dias de víveres e forragens de campanha				Dias de víveres e forragens de reserva	
	Viveres	Carne verde	Carne seca	Milho	Viveres	Milho
Com o homem	1
Com o animal	1
No T.C.	1	1	1	1	1
Nas secções de reabastecimento e de distribuição do T.E.	1	2	1
Na secção de reserva do T.E.	1	1
No Cb. I.D. (Sec. de Distribuição)	1	2	1
TOTAL	3	1	4	3	3	3

Quando a Divisão de Infantaria operar isoladamente, será o Cb. I.D. acrescido de uma secção de reserva, carregada com víveres de reserva para todo o efetivo da Divisão. Quando a Divisão de Infantaria está enquadrada no Corpo do Exército, a secção de reserva do Cb. I.C. Ex. dispõe de um dia de víveres de reserva para todo o efetivo das Divisões de Infantaria e dos Elementos orgânicos.

II — NA DIVISÃO DE CAVALARIA

ELEMENTOS	Dias de víveres e forragens de campanha				Dias de víveres e forragem de reserva	
	Viveres	Carne verde	Carne seca	Milho	Viveres	Milho
Com o homem	1
Com o animal	1
No T.C.	1	1	1	1	1
Nas secções de reabastecimento e distribuição do T.E.	1	2	1
Na secção de reserva do T.E.	1	1
Na Gestão de Subsistência ou secção de víveres da D.C.	1	1
Na T.G.D.	2
TOTAL	2	3	2	2	4	4

 d) *Viveres de desembarque* :

Destinam-se ao consumo durante os primeiros dias após o desembarque; são levados pela tropa ou conduzidos em vagões ou viaturas especiais e, em certos casos, completados pela exploração local, no ponto de destino.

Sua composição é idêntica a dos víveres do T.E., ou seja :

Açúcar	140 gramas
Arroz	100 gramas
Banha ou toucinho salgado	20 gramas
Mate em folha	30 gramas
Carne seca	350 gramas
Farinha de mandioca	150 gramas
Feijão	130 gramas
Pão	400 gramas
Sal fino	30 gramas
Cigarros	20 gramas

SUBSTITUIÇÕES

As 30 gramas de mate em folhas podem ser substituídas por 50 gramas de café moído ;

As 350 gramas de carne seca, por 400 de carne verde ;

As 400 gramas de pão comum, por 250 gramas de bolacha ou pão abiscoitado.

Em princípio, as unidades recebem dois dias de "Viveres de Desembarque". A quantidade exata, entretanto, depende da duração do transporte e do prazo necessário para que os órgãos de reabastecimento alcancem suas unidades ou formações.

e) Viveres de Marcha:

Esses viveres destinam-se ao consumo durante a marcha. São distribuídos já preparados, quer antes do embarque, quer em pontos do percurso, ou, ainda, fornecidos para a preparação em viagem.

Quando fornecidos já preparados, sua composição é a seguinte:

Carne de conserva (250 gramas) ou carne assada, fria (400 gramas); Bolacha (300 gramas) ou pão comum, 400 gramas;

Chocolate em tabletes, 200 gramas; além das bebidas quentes (café ou mate) fornecidos por qualquer meio durante a marcha. Quando fornecidos para preparação em viagem, podem ser assim constituídos:

Carne seca (350 gramas) ou carne fresca, 400 gramas;

Farinha de mandioca, 150 gramas;

Pão comum (400 gramas) ou bolacha, 300 gramas; independentemente, também, das bebidas quentes (café ou mate), preparados segundo as normas estabelecidas no n. 390 do Regulamento 19 (R.S.C.).

Para os animais, além da água e das forragens verdes ou secas que possam ser obtidas durante a marcha, serão distribuídos no mínimo, 2 kg de milho, conduzidos nos T.E. ou nos próprios animais, de sela, tração ou carga.

Observações: As tabelas acima foram remetidas ao S.I.R./3, em ofício n. 7-S/3, de 9-I-943, da D.I.E., e revigoradas conforme comunicação feita em ofício n. 36-S/3, também da D.I.E.

(Continua)

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

OS CARROS DE COMBATE EM OPERAÇÕES DE MONTANHA

Cap. ROBERT J. MOORE

Traduzido do "Armored Cavalry Journal" pelo "Memorial del Ejército de Chile"; reproduzido pela "Revista Militar" da Argentina de novembro de 1951 e traduzido desta data vênica pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER.



AS operações de montanha, o reduzido espaço onde podem atuar os carros de combate, limita o seu emprego, numericamente. Seria descabido ter uma Divisão Blindada estendida ao longo de uma estrada de montanha, combatendo numa frente de um ou dois carros. O melhor resultado é quase sempre proporcionado pelo emprego de uma só companhia de carros de combate num caminho ou estrada, acompanhada dos elementos das demais armas à sua disposição. Esse agrupamento permite bom controle tático e administrativo e conta com o número de carros suficientes para a maioria das circunstâncias.

Em zonas montanhosas não se atribuirá aos carros o papel ofensivo ou defensivo preponderante, mas sim, este corresponderá à infantaria, apoiada pelos carros. Esse apoio, quando se apresentar oportunidade, poderá ser de qualquer ordem, inclusive de os carros poderem se converter na força principal de ataque a objetivos limitados; mas, a infantaria deve estar sempre disposta a combater sozinho quando o terreno difícil retarde ou detenha temporariamente a progressão dos carros de combate. Por exemplo, a infantaria poderá ter que apoderar-se de uma cabeça de ponte através de grandes obstáculos e só então a Engenharia po-

derá estabelecer um meio de passagem para os carros.

As montanhas oferecem uma grande variedade de obstáculos naturais e, por sua vez numerosos locais que permitem preparar obstáculos artificiais, de modo a restringir ainda mais o deslocamento das unidades. O Ten.-Cel. Madden, Cmt. das forças blindadas à disposição da 10ª Divisão de Montanha durante o ataque ao Monte Belvedere, na Itália, escreveu: "Como de costume, os carros de combate se viram retardados pelas minas e destruições". Isto exige um amplo emprego de tropas de engenharia e, uma vez que as necessidades da divisão são sempre grandes, é aconselhável que se obtenham unidades do Corpo de Exército.

O 760º BCC operou durante dois meses do ano de 1944, com uma companhia de engenharia do 19º Regimento de Engenharia, à sua disposição; essa companhia foi repartida de modo que cada pelotão acompanhasse cada uma das cias. de carros médios. Os elementos de engenharia foram assim distribuídos, porque o BCC tinha três companhias de carros médios à disposição dos diferentes Grupamentos Táticos, ficando o Comando e a Cia. de carros leves à disposição da Divisão. As companhias de carros médios deixaram seu "tankdozer" à disposição do respectivo pelotão de engenharia, com o que se

aumentou bastante a eficiência deste e proporcionou ligação direta pelo rádio. Este dispositivo acelerou materialmente a progressão das companhias de carros de combate e permitiu um apoio mais eficiente à infantaria.

A maior parte dos trabalhos de engenharia que permitam o avanço das forças blindadas, redundará também em benefício dos transportes de suprimentos. Por outro lado, o deslocamento de grande número de carros de combate pelas estradas de montanha, em geral estreitas e de fraco revestimento, as deteriora de tal modo, que impedem a circulação das viaturas sobre rodas.

• •

Durante a 2ª Grande Guerra, os alemães surpreendiam-se continuamente de que os carros de combate americanos pudessem andar por certos lugares considerados inacessíveis. A conseqüente falha em prever e preparar defesas adequadas nesses locais, lhes custou menos, uma grande derrota quando o General Patton efetuou sua clássica penetração pelos bosques Elffel, além de outros desastres menores e de caráter local em outros pontos.

Como exemplo notável, podemos citar o combate para a posse de Terracina, durante a "marcha sobre Roma", efetuada pelo 5º Exército. Nessa região, as montanhas se aproximam do mar e formam uma alcantilada escarpa de 200 metros de altura na extremidade oriental da cidade. No setor americano, a estrada que vinha de leste, estava cortada na rocha. No cume do Monte Teodorica, dominando o mar, está o Palazzino Teodorica, utilizado como posto de observação pela artilharia inimiga e, elevando-se mais além desse monte, estendiam-se montanhas cada vez mais elevadas.

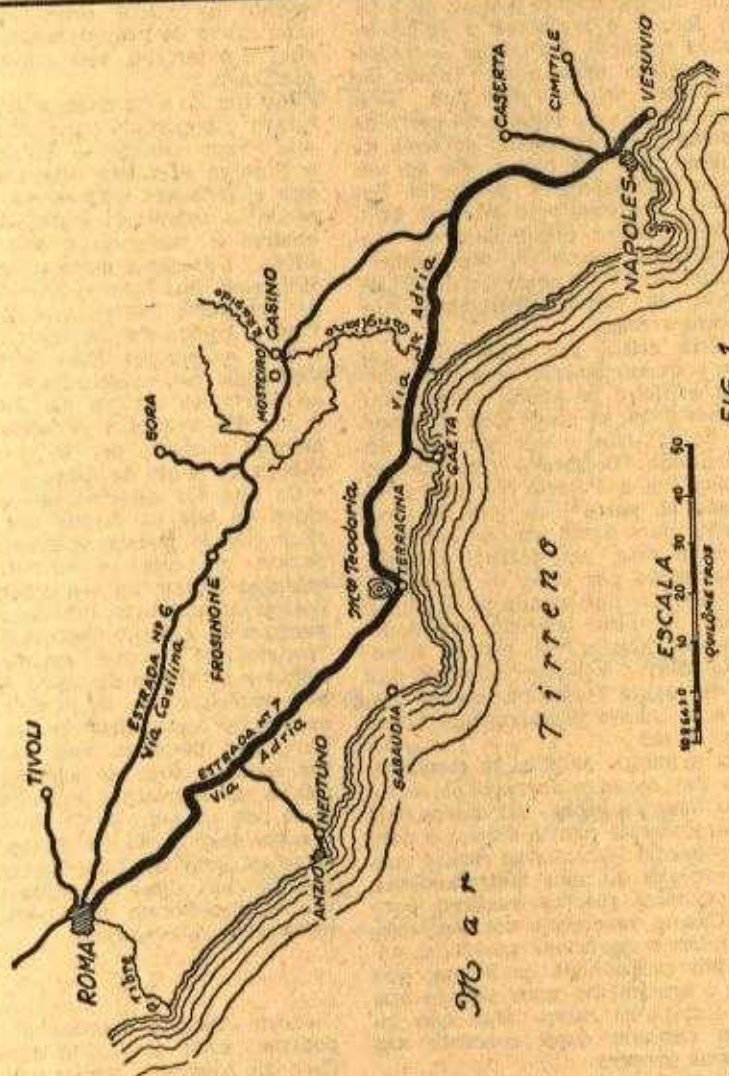
A uns 32km a Noroeste de Terracina se encontrava a extremidade meridional da cabeça de praia de Anzio e os alemães haviam decidido resistir na região do Monte Teodorica, com o objetivo de im-

pedir que o grosso do 5º Exército se unisse às forças de Anzio. Para isso, criaram uma profunda cratera na estrada, num ponto em que era impossível aos carros de combate desbordarem-na pelos lados e a dominaram poderosamente pelo fogo. Um forte elemento de infantaria foi localizado em Teodorica e nas colinas circunvisinhas e, assim aguardaram nossa chegada.

A infantaria e os carros de combate atingiram o local da obstrução da estrada às 13,00 horas de 22 de maio de 1944. Desde a tarde anterior, o inimigo não disparava um só tiro. Mas, quando um numeroso grupo de guarnições de carros, infantes e elementos de engenharia se achavam reunidos diante da cratera para verem o que se poderia fazer, o inimigo abriu fogo. Ao amanhecer do dia seguinte verificou-se que a estrada estava dominada por franco-atiradores, os quais se estendiam pelos montes vizinhos, numa extensão de 3.000 metros mais à retaguarda. Do outro lado da estrada estava o mar.

Durante o dia 22 foram feitos intentos para tapar a brecha, mas sem nenhum resultado, sendo inutilizados dois carros que procuravam proteger a ação dos elementos de engenharia na limpeza da estrada, a qual ficou ainda mais obstruída. Na manhã de 23 foram rechassados dois vigorosos ataques de nossa infantaria contra Teodorica.

Entretanto, o Ten.-Cel. Svet, do 48º Batalhão de Engenharia de Combate, descobriu um trecho da Via Appia Antica, que conduzia à parte mais elevada de Teodorica. Como os antigos romanos não dispunham de dinamite, consideravam mais fácil construir suas estradas por cima das montanhas do que através delas. Aquela velha ruína de caminho não figurava na carta e quase não se distinguia no terreno. Uma companhia de carros leves apoiada por carros M-5, preparou-se para atacar, subindo por esse caminho com o objetivo de apoderar-se da montanha. Terracina está situada mesmo ao pé desta e, mais além, se encontram



alguns pântanos e o começo de um terreno plano, semelhante ao da área da cabeça de praia de Anzio.

As tropas de engenharia puderam imediatamente mãos a obra para limpar e melhorar a velha estrada romana. Os carros iniciaram a escalada após quatro horas de trabalhos de terraplenagem. Desprende-se uma lagarta do carro de combate que progredia na testa da coluna, em um ponto que se tornava impossível a passagem das outras viaturas, pelo que um bulldozer que se encontrava na vanguarda, o lançou no desfiladeiro. Assim, às 17.00 horas do dia 23 de maio, os carros finalmente atingiram a crista.

Esta crista era constituída por um pequeno patamar com dois grandes edifícios de pedra, solidamente construídos, os quais tinham aspecto de palácios, e um cemitério denominado "Dolibra". Um dos edifícios era o Palácio Teodorica, situado na parte mais alta da montanha, num ponto em que esta caía para o mar, em declive abrupto, justamente por cima da obstrução da estrada que conduzia a Terracina. O outro edifício era denominado "Casina" e estava assentado sobre a *Via Appia Antica*, que se distinguia perfeitamente na crista e se achava precisamente diante dos carros.

O primeiro pelotão se desenvolveu em leque e formou parte de uma base de fogos. Os outros dois se deslocaram para a direita e para a esquerda, lascando as rochas com os projéteis de suas metralhadoras. O primeiro pelotão avançou para La Casina, recebendo um fogo muito intenso de armas portáteis, enquanto os canhões de 37mm, que era o armamento mais pesado que conduziam os carros M-5, não faziam nenhum dano aparente nas grossas paredes.

Nessa ocasião, atingiu o cume da montanha, um pelotão de carros M-4; suas peças de 75mm provocaram grandes brechas nas paredes de La Casina e os defenso-

res desta cessaram rapidamente sua oposição. A seguir, aqueles mesmos canhões foram dirigidos contra o Palácio Teodorica, enquanto os carros leves lançavam uma chuva de projéteis contra as rochas e o terreno, sem um objetivo prefixado.

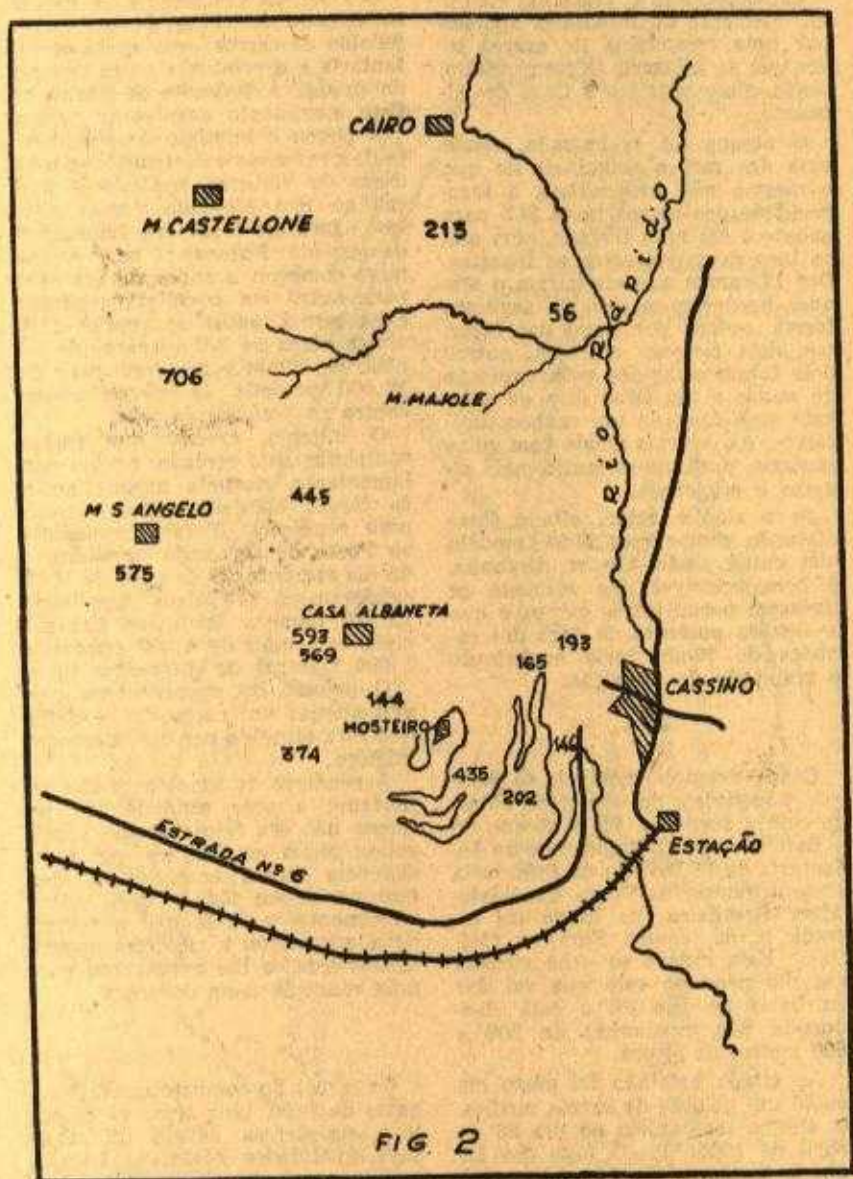
Ao fim de uma hora, a montanha estava conquistada completamente; mas, como era de se esperar que o inimigo efetuasse um contra-ataque e, uma vez que estava anoitecendo, a infantaria construiu trincheiras e reorganizou seu dispositivo. Durante a noite, os alemães dirigiram uma intensa concentração de artilharia contra a montanha; mas o contra-ataque não se positivou; ao em vez disso, o inimigo, protegido pela obscuridade e pela artilharia, se retirou de Terracina e no dia seguinte podemos estabelecer contacto por terra com a cabeça de ponte de Anzio.

Os alemães estavam tão convencidos de que os carros não poderiam chegar jamais ao monte Teodorica, em que se encontravam, que não tinham ali seu armamento individual anticarro, isto é, não dispunham de nenhum "bazooka", nem "panzerfaust" e até mesmo lhes faltou a artilharia de apoio quando dela necessitaram. De maneira que, ao ocorrer o contrário do que admitiam, não puderam opor aos carros senão o fogo de armas portáteis e de morteiros, que nenhum dano nos causou. A montanha foi tomada sem perda de carros e de infantes, exceção feita das baixas sofridas nas duas investidas anteriores, que foram efetuadas pela infantaria isoladamente.

* *

Outro exemplo interessante que podemos citar é a ação contra a Casa de Albanete, próximo de Casino (Itália), no período dos fortes ataques em fevereiro de 1944. Uma unidade de engenharia indubitânica, protegida pela obscuridade, abriu um caminho num tre-

(*) Essa ação contou também com a cooperação do 1º Esquadrão de Reconhecimento apoiado pelo 2º Pelotão da 1ª Cia. Eng. do 9º B.E. (N.T.).



cho que subia ao monte Casino e que dominava a cidade.

Estabeleceu-se o plano de enviar um elemento de infantaria apoiado por uma companhia de carros leves que se utilizaria desse caminho, tendo como objetivo a Casa de Albanete.

O ataque foi rechassado, sendo uma das razões principais de que o mesmo não progredisse, a incapacidade dos carros leves M-5 para andarem em mau terreno, sem que se lhes desprendessem as lagartas. Dos 17 carros que efetuaram o ataque, perderam-se dez da seguinte forma: cinco por causa das lagartas, dois ficaram atolados, outros dois foram atingidos pela explosão de minas e um ficou fora de combate pelo fogo de um canhão anticarro. As lagartas atuais, com guias centrais, mostram-se muito mais seguras e eficientes.

Se o ataque acima citado fôsse efetuado com carros M-24, modelo que então ainda não se dispunha, é bem provável que somente se tivessem perdido três carros e que a elevada potência de fogo dos canhões de 75mm teria modificado o resultado da operação.

* *

Outro exemplo notável, se bem que não típico, do que pode obter-se com a surpresa, foi o ataque do I Batalhão do 6º Regimento de Infantaria da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da Força Expedicionária Brasileira, ao longo da estrada n. 62, contra Fornovo (Itália). Essa cidade se acha situada em um pequeno vale que vai dar na bacia do Rio Pó e está flanqueada por montanhas de 300 a 500 metros de altura.

Ao citado batalhão foi pôsto em apoio um pelotão de carros médios. O ataque teve início no dia 28 de abril de 1945(*). O fogo dos canhões anticarro de 20mm, morteiros e artilharia, prejudicou o avanço dos carros e da infantaria ao longo da estrada. As minas, por sua vez, limitaram muito as oportunidades para desenvolver o dis-

positivo dos carros de combate. O ataque foi contido em Galiano.

O Cmt. da Companhia de carros se colocou à frente de um outro pelotão de carros, sem apoio de infantaria e o conduziu a um terreno dominante a Sudoeste de Fornovo. Este movimento envolvente parece que pegou o inimigo completamente desprevenido e destruindo-se uma dúzia de viaturas automóveis graças ao tiro efetuado dessas alturas. Daquele local era impossível descer até Fornovo; mas o inimigo começou a andar de um lado para outro em completa confusão e os carros, antes do anoitecer fizeram cerca de 300 disparos de canhão de 76mm e gastaram mais de 10.000 projéteis de metralhadoras contra as posições do vale.

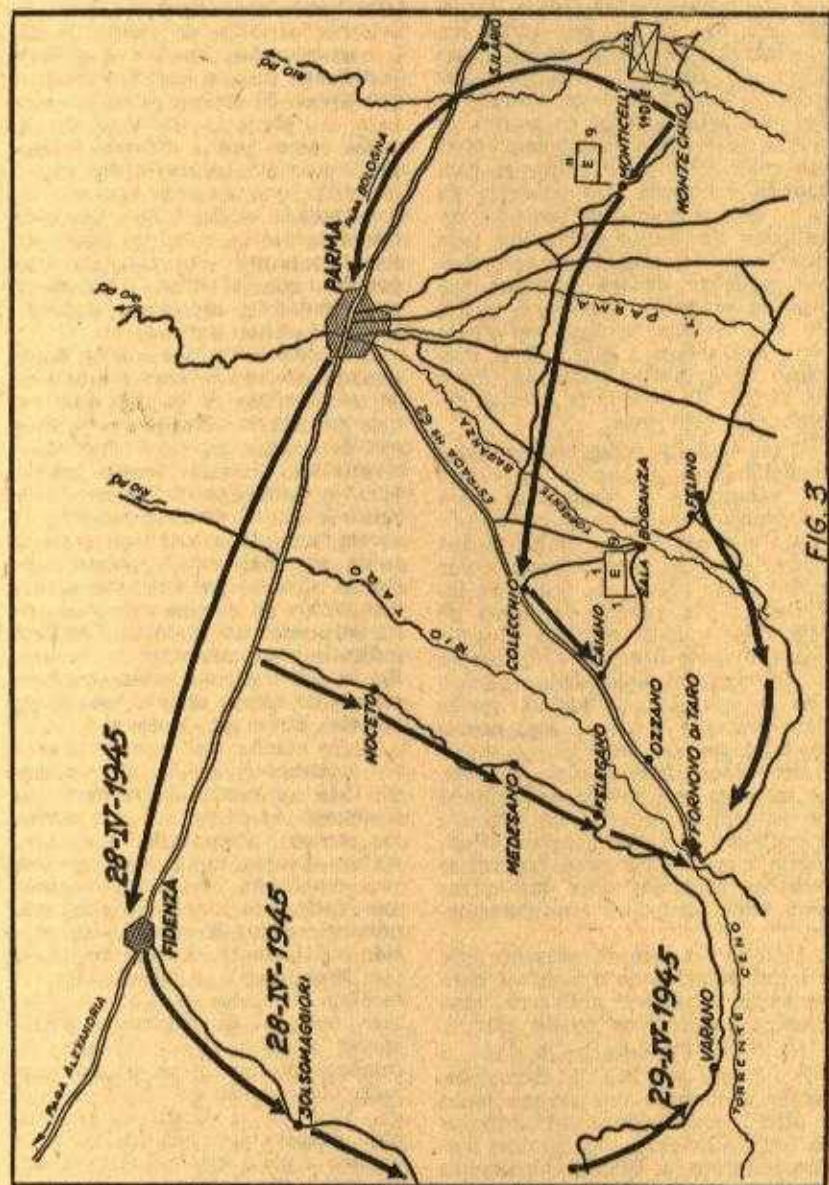
O inimigo, crendo que estava completamente cercado, enviou parlamentares, naquela mesma noite, às forças blindadas para discutir uma rendição. Foram conduzidos ao Pôsto de Comando brasileiro e no dia seguinte, 29 de abril de 1945, renderam-se às forças brasileiras 13.879 homens, inclusive 820 oficiais, com mais de 4.000 animais e 1.000 viaturas de diferentes tipos.

O pelotão de envolvimento perdeu apenas um carro de combate, que fôra atingido por um "bazooka" inimigo.

A rendição de uma força tão importante a uma unidade tão pequena não era fato corrente e passou-se numa ocasião em que a resistência alemã começava a desmoronar-se em toda a Itália. Provavelmente, o chefe que a comandava aproveitou a primeira oportunidade que se lhe apresentou para uma rendição meio decorosa.

* *

Os carros de combate constituem, antes de tudo, uma arma ofensiva; mas, na defesa devem utilizar-se suas qualidades ofensivas tanto quanto possível, conservando-os em reserva para empregá-los como força de contra-ataque. Sua mobilidade lhes permite chegar a qualquer ponto ameaçado com muita rapidez e só podem ser empregados



em massa quando se os mantém em reserva.

O terreno montanhoso pode impor limitações de tal ordem, à mobilidade dos carros, que torna impraticável a utilização destes como força de contra-ataque, uma vez que não haja itinerários convenientes para atingir todos os pontos da frente da unidade que apoiam. Mesmo neste caso, pode utilizar-se com grande vantagem sua potência de fogo, colocando-os em posições escolhidas da frente defendida pela infantaria. O reconhecimento dessas posições deverá começar tão logo se conquiste o terreno, a fim de proporcionar tempo suficiente para seu acesso a elas. Esta operação deve formar parte do Plano de Defesa da infantaria e estar coordenado com esta.

O seu emprêgo compreenderá duas modalidades: *primeira*, os carros na vanguarda e protegidos pela infantaria para formar pontos de apoio e a *segunda*, o emprêgo dos carros somente para reforçar e dar maior intensidade aos fogos de infantaria. Os pontos de apoio só têm valor quando estejam situados nos prováveis itinerários de acesso do inimigo. A velocidade de marcha é um dos principais meios para proteger o carro; mas nestas modalidades de emprêgo, o movimento deve limitar-se ao mínimo, de maneira que haverá necessidade de se dedicar especial importância à proteção e à camuflagem, sendo muito conveniente preparar várias posições próximas uma das outras para poder ocupá-las alternadamente.

Deve-se ter sempre presente que o inimigo fará todo o possível para empregar canhões anticarro caso consiga localizar os nossos carros.

Na Itália, em outubro de 1944, a 88ª DI com um BCC à disposição, estava efetuando um avanço lento e difícil por terrenos montanhosos ao Sul de Bologná. Os limites correspondentes à Divisão obrigavam que a mesma utilizasse a estrada de Montegrando, Montecalderaso e Montevadiano, acompanhando durante vários quilômetros uma colina que ia diminuindo de altura

e, por fim, atingiam o Vale do Pó. Capturando este último, o inimigo se veria privado de uma valiosa região produtora, assim como de excelentes estradas de abastecimento e comunicações, tudo o que, bem justificava fôsse o objetivo final do 15º Grupo de Exércitos. Por outro lado, as planuras do Vale do Pó eram como que a "*Terra Prometida*" para a imaginação das tropas na Itália, que estavam cansadas de montanhas; assim é que, desde os Generais até os soldados rasos, todos desejavam ardentemente chegar ali o quanto antes. Os alemães, pelo contrário, aspiravam defendê-lo até o último extremo.

O ataque da Divisão contra Monte Grande efetuou-se com muito pouco apoio eficaz de carros, uma vez que não havia estradas, o terreno era demasiado áspero e íngreme e o solo era excessivamente brando para o emprêgo de carros. De início eviou-se uma companhia de carros médios ao longo de uma estrada em mau estado, situada no flanco direito da Divisão; outra companhia da mesma categoria, reforçada com um pelotão, fez fogo indireto para aumentar o da artilharia divisionária e a terceira companhia de carros médios menos um pelotão, ficou em reserva.

A montanha foi conquistada e ao amanhecer de 21 de outubro de 1944, os carros de reserva que acabamos de citar (11 em números exatos), acompanhados de uma viatura-socorro, começaram a subir essa montanha por outro caminho que fazia um desvio muito pronunciado e que havia sido reconhecido previamente. A testa marchava um "tankdozer". A missão dos elementos blindados consistia em tomar posição na montanha para apoiar a infantaria. O carro de combate que marchava em primeiro lugar, logo atrás do "tankdozer" e no qual ia o Cmt. da companhia, despencou-se por um barranco, quando a pista recém aberta, cedeu na sua borda externa.

Os carros de combate seguiram adiante e ao entardecer atingiram a crista de uma linha de alturas que conduzia a Monte Grande, e

onde existia uma estrada carroçável. A infantaria havia construído trincheiras na contra-vertente Sul, e a estrada carroçável vinha marcar aproximadamente a linha de postos avançados de combate. O plano de ataque exigia que os carros avançassem por essa pista para Monte Grande.

No momento preciso em que os carros atingiam a crista, começou a cair um aguaceiro. O carro de combate vanguardeiro deslizou fora da pista e ficou atolado. Foram inúteis todos os intentos efetuados pelos demais carros para livrá-lo da lama. A viatura-socorro que havia ficado para traz, a fim de recuperar o carro do Cmt. da Cia. (sem conseguí-lo), havia sido surpreendida pela chuva e, por sua vez, não pôde subir pelo resvaladão declive da montanha. Outros dois carros de combate ficaram atolados ao tentarem passar ao lado do carro vanguardeiro imobilizado.

Chegou a noite e, para que se complicasse mais a situação, à chuva sucedeu a névoa, com o que se anulou por completo a visibilidade. O primeiro carro da coluna se desviou do caminho e ficou emborcado sobre seu costado direito. As apalpadelas e do melhor jeito que se pôde, fez-se um reconhecimento da pista na parte que ainda se tinha que percorrer, verificando-se que era demasiado estreita para um carro de combate durante o dia e com mais forte razão em uma noite de névoa. Assim mesmo tentou-se prosseguir para frente e ficaram atolados outros quatro carros, mas assim mesmo outros dois lograram passar.

Estes dois carros conseguiram atingir a ladeira de acesso ao Monte Grande e iniciaram a subida pela pista que conduzia à crista. Ao manhecer, a visibilidade havia melhorado e o Cmt. do pelotão, com os seus dois carros, tratou de deslocá-los para uma posição mais protegida das vistas e situada a uns cinquenta metros à frente. Nessa ocasião desprendeuse uma lagarta do carro que ia na vanguarda, o qual dessa forma imobilizou, sem apelação, o que seguia logo

atrás. Dessa maneira, dos 11 carros de combate existentes de início, nenhum mais podia avançar.

Sete dos carros atolados ao longo da pista da linha de cristas foram recuperados com a ajuda de uma "bulldozer" da Engenharia; mas um deles voltou a enterrar-se na lama durante seu deslocamento para Monte Grande e não pôde mais continuar. Os seis restantes foram concentrados no único local apropriado que se encontrou nas encostas da montanha. Dois deles auxiliaram a captura de Monte Calderano, fazendo fogo da estrada e ficaram em posição justamente ao norte de Casa la Costa.

Logo a seguir teve início o ataque contra Monte Vedriano. Dois carros puderam chegar até Casa Cola; mas, depois de ficar dizimada toda uma companhia de infantaria, foi ordenada, à noite, a retirada para Casa il Vezzola. Um carro resvalou para fora do caminho e ficou atolado sem apelação, sendo destruído para evitar sua captura. Uma vez que em Casa il Vezzola havia local apenas para dois carros, os outros três voltaram para Casa la Costa. A pista cedeu após a passagem do último carro e assim os dois outros que permaneceram em Casa il Vezzola perderam com isso, toda possibilidade de retirada.

Duas noites após, um batalhão inimigo atacou Casa il Vezzola, mas foi rechaçado por uma companhia de infantaria americana, apoiada pelos dois carros que ainda restavam. O Cmt. do batalhão inimigo foi morto por um dos cmts. de carro, quando, ao que parece, procurava subir na viatura dêste último. De um edifício situado a uns sete metros de distância, o inimigo fez fogo contra os carros com rojões anticarro, mas nenhum disparo atingiu o alvo. É muito duvidoso que a posição pudesse agüentar-se contra forças inimigas tão superiores, sem o apoio de fogo dos carros médios.

Os dois carros de Casa la Costa atiraram contra as posições alemãs de Monte Calderano, sempre que

puderam ser localizadas e quando a visibilidade o permitia.

A ação que acabamos de descrever é u'a amostra de que os carros de combate podem ser empregados na defesa, sob as condições mais desfavoráveis do terreno e de estado atmosférico. Os carros que tomaram parte nela, foram recuperados pelo Serviço de Material Bélico quando chegou a primavera, com exceção de três dêles que ficaram irremediavelmente inutilizados.

Essa operação tática durou de 24 de outubro a 10 de novembro de 1944 e nunca pôde conseguir-se que outras viaturas chegassem aos locais em que se encontravam os carros de combate. O suprimento teve que ser feito por meio de réguas de mulas.

As comunicações rádio nas unidades de carros providas de aparelhos da série SCR-508 (RAD-106) sofreram sempre a influência das montanhas. Em geral era possível transmitir e receber mensagens entre dois postos, quando ambos se

achavam situados em terreno elevado, sem massa de terra intermediária; mas, comumente, os Cmts. de pelotão não podiam comunicar-se com todos seus carros, se havia obstáculos entre os mesmos. Por esta razão, os carros dos Cmts. e dos postos de combate tinham que se situar sempre em terreno o mais elevado possível.

É de admitir-se que as forças blindadas possam ser eficientemente empregadas em terreno montanhoso, apesar das grandes dificuldades a enfrentar e que vimos de expor.

A escolha do local de combate, em geral, cabe ao Exército que defende. Os terrenos elevados e as montanhas são os mais fáceis de defender; de maneira que teremos de estar preparados para atacar nessa classe de terreno e fazer o melhor emprêgo possível das armas disponíveis, a fim de vencer rapidamente a resistência que se apresentar. É essencial que abandonemos a atitude pessimista de que os carros não servem para nada nas regiões montanhosas.

JOSÉ ANTONIO AIRES

SERRALHERIA EM GERAL

Portas de Aço — Portões — Grades — Basculantes, etc.

Solda Elétrica e a Oxigênio

Executa-se também qualquer Serviço de Ferramenteiro

RUA FLÁVIA FARNESE, 378 (Próximo à Av. Brasil)

Telefone :

BONSUCESSO — RIO DE JANEIRO

OPERAÇÕES ANFÍBIAS

Maj. TÁCITO THEOPHILO,
da Escola de Guerra Naval

CABEÇA DE PRAIA

"As operações anfíbias constituem uma ação combinada terrestre, naval e aérea a fim de desembarcar em uma praia inimiga tropas suficientes para o estabelecimento de uma cabeça de praia sob cuja proteção possa ser desembarcada a força necessária para fazer a guerra do tipo normal."



QUANDO tratamos da escolha da área de desembarque procuramos mostrar que o comando ao mesmo tempo que realiza os estudos para a seleção dessa área tem em mente a concepção da manobra para o cumprimento da missão e que tanto a manobra em terra está presa à área de desembarque como esta àquela. De fato, examinadas as "considerações que afetam as possíveis linhas de ação" a área de desembarque escolhida e posteriormente aprovada pela Marinha vai aparecer nas "nossas linhas de ação" cuja análise e comparação permitem ao Comandante da Força de Desembarque tomar sua Decisão.

No caso particular da operação anfíbia a Decisão é complexa e deve especificar a área e as praias de desembarque, a manobra a realizar para a conquista da cabeça de praia inclusive os desembarques subsidiários e, se for o caso, a data e a hora prováveis da operação. Tal decisão terá que ser também submetida à Marinha para que esta examine as possibilidades de apoiar a operação. Não se trata, como pode parecer, de deixar à Marinha a prerrogativa de aprovar ou não a manobra em terra, pois, como muito bem ensina o nosso C 100-5 "o planejamento é centralizado e baseado na idéia de manobra do

comando das forças de desembarque". O que se tem em vista é proporcionar à manobra o máximo de apoio permissível apoio esse que é prestado pelas Forças Navais e pela Aviação embarcada.

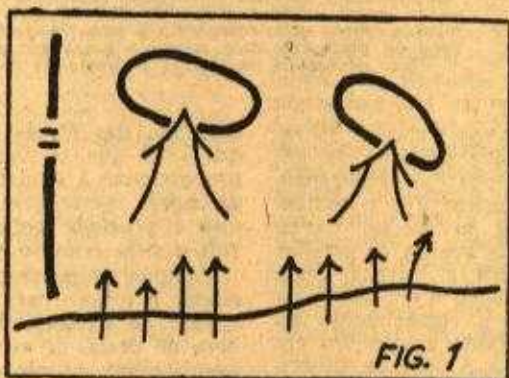
Vejamos agora como deve ser conduzido o estudo para que se possa chegar ao estabelecimento da cabeça de praia, de vez que algumas peculiaridades terão que ser encaradas.

1 — Escolha dos objetivos —
Duas preocupações devem orientar a escolha dos objetivos: a interdependência desses objetivos e das praias de desembarque e a necessidade crescente de proteção dessas mesmas praias. As tropas de assalto defrontando-se inopinadamente com o inimigo instalado em terreno desconhecido precisam saber claramente o que fazer ao chegar à praia. Assim, cada grupo de embarcação progride sobre pontos bem definidos e, reagrupados os pelotões, as companhias se lançam sobre objetivos facilmente identificáveis cuja conquista assegure a utilização das praias para os desembarques subsequentes. Daí ser imprescindível que as praias e os objetivos apresentem uma perfeita concordância. Para satisfazer a essa necessidade, nem sempre os desembarques poderão ser contíguos e freqüentemente terão que ser realizados em praias afastadas

mas que permitam o controle e o apoio mútuo.

a) **Objetivos iniciais.** São escolhidos imediatamente à frente das praias de desembarque e da sua conquista se encarregam as tropas de assalto. Sua posse deve assegurar a proteção das praias contra os tiros das armas portáteis do inimigo permitindo, assim, a aproximação das demais vagas de assalto e o desembarque de tropas e equipamentos com relativa segurança.

frente maiores serão as dificuldades para o defensor. Por outro lado, a forma semicircular da cabeça de praia obrigando o atacante a preocupar-se constantemente com os seus flancos faz com que o desembarque realizado em larga frente perca o seu impulso inicial limitando perigosamente a penetração nas defesas inimigas. Em conclusão, podemos dizer que as frentes escolhidas devem ser as mais largas possíveis, desde que sejam compatíveis com os efetivos empre-



b) **Objetivos intermediários.** São acidentes notáveis do terreno, facilmente identificáveis, cuja posse facilite o prosseguimento da ação sobre a linha de cabeça de praia e garanta a maior segurança às praias de desembarque. Servem, também, para controlar a progressão ou para a montagem de uma ação coordenada sobre o objetivo final.

c) **Objetivo final.** Coincide, geralmente, com a linha final de cabeça de praia e sua posse deve livrar as praias dos tiros de artilharia de calibre médio. É claro que para dar à cabeça de praia uma tal profundidade, necessário se torna dispor de um efetivo compatível com tal esforço.

2 — **Determinação das frentes de ataque** — Na determinação das frentes de ataque que devem ser atribuídas às unidades da Força de Desembarque impõe-se considerar que quanto mais larga for essa

gados e com a profundidade que se estima necessária para a perfeita segurança da cabeça de praia.

3 — **Aplicação do esforço** — Somente a penetração profunda na posição inimiga e a posse de pontos chave do terreno podem assegurar o bom êxito da operação. Normalmente, para atingir esse propósito nas operações terrestres, procura-se jogar o máximo de potência sobre uma frente estreita impulsionando vigorosamente a ação pela manobra de fogos e pelo emprego adequado das reservas. E, como não se pode ser forte em toda a frente, surge assim a necessidade de um ataque principal que materializa a aplicação do esforço. Nas operações anfíbias não se deve nunca pensar em ataque principal e ataque secundário. Já vimos que o assalto lançado do mar precisa de abordar uma frente compatível com o vulto da unidade empenhada. Portanto, se pensássemos em rea-

lizar um ataque secundário em frente larga, de objetivo limitado e com reduzido apoio de fogo, estaríamos certamente caminhando para um desastre, pois, a unidade que o realizasse não chegaria à praia e mesmo que o fizesse seria certamente detida e jogada ao mar. Em consequência, inicialmente, não se pode definir o esforço e todos os desembarques devem ser feitos em frente normal, com o máximo apoio de fogo e dispoção de reservas escalonadas em profundidade. Só depois que a situação em terra tiver evoluído se deverá pensar na aplicação do esforço em determinada direção sobre a qual são lançadas as reservas e coordenadas as ações.

4 — *Emprego das reservas* — A descentralização do assalto anfíbio nas suas fases iniciais como que deixa as unidades entregues à sua própria sorte. Porém, à medida que a operação vai sendo centralizada a preocupação primeira em todos os escalões de comando é a renovação do ímpeto ofensivo visando aprofundar a penetração, tanto quanto possível, em segurança. Daí a importância das tropas em reserva. Mantidas inicialmente sobre águas são trazidas às praias no momento oportuno ficando em condições de receber uma das seguintes missões:

- tomar a seu cargo a missão de uma unidade já empenhada;
- tapar uma brecha;
- cobrir um flanco ameaçado.

Depois de desembarcadas as reservas devem ser reagrupadas para poderem ser empregadas como um todo. Quanto ao local do desembarque é ditado pela evolução da situação em terra.

5 — *Segurança dos flancos* — Já mostramos que vencida a orla da praia as tropas de assalto procuram desorganizar a resistência inimiga e assegurar a proteção das praias. Essa exigência de aprofundar a ação implica na necessidade de crescente segurança dos flancos. À medida que o ataque progride impõe-se a cobertura do flanco exposto e, em consequência, o alargamento da ca-

beça de praia que no final se reveste da forma semicircular. A segurança do flanco pode ser obtida pelo emprego judicioso das reservas, pela ocupação de certos acidentes do terreno, pela ação de fogos potentes ou ainda pelo aproveitamento de um obstáculo no qual possa apoiar-se. É sempre aconselhável que a linha final de cabeça de praia englobe um terreno favorável à instalação defensiva com os flancos bem apoiados e em segurança a partir da orla da praia.

6 — *A cabeça de praia* — Para que a cabeça de praia possa satisfazer sua finalidade a área escolhida deve subordinar-se à existência de:

a) Praias que favoreçam o assalto, a conquista dos objetivos, os desembarques subsequentes das reservas, do material e dos suprimentos.

b) Objetivos táticos capazes de assegurar a proteção cada vez maior das praias de desembarque contra o fogo inimigo e ao mesmo tempo a manutenção do terreno conquistado.

c) Espaço suficiente para o desenvolvimento e a manobra da Força de Desembarque e o desdobramento dos órgãos logísticos necessários ao apoio das operações.

d) Terreno favorável à instalação defensiva sempre que a situação o exigir ou quando isto se impuser na fase de consolidação.

e) Vias de acesso, quando fôr o caso, que conduzam da cabeça

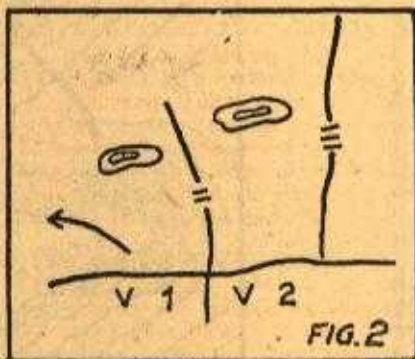


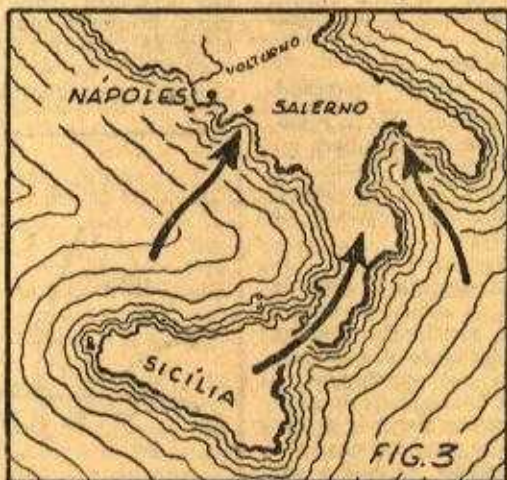
FIG. 2

de praia até o objetivo final situado mais para o interior.

7 — *Conclusões* — Procuramos mostrar em dois artigos sobre Operações Anfíbias a importância extraordinária da escolha das praias de desembarque e do estabelecimento da cabeça de praia. Temos sempre insistido em que todo o planejamento da operação se baseia na idéia de manobra do Comandante da Força de Desembarque. Mas que para poder conceber a manobra terrestre o Comandante da Força não pode furtar-se a realizar concomitantemente o estudo para a escolha da área de desembarque. O mais importante de tudo isto é que sem a aprovação da Marinha todo o trabalho estará sujeito ao fracasso, pois, só ela poderá dizer da possibilidade de apoiar a operação. Esse apoio é de grande vulto e compreende a disponibilidade em transportes de tropa e de carga, em navios e embarcações de desembarque, em viaturas anfíbias; a execução e controle do movimento navio-para-terra; o apoio de fogo aéreo-naval; o apoio logístico inicial, etc. Muitas vezes basta que a Marinha não disponha de certo tipo de viatura anfíbia, que haja perigos à navegação, que o gradiente seja desfavorável ou

apenas que a arrebentação seja demasiado forte para que um desembarque previsto tenha que ser modificado.

A propósito, vale recordar que ao ser planejada a invasão da Itália ficou decidido que ao Quinto Exército caberia a captura de Nápoles. Para cumprir essa missão poderiam os americanos desembarcar diretamente na cidade, em Voltorno ou em Salerno. Afastada a primeira hipótese o estudo das outras duas regiões mostrou que em Voltorno as tropas desembarcariam a uns 40km do grande porto, numa planície que conduzia diretamente à cidade, enquanto em Salerno o desembarque se processaria numa planície costeira dominada por altas montanhas e a cerca de 65km do objetivo final. Em ambos os casos o apoio aéreo seria deficiente por ter que ser prestado por aviões baseados na Sicília. Apesar da vantagem aparente da região da fôz do Voltorno, Salerno oferecia condições mais favoráveis ao desembarque como, por exemplo, fraca arrebentação gradiente favorável, boas vias de saída das praias, rede de estradas próxima ao litoral, etc. Embora o problema da cabeça de praia se apresentasse mais difícil exigindo, inclusive, a captura de pas-



sos nas montanhas. Ao que parece, foram portanto as considerações de ordem naval que pesaram decisivamente na escolha da área de Salerno para a realização do desembarque.

Queremos insistir na necessidade que têm nossas escolas de desenvolver essa parte do estudo das operações anfíbias. Somente quem se debruça sobre uma carta do litoral e medita no que é realmente escolher uma área de desembarque para aí estabelecer uma cabeça de praia pode sentir a complexidade do problema.

É comum ouvir dizer-se hoje que as operações anfíbias perderam sua importância ou que são tão dispendiosas e exigem tal gama de meios que nunca estarão ao nosso alcance. Quanto à primeira alegação devemos lembrar que Inchon é um marco decisivo na campanha coreana e que a simples ameaça sobre Formosa constitui um pesadelo para os nacionalistas. Quanto ao custo da operação não se pode esconder a possibilidade de realização no teatro

sul-americano de ações de pequena envergadura, tipo incursão ou "comandos", cujos resultados podem ter repercussões sensíveis na conduta da guerra. No caso brasileiro, o saliente nordestino é uma presa tentadora; e o que dizer de Salvador e Santos e tanto outros pontos sensíveis da nossa imensa costa? Não de responder-nos que nesse caso devemos estudar a defesa das regiões costeiras. Sim; mas, para tanto, precisamos conhecer profundamente a técnica do assalto anfíbio já que o litoral é desmedido e poucos são os recursos.

E já que se começou a falar em defensiva parece-nos interessante lembrar que não há exemplos de operações anfíbias fracassadas. Desembarques têm sido realizados sem oposição ou diante de terrível resistência mas de qualquer modo o sucesso foi sempre assegurado. Por isto nos perguntamos — para quem dispõe de fracos efetivos será mais indicado poupá-los para limitar a penetração no momento oportuno ou lançá-los à luta desde os primeiros instantes?

CLUBE MILITAR

CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA

A Secretaria da C.H.I. comunica aos interessados, que já se encontram à venda os "Almanaques de Sócios" atualizados até 1954, pelo preço de Cr\$ 20,00.

Os pedidos deverão ser feitos ao Sr. Secretário da C.H.I. e encaminhados à Avenida Graça Aranha, 81-2º andar, devendo vir acompanhados de vale postal ou cheque.

EU JÁ ESTOU PERDIDO, SARGENTO !

Morro do Castelo ! Esse é o nome de um reduto inimigo que se tornou famoso, à força dos repetidos ataques que suportou, assinalando feitos heróicos dos audaciosos infantes do Sampaio.

A posse dessa elevação, cuja escalada a neve tornou, por si só, tarefa para destemidos alpinistas, por espiar para dentro das nossas posições, mais crescia de valor.

Tendo sido decidido tomá-la ao boche, foi lançado ao ataque um dos Batalhões do Regimento Sampaio. Das mais sangrentas se desenrolava a batalha, épico batismo de fogo do nosso 1º Batalhão, em meio a um ensurdecido duelo de artilharia, que não impedia contra nós a ação imediata das lurdinhas, dos morteiros e canhões, estava a exigir de nossos briosos infantes, além do tenaz esforço físico, vigorosa coragem.

Em tais condições, progredia já com dificuldade, entre outros muitos mais, o G C comandado pelo Sgt. Freire. O objetivo, porém, estava próximo e numa arrancada derradeira seria levado de vencida. O momento era desses que pertencem ao mais ousado : pedia o exemplo eletrizante de um bravo. O Soldado *Francisco de Paula Moura Neto*, empolgado, anima seus camaradas, lançando-se vigorosamente para a frente: "*Companheiros ! Temos que tomar o Morro do Castelo !*" Desprega-se o G C ! Avança ! *Paulo Moura Neto* a certa altura, é ferido mortalmente e tomba, para não mais se levantar ! Seu Cmt. de G C passa por ele e quer socorrê-lo. Dedo em riste, *Paulo Moura Neto* aponta uma última vez para o perfil do traçoireiro reduto, e num estertor final, grita para seu chefe : "*Eu já estou perdido, Sargento ! Continue no ataque*".

Paula Neto ! Tombaste pela glória do Brasil ! E teu nome honra hoje a galeria dos bravos do nosso Regimento Carioca de Infantaria, do Teu Regimento Sampaio !

Dez anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita, num dos endereços abaixo :

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Concelção, 47

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

FICHAS DE INSTRUÇÃO

Cap. CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO

(Solicitamos ao leitor que veja a ADVERTÊNCIA publicada no número de outubro de 1954, de "A Defesa Nacional".)

INSTRUÇÃO DE CONTINÊNCIA E SINAIS DE RESPEITO

Observações :

1 — Para simplificação das fichas que se seguem, adotamos a abreviatura CONT SIN RESP para o assunto 18 do PP 21-1 (2ª parte).

2 — A maior parte dos ensinamentos do assunto requer a exigência continuada por parte dos oficiais e graduados da Unidade. Sômente a prática conduzirá à perfeição dos movimentos e à criação dos reflexos. É assim absolutamente essencial que os superiores exijam dos subordinados, em tôdas as situações, o cumprimento do que lhes foi ensinado; admitir-se a apresentação relaxada, a falta de atitude militar e aprumo, a falta de energia dos movimentos, etc., é o mesmo que se perder o tempo e os esforços gastos na instrução.

3 — Para facilidade de exposição, foram reunidas algumas sessões separadas do PP, assim como foram grupadas, via de regra, as sessões de meia hora, duas a duas. É conveniente que o instrutor veja a referência citada no cabeçalho, para se guiar no que concerne à sessão a ministrar.

4 — Certas omissões do R-2, ou certas divergências existentes entre suas prescrições e a prática já tradicional, necessitam uma uniformização, pelo menos na Unidade; devem ser estabelecidos os critérios em cada caso, com o S-3 da Unidade, para que se evitem en-

sinamentos divergentes entre as Cias. Encontram-se nas "Observações" das diversas fichas.

5 — Como tôda instrução que comporta uma parte teórica, este ramo deverá ter suas aulas completadas — e seus ensinamentos mais bem gravados — mediante a colocação, nos alojamentos, celotex, etc., de dizeres e gravuras referentes à instrução dada. A título de exemplo, citamos nas "Observações" algumas considerações a respeito.

6 — Os cartazes que contenham figuras ou dizeres devem ser confeccionados dentro dos princípios técnicos; aconselhamos, aos responsáveis pelas Salas de Meios, a leitura do trabalho "A Sala de Meios Auxiliares de Instrução", publicado em novembro de 1951 pela "A Defesa Nacional". Caso necessário, a própria Cia. poderá ter um arquivo de cartazes de propaganda das revistas comuns, dos quais muitos servem às gravuras militares, além de orientarem no que toca à confecção de gravuras e dizeres.

7 — Há inúmeras situações em que se vê o militar, e nem tôdas podem constituir objeto de instrução; fica a cargo dos instrutores ministrar, nas ocasiões adequadas, a conduta a ter em cada situação: como procede o soldado que deseja se retirar durante a instrução, como se fala ao telefone, como proceder numa fila, etc. Mesmo fora das horas de instrução, tais ensinamentos podem ser dados aos homens: pelos graduados de serviço,

durante os momentos de folga, durante os contactos do instrutor com a tropa, por ocasião das formaturas, etc. Encaixar todos os ensinamentos nas sessões às vezes é inoportuno, além de alongar demasiadamente o assunto de cada sessão.

8 — Julgamos aconselhável suprimir, do assunto 18, as sessões 3, 4, 5, 6 e 7; seus ensinamentos são geralmente dados por ocasião dos comentários feitos após a leitura do Boletim (punições), ou quando surgem desentendimentos entre os soldados ou entre soldados e graduados, etc. Com isso, tornaremos mais objetivas as sessões

de instrução, além de ganharmos tempo para compensar os "deficits" ocasionais acarretados pelos diversos fatores conhecidos: guarnições, inspeções, etc.

9 — As fontes de consulta que citamos são as que nos serviram para a elaboração do trabalho; constam, geralmente, de fichas avulsas, nossas ou de companheiros.

10 — Para melhor orientação dos instrutores e especialmente para a confecção dos Quadros de Trabalho, damos a seguir a relação existente entre as Fichas e as sessões do PP 21-1 (2ª parte):

Assunto 18:

Ficha	Sessões do PP	Tempo
1	1 e 2	1 hora
2	8 e 9	1 hora
3	10 e 11	1 hora
4	12 e 13	1 hora
5	14 e 15	1 hora
6	16	1 hora
7	17 e 18	1 hora
8	19 e 20	1 hora
9	25	30 min
10	26	1 hora
11	S/N	1 hora

Verifica-se, portanto, que foram suprimidas as sessões 3, 4, 5, 6, 7, 21, 22, 23 e 24; as cinco primeiras pelos motivos expostos no número 8 destas "Observações"; as demais por excederem ao tempo necessário, visto que o PP consagra quatro horas às mesmas, necessitando-se apenas de duas.

Foi introduzida uma sessão sem número, por não constar do PP.

O total de horas a computar, assim, é de 10 1/2 horas, o que nos dá um saldo de 3 horas sobre o tempo atribuído pelo PP ao assunto 18; essas 3 horas poderão ser usadas com uma das finalidades seguintes:

1 — Compensar a perda eventual de horas, por diversos motivos; 2 — Aperfeiçoar a instrução dada, repetindo alguma sessão ou mesmo várias delas, resumidas,

quando se notar deficiência em certos aspectos da instrução;

3 — Reversão em benefício de outros assuntos do PP, nos quais haja "deficit" mais pronunciado ou que necessitem de mais tempo;

4 — Testes de qualquer natureza do assunto Cont Sin Resp.

Ficha n. 1 — 18 (Adaptação)

Assunto: CONT SIN RESP.

Título: Continência militar: origem, necessidade, verdadeira interpretação.

Referência: PP 21-1 (2ª Parte)

— Ass. 18 — Sess. 1 e 2.

Tempo: 1 hora.

Fontes: R-2 — Fichas avulsas.

Meios: Quadro Mural.

Introdução (3 min):

Todos nós, desde crianças, nos habituamos a cumprimentar os nos-

tos conhecidos, os parentes mais velhos, os professores, etc. A saudação que fazemos — pode ser um "Bom Dia", ou pedir a bênção, ou o apêto de mão, ou mesmo um simples aceno — exprime, em cada caso, a nossa amizade, o nosso respeito, a consideração que essas pessoas merecem de nós. Qual de nós não recebe, com um abraço, o amigo que volta de uma viagem?

Esses laços de amizade e respeito existem porque somos de mesmo sangue, ou porque vivemos em comum, temos trabalhos e interesses comuns, ou porque temos amizade e convivência.

Pois no Exército, também vivemos em comum; somos todos camaradas de armas, juntos devemos viver, lutar e morrer. Por isso, saudamos a todos os nossos companheiros. No Exército, a saudação tem um nome: CONTINÊNCIA.

(Mural: A CONTINÊNCIA É A SAUDAÇÃO MILITAR.)

Apresentação (37 min):

A continência exprime a camaradagem e o respeito mútuo que devem existir entre os militares; por isso ela é feita aos nossos superiores, aos nossos iguais, e correspondida aos nossos subordinados.

Há um aspecto particular: como tudo no Exército, a continência tem um caráter uniforme. O civil pode cumprimentar de diversas maneiras; o soldado, não. Seu cumprimento é sempre assim: (Executa o gesto da continência).

Esse gesto tem origem muito antiga. Há séculos, um nobre inglês devendo falar à sua Rainha, cobriu os olhos com a mão, ao se aproximar dela, como se comparasse a Rainha ao próprio sol que nos ofusca. Esse ato passou a ser imitado por outros, e hoje em dia, com pequenas variações, todos os Exércitos do mundo adotam essa forma de continência para a saudação de seus militares.

A continência é necessária. Ela exprime o respeito devido aos superiores, a amizade que temos aos companheiros, a consideração que

temos para com os subordinados. É uma prova de disciplina. **(Mural: A CONTINÊNCIA É UMA PROVA DE DISCIPLINA.)**

Sendo uma demonstração pública de respeito e disciplina, a continência é obrigatória, pois a disciplina é uma das bases do Exército. Mas, mesmo sendo obrigatória, a continência não constitui nenhuma humilhação; pelo contrário, é motivo de orgulho para o militar pertencer a uma coletividade cujos membros colocam o dever acima até do sentimento individual.

A continência é também impositiva. Ela não se dirige a Fulano ou Beltrano, mas sim, a um Coronel ou a um Sargento. Nós mostramos, ao fazermos a continência, o respeito que devemos ao Coronel X ou ao Sargento Y, seja quem for esse Coronel e esse Sargento. Mostramos a camaradagem que nos une aos outros soldados, mesmo de outras unidades, e cujo nome seja desconhecido; basta que seja um soldado do Exército Brasileiro, para merecer nossa saudação, para ser nosso companheiro.

A quem devemos fazer a continência? A tudo que mereça as nossas homenagens de soldados: à Bandeira e ao Hino Nacional, que simbolizam o nosso país. **(Mural: BANDEIRA E HINO NACIONAL. A figura da Bandeira.)**

Ao chefe supremo do país, que é o... **(Mural: Um retrato do Presidente e os dizeres: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.)**

Aos representantes dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário: Senado e Câmara, Governadores e Ministros. **(Mural: SENADO — CÂMARA DOS DEPUTADOS — MINISTROS — GOVERNADORES. SE possível, retrato do Ministro da Guerra e do Governador do Estado.)**

A todos os nossos superiores. **(Mural: SUPERIORES. Algumas estrelas e insígnias de graduados.)**

Aos nossos camaradas. **(Mural: SOLDADOS. Figura de um soldado.)**

Aos camaradas da Aeronáutica, da Marinha, das Forças Policiais,

e também a Bandeiras e Hinos dos países amigos, bem como os militares estrangeiros que nos visitam (Mural: Uma bandeira estrangeira, um marinheiro, um oficial da Aeronáutica e um policial).

Finalmente, os civis das nossas relações, as mulheres e padres. (Mural: CIVIS — PADRES). Para estes, não há obrigatoriedade de fazer a continência como para os militares, com a mesma rigidez; fazemos o gesto da continência, mas de maneira mais natural, menos rígida. Resumindo: a todos os nossos chefes, a todos os militares, a todos os conhecidos, e acima de tudo ao que representa o Brasil ou as nações amigas.

Vejamos agora quando devemos fazer a continência. Mario! Existe alguma hora certa para você saudar os seus amigos?... (Resposta). Claro que não. Nós cumprimentamos os nossos conhecidos sempre que os encontramos. Pois com a continência acontece o mesmo: ela é feita a qualquer hora, do dia ou da noite, sempre que encontramos alguém a quem devamos fazê-la.

E quem é que deve fazer primeiro a continência?... Responda o Joaquim!... (Resposta). Isso mesmo: é o subordinado quem deve saudar primeiro. O superior tem a obrigação de *corresponder* à continência. (Mural: A CONTINÊNCIA PARTE DO MENOS GRADUADO).

E quando se encontram dois elementos de mesma graduação, por exemplo, dois soldados: qual o que deve fazer primeiro o gesto?... Diga lá, Antônio!... (Resposta). Não sabe, não é? Então grave bem isto: quando se encontram dois elementos iguais, ambos fazem ao mesmo tempo a continência. Chamo a atenção de vocês para esse ponto, pois é desolador ver que dois soldados se cruzam e não se cumprimentam; passam como se fossem dois desconhecidos. No entanto, quem sabe se amanhã um deles não estará com a sua vida dependendo do outro? Cultivem a camaradagem, que é uma das mais

belas virtudes militares, e cumprimentem sempre os outros soldados, seus companheiros de farda.

Vamos ver então como é que se faz a continência. Há alguém que já saiba fazê-la?... (Espera as respostas; se houver, determinar que um dos instruídos a faça). Muito bem; mas isso não é tudo. A continência não consiste apenas no gesto de levar a mão à cober-tura, assim (mostra). Ela deve ser feita observando-se três coisas, que são os seus elementos. (Mural: ELEMENTOS DA CONTINÊNCIA: ATITUDE — GESTO — DURAÇÃO).

Que é a atitude? É a posição do corpo. Deve ser sempre firme e enérgica; o corpo deverá estar apumado. Nada de corpo mole, relaxado, preguiçoso. Quando estamos andando, a atitude que tomamos é o passo ordinário; não devemos, assim, andar com passo mole, ou gingando ao prestarmos a continência (Demonstra como agir). Além disso, devemos sempre encarar a pessoa, a quem saudamos, e não andar de olhos baixos, com medo ou vergonha. Finalmente, quando estamos sentados... mas será que podemos fazer a continência estando sentados?... Vejamos se o Ferraz sabe. (Espera a resposta). Podemos sim; há certas situações em que fazemos a continência e ficamos sentados. Nesses casos, a atitude do corpo deverá ser bem relaxada, afundada na cadeira, não é mesmo, Junqueira?... (Resposta). Visto que não. Mesmo sentado, o corpo deverá estar firme e rígido, e não displicente.

E o que é o gesto? (Mostrar no mural). É o movimento do braço e da cabeça, ou apenas da cabeça (Demonstra); agora vejam se há diferença. (Repere a demonstração, com moleza). Da primeira vez, eu agi certo, e agora errado. O gesto é brusco, vivo, seja de braço ou de cabeça.

Finalmente, vejamos a duração (Apontar no mural). É o tempo que vai durar a mão na pala. Quando tivermos de praticar a continência, iremos ver a duração da mesma.

Lembrem-se de que, pela continência — e pelo modo como a fazemos — mostramos o nosso grau de disciplina, de respeito e mesmo o nosso caráter. Uma continência mole, preguiçosa, frouxa, só pode indicar ou má vontade em fazê-la ou um indivíduo frouxo e sem ânimo, sem energia, sem vida. Nossa atitude deve refletir nosso espírito militar.

Resumo (5 min) :

(Recordar a definição, característicos da continência, a quem é feita, e seus elementos, salientando a importância da continência bem feita.)

Verificação e crítica (5 min) :

- 1 — Que é a continência?
- 2 — A quem devemos fazer a continência?
- 3 — Quais os elementos da continência?
- 4 — A que horas devemos fazer a continência?
- 5 — Como deve ser a nossa atitude? — e o gesto?

(A crítica é simultânea.)

Observações :

1 — A instrução deverá ser complementada com a colocação, no alojamento, de quadros que sintetizem os principais ensinamentos, por meio de dizeres ou gravuras.

Ficha n. 1 — 18 (Adaptação) :

2 — Embora possa parecer estranho que tenhamos dito que os civis merecem a continência, visto que o R-2 especifica que “para os

civis, o militar faz a saudação levando a mão à cobertura, como na continência”; procuramos apenas seguir a definição de continência (saudação militar), dando tal merecimento às pessoas de nossas relações; deve ser salientada, para os soldados, a diferença existente no saudar militares e civis.

3 — Julgamos desnecessário entrar em detalhes, para os soldados, quando se ensinam as autoridades que têm direito à continência; falar, a homens rústicos quase sempre, de Câmara de Deputados, Senado, etc., quando incorporados, é quase inútil. Convém apenas dar aos soldados a noção do que sejam tais autoridades, e lembrar em ocasiões oportunas (visitas à Unidade) que têm direito à continência.

4 — Há omissão do R-2, se se considerar que atualmente existem os legislativos, executivos e judiciários estaduais, assim como Bandeiras estaduais; a nosso ver, deveriam ter direito à continência nas mesmas situações que os federais, em seus Estados.

5 — Por um lapso, deixou de constar na ficha acima, entre as autoridades (Governadores, Ministros, etc.) o Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal Militar. Devem ser encaixados, no Mural, no lugar respectivo, fazendo-se a necessária referência.

6 — Quanto ao Prefeito do Distrito Federal, ou Governadores dos Territórios, para evitar ensinamentos supérfluos ao soldado, devem ter seu direito à continência esclarecido apenas quando, por ficar a Unidade em local próximo, esteja sujeita a visitas, ou, nas demais, por ocasião de uma possível visita.

(Continua)

AS ATIVIDADES DO SERVIÇO ESPECIAL

Cap. VIRGILIO DA VEIGA



T-21-205 grina em cinco as atividades do Serviço Especial: os trabalhos manuais, os desportos, a biblioteca, a música e as diversões.

A divisão é bastante racional e bem fundamentada.

Para a sua eficiente aplicação, há dois aspectos em cada uma das, que o Oficial do Serviço Especial não pode deixar de considerar: o aspecto passivo, para a assistência, e o aspecto ativo, para os seus executantes. Toda atividade do Serviço Especial deve satisfazer, tanto os que a executam, como os que a assistem — uma reunião de atletismo não pode ser organizada desresgando-se a atração da assistência, um "show" de soldados não pode ser programado atendendo-se, exclusivamente, às preferências dos seus artistas. O interesse e o prazer, pedras fundamentais de qualquer atividade recreativa, devem ser despertados em ambos os partidos.

O interesse é essa entidade que dirige tudo o que fazemos e o que pensamos. O Professor Penna Marinho (Curso de Fundamentos e Técnica de Recreação do M.T.I.C.), conceitua o interesse como sendo a relação de conveniência recíproca e momentânea que se estabelece entre o sujeito e o objeto. Com isso, ele estabelece que o interesse não está no sujeito, porque o mesmo sujeito não se interessa por todos os objetos, nem no objeto, porque o mesmo objeto não interessa a todos os sujeitos; que a relação é recíproca, porque o objeto só interessa ao sujeito quando ele é suscetível de se deixar interessar por esse objeto, e momentânea, porque o mesmo objeto só interessa ao indivíduo em determinados mo-

mentos de sua vida e sob determinadas condições.

Esse conceito deve entrar sempre nas considerações do Oficial do Serviço Especial ao organizar um programa de atividades. Ele não deve nunca considerar a eficiência de uma atividade pela capacidade de interessar que ela possua, mas sim na disposição física e mental de seus soldados para recebê-la, devendo saber qual o momento psicológico indicado para aplicar este ou aquele tipo de atividade.

Não basta, porém, que a atividade desperte o interesse do soldado. Para que ela cumpra sua finalidade, é preciso que a satisfação desse interesse lhe proporcione prazer. Não adianta despertar, com uma falsa propaganda, o interesse do soldado, se a atividade não for programada, de modo que a sua execução lhe proporcione prazer. A decência e o tédio produzirão um ambiente de descrédito para as atividades futuras.

O prazer se manifesta pelo desejo de permanência das causas que o produzem. O prazer de qualquer atividade existe, até o momento em que não se deseja nela continuar. Por isso o Oficial do Serviço Especial deve cuidar para que a aplicação de qualquer atividade por ele programada não sature o interesse dos seus soldados, para que o desprazer, nêles, não se estabeleça. Um "show" com duração superior a duas horas é de êxito duvidoso, mais de uma partida de futebol numa reunião de jogos não é, também, aconselhável.

A eficiente aplicação das atividades previstas pelo T-21-205 não pode prescindir, entre outras, das considerações, aqui, apresentadas. Sem a sua observação, o Oficial do Serviço Especial conduzirá ao fracasso qualquer atividade que ele se proponha realizar.

FOTOGRAFIA AÉREA

1º Ten. MANOEL LUIZ DA SILVA OSÓRIO

Procuramos com essas linhas cumprir o dever de difundir alguns conhecimentos básicos de uma especialização ainda quase desconhecida em nosso Exército. E nosso objetivo publicar uma série de artigos sobre conhecimentos básicos de fotografia aérea, que interessam a todos os oficiais combatentes e de serviços.

Fotografia aérea — sua importância — Consideramos desnecessário nos referirmos à importância das informações.

A evolução científica e industrial dos últimos decênios acarretou o aperfeiçoamento dos vários tipos de aviões de reconhecimento e do material fotográfico (câmaras e filmes); em consequência desse desenvolvimento material, a fotografia aérea passou a fornecer 80% (1) das informações, durante a guerra. Essa percentagem, por si já diz bem de sua importância.

Dois fatores concorreram para seu grande desenvolvimento como fonte de informações (2): sua rapidez e sua facilidade de obtenção.

Durante a 2ª Guerra Mundial, as condições meteorológicas influíram muitíssimo na restrição de uso de fotografias aéreas. Segundo estamos informados, novos aviões e novos tipos de emulsão, permitem, atualmente, cumprir missões em condições atmosféricas desfavoráveis aos até hoje empregados, alargando desse modo o emprego da fotografia.

Emprêgos da fotografia aérea — Os emprêgos militares da fotografia aérea são três:

- 1 — na confecção e atualização de cartas;
- 2 — em substituição às cartas;

3 — como fonte de informação militar.

A confecção de cartas por meio de fotografias aéreas, no Brasil, está a cargo do Serviço Geográfico do Exército e de empresas civis, não interessando, portanto, ao nosso estudo. No entanto, seu emprego na atualização de cartas, em combate, já diz respeito ao oficial combatente e é necessário na fase de planejamento de operações.

Em determinadas ocasiões podemos usar fotografias aéreas substituindo cartas, com muita vantagem. A fotografia é de inestimável valor pela riqueza de seus detalhes. Ela é o próprio terreno em escala menor. Certas operações, nos pequenos escalões, como operações de patrulha, se beneficiam muitíssimo com o emprego da fotografia. É mais fácil a um sargento comandante de patrulha, estudar o itinerário de sua patrulha em fotografia, que na carta. Da mesma maneira a fotografia aérea, sob a forma de mosaico controlado, pode servir para o tiro da artilharia e dos morteiros.

O maior emprêgo da fotografia aérea, na guerra é, sem dúvida, como fonte de informação. O reconhecimento aero-fotográfico penetra a fundo nas posições inimigas, localizando suas defesas, instala-

(1) 90% segundo alguns articulistas.

(2) Usamos o termo informação porque as fotografias são interpretadas e cotejadas com outras de corridas anteriores e com informes procedentes de outras fontes.

ções, movimentos nas estradas, nos portos e nos aeródromos. Os demais meios de reconhecimento permitem apenas reconhecermos o contorno da posição inimiga.

A fotografia aérea nos fornece informações :

- 1 — para correção de cartas ;
- 2 — para seleção de praias de desembarque ;
- 3 — sobre o terreno ;
- 4 — sobre vias de comunicação ;
- 5 — sobre as posições inimigas ;
- 6 — sobre o dispositivo inimigo ;
- 7 — para patrulhas ;
- 8 — para contra bateria ;
- 9 — sobre localização de depósitos de suprimento e outras instalações do inimigo ;
- 10 — sobre a localização de redes de arame, campos minados e outros obstáculos ;
- 11 — sobre efeitos de bombardeio de nossa aviação e artilharia ;
- 12 — sobre a eficiência de nossa camuflagem (contra-informação).

Tipos de fotografias aéreas —
As fotografias aéreas podem ser :

- 1 — Verticais ;
- 2 — Oblíquas.

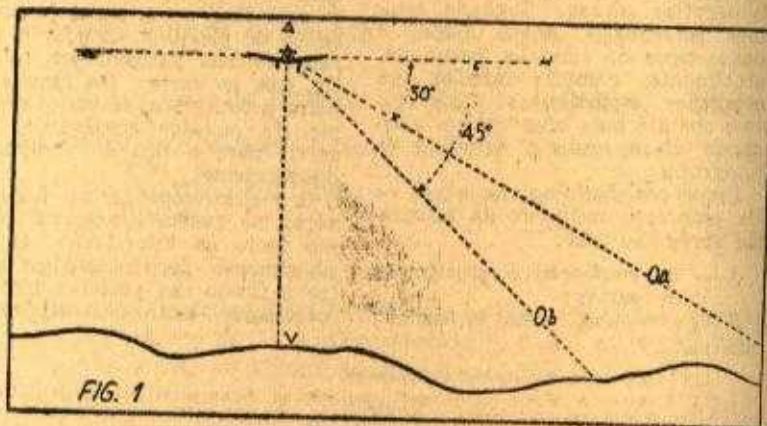
- a) oblíqua baixa ;
- b) oblíqua alta.

A fotografia vertical é tirada com o eixo ótico da câmara na vertical. É tolerada uma inclinação de 3° do eixo ótico com a vertical. Essa pequena inclinação não prejudica as características da fotografia.

A fotografia vertical é a que tem emprêgo mais amplo. Apresenta em todos seus pontos uma escala praticamente constante, permitindo a restituição de pontos, medida de distância e ângulos, embora com erro, por vezes apreciável. Quando a utilizamos em pares estereoscópicos, com auxílio do estereoscópio, podemos fazer um estudo correto do terreno. Reunindo-se várias fotografias ou trechos de fotografias verticais, podemos construir mosaicos. Sob a forma de mosaicos controlados, utilizamos fotografias verticais para o tiro de artilharia e morteiros.

Fotografia oblíqua é toda aquela batida com o eixo ótico da máquina fazendo, com a vertical, um ângulo superior a 3° . Com esse tipo de fotografia não podemos construir mosaicos. Processos especiais de quadriculação, permitem o uso de fotografias oblíquas para o tiro de artilharia e morteiros.

A fotografia oblíqua alta caracteriza-se por aparecer a linha do horizonte e por ser tirada com o



eixo ótico fazendo ângulo de 30° , aproximadamente, com o plano horizontal.

A oblíqua baixa caracteriza-se pelo não aparecimento da linha do horizonte na fotografia e por ser batida com um ângulo de 45° , aproximadamente, entre o eixo ótico e o plano horizontal.

Recobrimento fotográfico — Quando precisamos de fotografias aéreas de determinada região, pedimos à Aeronáutica u'a missão de recobrimento dessa região. Fixado na carta o trecho do terreno a ser fotografado, o piloto percorre esse trecho, por faixas, de maneira que as faixas se recubram lateralmente de 20% e que as fotografias tenham no sentido de voo, um recobrimento de 60% (figuras 2 e 3). As faixas recobertas são localizadas na carta e marcados os números das fotografias extremas de cada faixa. Feito isso tiramos uma fotocópia desse trecho da carta; essa fotocópia, que chamamos "plot", acompanhará as fotografias do recobrimento realizado. Ao recobrimento de certo terreno chamamos também *missão* ou *corrida*.

Inscrições marginais — A fim de que possam ser utilizadas, as fotografias aéreas têm, como as cartas, uma série de dados inscritos, que são chamados inscrições marginais. As inscrições marginais variam de país para país, na disposição e convenção dos dados essenciais para o uso da fotografia.

Estudaremos a inscrição brasileira (ver a fotografia vertical dada como exemplo) e as norte-americanas e inglesas, usadas pela FEB na Itália.

1 — Inscrição marginal brasileira — Todas as fotografias iniciais e finais de faixas, têm a inscrição como no exemplo abaixo:

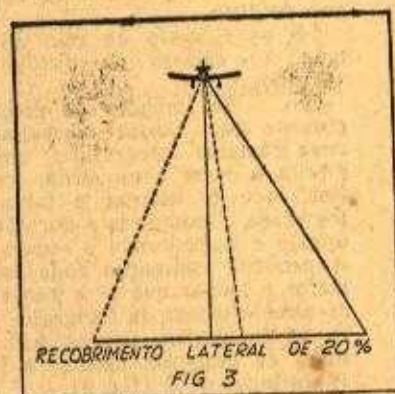
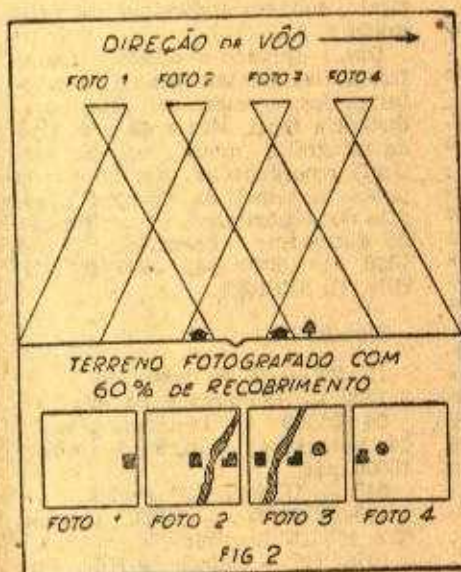
CTQ — 52A3 — 2:II:1:V
— 25:1:0830 — 300:3000 —
2140S4320W/2200S4322W — UBA:
MG — CONFIDENCIAL.

Significação dos dados:

CTQ — Unidade que executou a missão (Centro de Treinamento de Quadrimotores).

52A3 — Dois últimos algarismos do ano (1952); missão A3.

2:II:1:V — Rôlo do filme: 2;



número da faixa: II; número da fotografia: 1; tipo da fotografia: vertical (a fotografia oblíqua é indicada pela letra O).

25:1:0830 — Data e hora da tomada da fotografia: 25 de janeiro às 0830 horas.

300:3000 — Distância focal da câmara: 300m; altura de voo: 3000m.

2140S4320W/2200S4322W — Coordenadas geográficas dos pontos do terreno correspondentes aos pontos principais das fotografias inicial e final de cada faixa (a definição de ponto principal daremos a seguir).

UBA:MG — Região fotografada.
CONFIDENCIAL — Classificação do documento.

Obs.: As fotografias intermediárias de cada faixa receberão somente a seguinte inscrição: CTQ-52A3-2:II:2:V.

2 — Exemplo de inscrição americana usada na Itália:

(12PR) (5M106) (1-S).....
(1:18:1045) (24:20000) (VO)
(BOLOGNA, ITALY) (SECRET).

Significado da inscrição:

12PR — Unidade que executou a missão.

5M106 — Missão número 106 do ano de 1945.

1-S — Número do rôlo do filme: 1; câmara da direita: S (star-board).

Obs.: Em missões de reconhecimento são usadas normalmente duas câmaras fotográficas, uma a direita e outra a esquerda, com a finalidade de alargar a faixa fotografada, diminuindo a duração da missão e aumentando a segurança. A pequena inclinação dada às câmaras é menor que 3° e não afeta as características da fotografia. Para as fotografias tiradas pela câmara da esquerda usamos a letra P em lugar de S (fig. 3).

1:18:1045 — Mês, dia e hora: 18 de janeiro às 1045 horas.

24:20000 — Distância focal: 24 polegadas; altura de voo: 20000 pés.

V — Tipo da Fotografia: vertical.

BOLOGNA, ITALY: Região fotografada.

SECRET — Classificação do documento.

Obs.: Num dos cantos da fotografia há um número impresso que corresponde ao número individual da fotografia, dentro do recobrimento. Esse número é composto sempre de quatro algarismos, sendo que o algarismo dos milhares pode ser 3, 4 ou 5. Será 3 quando a fotografia pertencer à câmara da esquerda, 4 se a fotografia for da direita e 5 se houver uma única câmara. Os algarismos 3 e 4 concordam sempre com as letras P e S.

Posteriormente houve uma redução nas inscrições marginais, ficando como no exemplo abaixo:

123PS 4M56 7V87.

Significado:

123PS — Unidade que executou a missão.

4M56 — Ano e número da missão.

7V87 — Número do rôlo do filme: 7; tipo da fotografia: vertical; número individual da fotografia: 87.

Obs.: Quando o objetivo dessas fotografias é interpretação para informações, acrescentam data, hora, distância focal, altura de voo, tipo da fotografia (quando não for vertical), coordenadas geográficas do ponto principal da fotografia, região do recobrimento e classificação do documento. Exemplo: 12:28 1330 24:15000 0-45 1950NI5510W Hilo, Th SECRET.

Significado:

12:28 — 28 de dezembro.

1330 — 13 horas e 30 minutos.

24:15000 — Distância focal: 24 polegadas; altura de voo: 15000 pés.

045 — Oblíqua 45° (baixa).

1950NI5510W — 19°50' latitude N e 155°10' longitude W.

Hilo, TH — Cidade de Hilo, Território de Hawaii.

SECRET — Classificação do documento.

3 — Exemplo de uma inscrição inglesa :

3100 682A-15 : 25 MAR 1945 :
F36" : 1445 : 22500' : SECRET.

Significado :

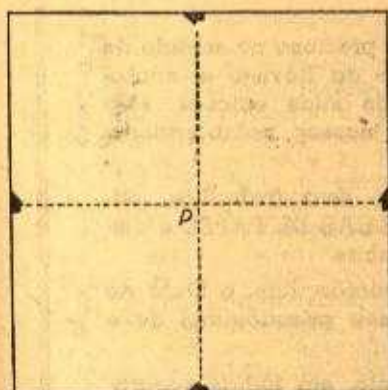
3100 — Câmara da esquerda, centésima fotografia.

682A — Unidade que executou a missão.

rios feitos. Os mais usados são so apresentados na figura 5.

2 — Ponto principal é o ponto em que se cortam as retas que unem os índices de colimação dos lados opostos de uma fotografia. Esse ponto corresponde ao traço do eixo ótico, no terreno.

Quando uma fotografia não apresentar índices de colimação, determinamos o ponto principal pelo encontro das diagonais da fotografia (fig. 6).



DOIS TIPOS DE ÍNDICE DE COLIMAÇÃO 45 LINHAS PONTUADAS MOSTRAM A DETERMINAÇÃO DO PONTO PRINCIPAL
FIG 5

15 — Missão de reconhecimento número 15.

25MARM945 — 25 de março de 1945.

F36" — Distância focal : 36 polegadas.

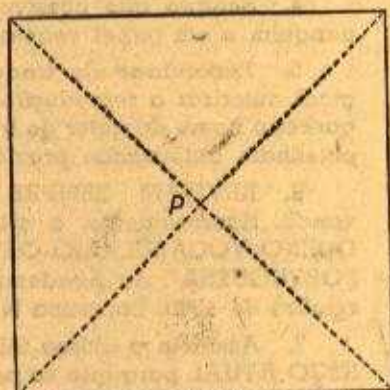
1445 — 14 horas e 45 minutos.

22500 — Altura de voo : 22500 pés.

SECRET — Classificação do documento.

Índices de colimação e ponto principal de uma fotografia :

1 — Índices de colimação são sinais que encontramos nos quatro lados da fotografia, destinados a permitir a determinação do ponto principal. Esses sinais são de vá-



FOTOGRAFIA SEM ÍNDICES DE COLIMAÇÃO DETERMINAÇÃO DO PONTO PRINCIPAL
FIG 6

LEMBRETES EQUESTRES

Aos Tenentes das Armas montadas
Ten. ALVARO M. GOULART FILHO
Departamento de Equitação — AMAN

RÉDEAS



ANTES de entrarmos no mérito da questão, desejamos abrir inicialmente um parêntese, onde veremos o que apregoam os mestres

no que tange às rédeas, como "Ajudas". O cavalo, este ser animado e caprichoso, dotado de um sistema nervoso, sanguíneo e cerebral, sensível e de prodigiosa memória, está subordinado às leis da Natureza. Daí, não possuir analogia com navios, automóveis, etc. porquanto são máquinas dirigíveis servilmente, ainda que por mãos ímpias e improvisadas.

O cavalo é em todo uma individualidade decorrente de u'a moral e de condições físicas as mais diversas. Cioso de sua liberdade, exige do homem profundo e demorado estudo da psicologia animal, da mecânica, da fisiologia e de uma infinidade de regras e princípios ditados pela prática e pela ciência. Dêste estudo dependerá o êxito do adestramento.

Fazemos do que acima ficou dito, a "motivação" para o estudo sobre Rédeas, que passamos a abordar.

As rédeas, como ajudas — psicologicamente, — são os meios de que nós nos servimos para transmitir-lhes nossas impressões e vontades.

Para que as mãos não dêem falsas inoportunas impressões, deverão permanecer independentes da posição do cavaleiro, e, dada a direção desejada ou tensão própria da andadura, manterem-se invariáveis.

Suas ações devem caracterizar-se por tensões intermitentes, nunca por uma ação contínua. A mão deve ser firme e suave, facilitando o "apoio", pela liberdade de movimentos que permite ao balanceiro. Quanto ao comprimento, somente o grau de adestramento, a impulsividade, o temperamento e o equilíbrio nã-lo dirão.

O cavaleiro deve procurar manter os braços sensivelmente no prolongamento das rédeas, sem prejuízo da elasticidade dos cotovelos e sentindo o contacto suave com a boca do cavalo.

Cada tensão de rédea, corresponde a compressão de molas propulsoras; daí, a necessidade de a cada tensão, imediatamente, seguir-se uma cessão de mão (descidas das mãos: de uma, de outra ou de ambas). Se isto não acontecer, ou melhor, se assim não procedermos, teremos de breve substituir nossos braços por guindastes...

Vagam por aí "eméritos" cavaleiros, para os quais existem somente duas rédeas: a esquerda e a direita; para outros, os efeitos de rédeas são figuras de retórica, meras fantasias inspiradas nas vaidades dos velhos mestres.

O nosso grande mal, é a preocupação constante da mão, em detrimento da ação das pernas. Estas, devem preceder sempre a ação daquelas; assim, a perna impulsiona o cavalo, e a mão, cedendo, deixa-o escoar-se, levado pela impulsão, a qual limita; ou a perna engaja, dispondo o cavalo para o

alto ou recuar, e depois a mão determina o movimento.

O emprêgo judicioso e meritório destas rédeas exige uma grande dose de Impulsão, muito principalmente nas ditas de oposição. É interessante atendermos ao fato de que a mão não deve exercer nenhuma tração por meio das rédeas, e isto porque a tensão delas é feita pela Impulsão, (na prática, o mais comum é a "ação muscular").

Quanto mais impulsionado estiver o nosso cavalo, mais subordinado às rédeas estará, como também, tanto mais resistência de força ou de peso apresentará, quanto mais desequilibrado.

Vejamos agora seus diversos efeitos, sua direção, influências sobre o equilíbrio, ajudas e exercícios.

Rédea de Abertura: (R. dir.)

— Direção da Rédea: o cavaleiro desloca o pulso para a direita, unhas para cima, cotovelo junto ao corpo. A cabeça e o pescoço voltam-se para a direita; tem-se a impressão que esta rédea "puxa" o cavalo no sentido da direção. Não existe tração para a retaguarda. Estado o cavalo em estação, este desequilíbrio é quase que insuficiente para modificar-lhe a imobilidade. Em movimento, as espáduas desviam-se ligeiramente para a direita e a garupa, acompanhando-as, dá-se a mudança de direção. É a rédea por excelência da "debouillage" e uma grande auxiliar no trabalho de animais de pescoço rígido. (fig. A)

Influência sobre o Equilíbrio — Encarando-se friamente esta rédea, vê-se que efeito nenhum produz sobre o equilíbrio; acreditam alguns autores que a espádua direita (no caso) fica ligeiramente sobrecarregada. Nenhuma ação há sobre a garupa.

Ajudas — A mão esquerda regula a encurvatura e as duas pernas agem simultaneamente e com a mesma intensidade junto à cilha.

Exercício — o cavaleiro pode citar-se, usando-a nas voltas, meias voltas, etc...

RÉDEA CONTRÁRIA OU DE APOIO: (R. dir.) — Direção da Rédea: a rédea age de encontro à tábua do pescoço, empurrando-o pela extremidade anterior para a direita ou para a esquerda (no caso). É também chamada por nós Rédea Militar, do Polo, do entrevero, da "briga", do Gaúcho nas suas lides diárias com que aparta o boi para o "señuelo". (fig. B).

O cavalo em estação, tem o rompimento de seu equilíbrio bastante dificultado. Em movimento, as espáduas são "empurradas" no sentido da direção da rédea, e a garupa orienta-se em direção oposta com uma pequena defazagem, já que esta rédea tira à garupa sua prioridade de iniciar a mudança de direção.

Influência sobre o Equilíbrio — A mobilidade que permite às espáduas acarretará, logicamente, uma



sobrecarga para a garupa. Esta rédea, em todas as situações, exigirá dos posteriores um forte apoio para o desembaraço e jogo das espáduas. Não tem efeito sobre a garupa.

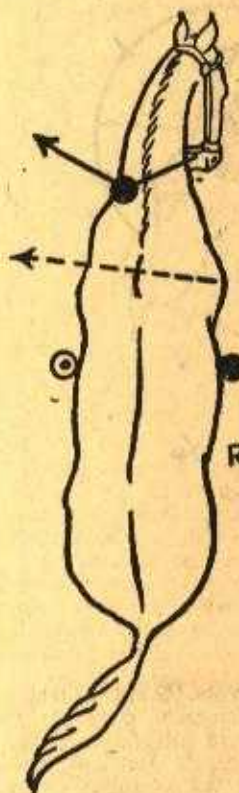


FIG. B
R. de Apôio

Ajudas — Rédeas numa só mão, ora apoiando-se a direita ou a esquerda do pescoço do cavalo. Pernas na cilha com igual intensidade.

Exercício — O melhor exercício é o trabalho de seu cavalo de polo. **RÉDEAS DE OPOSIÇÃO.** Assim chamadas por duas razões: 1ª — se opõem à Impulsão; 2ª — Opõem as espáduas às ancas e vice-versa.

RÉDEA DIRETA DE OPOSIÇÃO: (R. dir.) — Direção da Rédea: Sensivelmente paralela ao plano vertical do cavalo (fig. 1), e

mais ou menos na direção do osso do quadril do cavaleiro. Cerrar os dedos com uma rotação do pulso, de cima para baixo, e se necessário recuando o cotovelo, porém, mantendo-o junto ao corpo. As espáduas serão ligeiramente desviadas à direita, mas o fundamental é o que define a rédea, é o deslocamento da garupa para a esquerda. A Impulsão é orientada na direção da anca esquerda pelo cavaleiro, uma vez que o cavalo esbarra na mão direita, ativa.

Sob o efeito desta rédea o cavalo apresenta-se: chanfro voltado para a direita, pescoço e coluna encurvados à direita.

Influência sobre o equilíbrio — A ação da rédea sobre os anteriores é quase nulo, limitando-se a um sensível deslocamento. As ancas, porém, são fortemente atingidas, descrevendo um círculo bem maior que o percorrido pelas espáduas. Ora, para que os posteriores tenham seus jogos desembaraçados, necessário se torna que as espáduas, como "pivot", suportem as ancas. Não cometeremos nenhuma alergia ao proclamarmos que esta rédea coloca o cavalo ligeiramente sobre as espáduas. Não esqueçamos que o seu efeito diminui muito a Impulsão, uma vez que sua sede — as ancas — solicitadas a um deslocamento lateral, se vêem frustradas e quase que impossibilitadas de um perfeito engajamento.

Todos nós já tivemos oportunidade de ver, senão de sentir, a infelicidade de seu emprêgo quando inoportunamente dela nos servimos, ao conduzir nosso cavalo para um obstáculo numa curva.

Ajudas — A mão, e a perna esquerda (de Impulsão) na cilha, mantêm e regulam o "pli" à direita. As ancas se deslocam para a esquerda, porque o posterior direito é restringido no seu movimento pelo anteparo — a mão do cavaleiro — colocado à sua frente; privado assim de sua liberdade para a frente, vê-se na contingência de desviar-se à esquerda, e nesta abdução arrasta a garupa, já favorecida pela disposição da coluna e reforçada pela ação da perna.

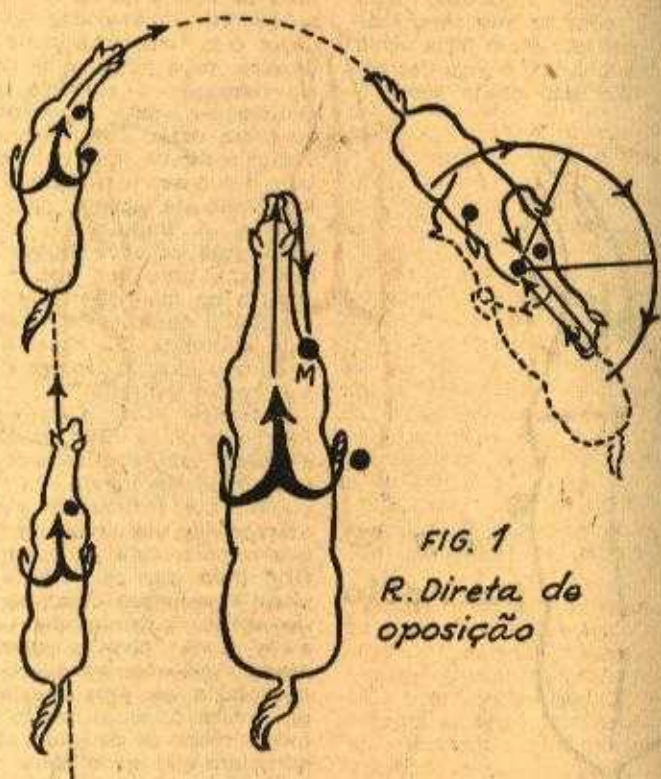


FIG. 1
R. Direta de
oposição

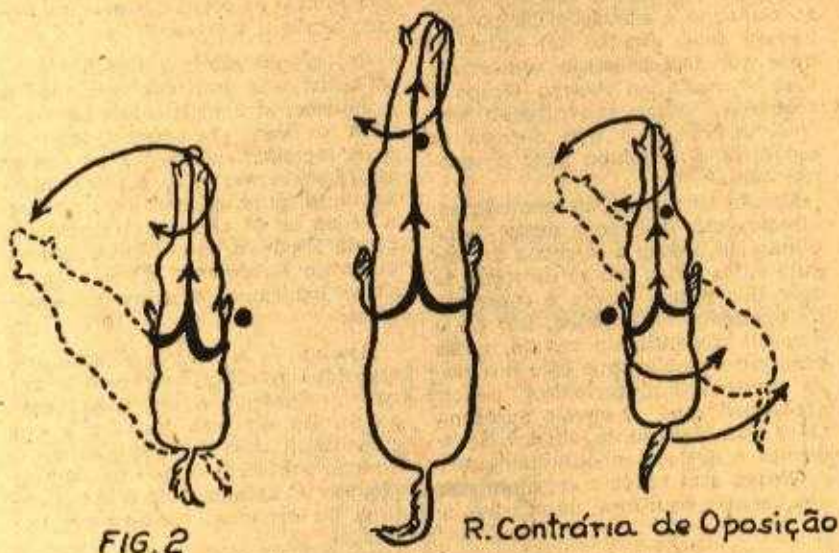
A perna direita atrás da cilha reforça a ação da rédea. Um parêntese: há duas maneiras distintas de agirmos com as pernas, quando atrás da cilha: 1) por pinceladas — ação fisiológica — a garupa joga-se na direção da perna, isto é, "a perna chama o posterior do mesmo lado"; 2) por pressão, é a educação dada pelo cavaleiro, é um reflexo nascido do trabalho sob a ação da perna isolada, que desloca a garupa em direção oposta à perna ativa. Assim, a perna direita, agindo por pinceladas, a garupa lançar-se-á à direita, e por pressão, à esquerda.

Exercício — Meias voltas sobre as espáduas, voltas, serpentinas, ancas para fora em cada volta.

RÉDEA CONTRÁRIA DE OPOSIÇÃO: (R. dir.) — Direção da Rédea: ligeiramente à esquerda e

à frente do garrote. O cavalo francamente impulsionado, o cavaleiro com uma discreta rotação do pulso de cima para baixo, desloca-o para a esquerda. As espáduas serão desviadas à esquerda e com tanto mais desenvoltura quanto maior a impulsão e mais nítido se fizer o deslocamento do pulso. O cavaleiro verá principalmente a ponta do nariz mais à direita bem como o pescoço voltado nesta direção. Faculta-se ao cavaleiro, opor as espáduas às ancas, quando estas tentarem uma fuga lateral (figura 2).

Influência sobre o Equilíbrio — A direção dada à Impulsão, desloca o centro de gravidade para a retaguarda, o que permite às espáduas grande mobilidade. São agora elas que maior círculo descrevem, tendo os posteriores como "pivot",



obrigando-os a um forte engajamento. Coloca-se o cavalo sobre as ancas. A espádua direita fica sensivelmente mais aliviada, jogando um pouco de seu peso sobre o posterior esquerdo. A espádua esquerda é também sobrecarregada pela base do pescoço, que se debruça nela.

Ajudas — A rédea esquerda recebe o cavalo, regula e mantém no grau desejado a encurvação do pescoço à direita, dosa a Impulsão e o deslocamento das espáduas para a esquerda. As pernas alimentam constantemente a Impulsão; ora uma age auxiliando a mão ativa, evitando a fuga da garupa, ora outra em socorro à mão passiva; em suma, quando uma está agindo na garupa, a outra está mantendo a tensão. (fig. 3)

Exercício — Meias voltas, meias voltas ancas para dentro, meias voltas sobre as ancas.

RÉDEA CONTRÁRIA DE OPOSIÇÃO ATRAS DO GARROTE: (R. dir.) — Direção da Rédea: as duas rédeas já estudadas, nos permitem: uma, comandar a garupa — rédea direta — e a outra, as espáduas — rédea contrária — com

apenas uma ligeira modificação na direção de ação da rédea de um mesmo lado. Se pela simples mudança de sentido de uma rédea, à direita por exemplo, passamos do



FIG. 3

R. Contrária de Op. atrás do garrote

comando à esquerda das espáduas, ao comando à esquerda da garupa, haverá uma direção tal entre as duas que forçosamente comandará toda a massa ao mesmo tempo à esquerda. Logo sua direção será "intermediária" à que desloca as espáduas e a garupa para o mesmo lado.

Dando uma imagem geométrica, diremos que a direção desta rédea é mais ou menos a bissetriz do ângulo cujos lados são as direções de ação das rédeas direta e contrária de oposição. Esta rédea, nos dá o domínio absoluto do cavalo, pelas diminutas reações que este nos pode apresentar quando sob o seu efeito poderoso. O cavalo apresenta-se completamente encurvado à direita e desloca-se obliquamente.

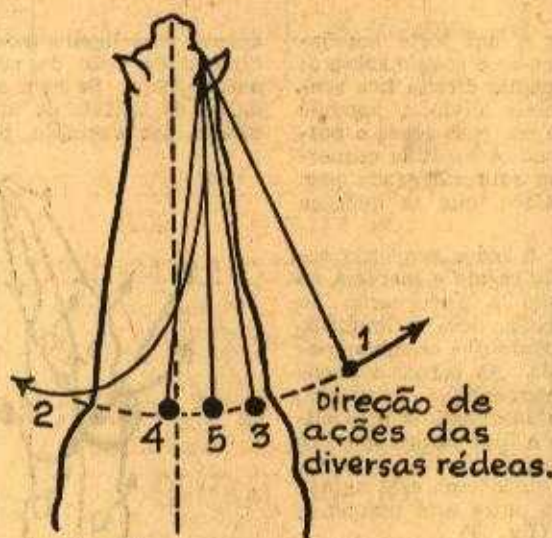
Obriga esta rédea o engajamento das ancas e equilibra, desenvolve a

obediência às pernas, provoca a flexibilidade e a leveza.

Influência sobre o Equilíbrio —

A resistência imposta pela mão à Impulsão, já é o suficiente para refluir o peso. O próprio jogo de seus membros obria-o a se apoiar sobre os posteriores, e mais ligeiramente sobre os anteriores. Assim a rédea de 5º efeito, Intermediária ou da Espádua para Dentro, coloca o cavalo fortemente sobre a garupa e ligeiramente sobre as espáduas.

Ajudas — A mão e a perna esquerda (na cilha) recebem o cavalo e mantêm a Impulsão; perna direita recuada mantém a encurvatura; mão direita mantém a direção variando o jato de Impulsão, isto é, agindo mais sobre a garupa ou espádua, conforme o ca-



Legenda

● Mão ativa

● Perna ativa

→ Direção da rédea

--> Deslocamentos

FIG. 4

valeiro sem necessidade de se aproximar de um efeito de rédea direta ou de rédea contrária respectivamente.

Exercício — Espádua para dentro (nosso próximo assunto).

Se de tudo isto, subtraindo os erros e o que a falta de clareza não permitiu entender-se, algum re-

síduo sobrou, consolidai-o na prática imediata.

BIBLIOGRAFIA

SALINS — Épaule en Dedans
LICART — Perfectionnement
Équestre
BENOIST — Gironière — Con-
quête du Cheval

PASSADEIRAS MILITARES



CONDECORAÇÕES CIVIS E MILITARES
MEDALHAS MILITARES

PASSADEIRAS EM ESMALTE A FOGO
E EM FITA DE SEDA

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO

RANDAL

RUA SENADOR DANTAS, 42-1º — TEL.: 22-0748

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: INSIGNIAS

RIO DE JANEIRO



PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prof. ARTHUR E. BURNS

(Transcrito da "Revista Brasileira de Economia",
de Set de 1953)

VI — Comentário sobre as Perspectivas de Crescimento no Brasil.

Aquêles que se interessam pelo estudo do desenvolvimento econômico irão encontrar uma série de impressionantes contrastes quando lançam os olhos sobre as condições no Brasil. As manifestações do crescimento econômico são prodigiosas no sul e especialmente no Estado de São Paulo. Mas o atraso e mesmo a decadência de certas zonas do norte são igualmente comovedores. A modernização e o impulso de desenvolvimento nas grandes áreas urbanas fazem ressaltar os seculares métodos agrícolas observados em quase toda a área rural. O Governo, bem como a própria indústria, estão vivamente empenhados em remover os obstáculos naturais que se opõem ao crescimento econômico. Mas, em muitos setores, influências políticas, intervenções oficiais e a atitude e a orientação das classes produtoras le-

vantam novos problemas cuja solução parece mais difícil.

Estas diferenças entre as taxas de crescimento do sul e do norte, e entre aquelas das zonas rurais e urbanas, são comuns em países de dimensão continental, com uma multiplicidade de recursos e raças. O que é mais provável é que as forças indígenas normais de crescimento virão a salientar estas diferenças no futuro.

A irregularidade do crescimento econômico não se limita ao caso brasileiro, pois a sua evolução nos Estados Unidos caracteriza-se por modalidades semelhantes. Apesar de este país acusar um século ou mais de desenvolvimento rápido e bastante contínuo, encontram-se notáveis diferenças entre os níveis da renda *per capita* nos estados de New York e Mississippi — \$1.900 e \$700 respectivamente, no ano de 1951, e é muito provável que esta disparidade seja maior atualmente do que há cem anos. No mundo inteiro encontramos desmedidos con-

trastes regionais entre os níveis da renda per capita, contrastes estes que seguramente aumentarão com o decorrer do tempo.

Uma combinação feliz de recursos naturais, clima favorável, facilidades para transportes, contiguidade aos mercados e uma população adequada, contribuem para assegurar o êxito inicial das regiões economicamente adiantadas. Seja qual for o motivo, ou a série de motivos, uma cidade ou uma região geralmente consegue manter esta vantagem que obteve e de que goza em relação a zonas menos desenvolvidas. As economias externas que acompanham a expansão das facilidades comunais, a construção de uma rede de transportes, e a abundância da mão-de-obra, assim como suas variadas capacidades técnicas são fatores que atraem novas inversões. Nestas regiões o "social overhead capital" é apreciável, mas em compensação numa região pouco desenvolvida, torna-se virtualmente essencial o estabelecimento de novo das facilidades representadas por este capital. E o processo não só é lento como também é oneroso. Conclui-se, portanto, que uma região economicamente desenvolvida possui vantagens que estimulam o crescimento cumulativo, ao mesmo tempo que ela atrai capitais disponíveis para fins de inversão, enquanto que as regiões atrasadas tendem a rechaçá-los.

Eis, pois, a razão pela qual São Paulo e outras regiões onde se observa um processo de desenvolvimento rápido normalmente deverão continuar a crescer com este ritmo acelerado que se verifica atualmente. O êxito vive de si mesmo. Durante algum tempo ainda, e quicá indefinidamente, as atuais disparidades persistirão, como tivemos ocasião de indicar ao referir-nos àquelas existentes entre as diversas regiões dos Estados Unidos.

Deve-se notar, porém, que o processo de crescimento tende normalmente a se dirigir para fora quando alcança um determinado nível. Com o decorrer do tempo, a concentração urbana industrial produz certas

deseconomias e o próprio problema da congestão assim criada torna-se pavoroso. O seu custo avultado em termos de tempo e de falta de comodidade, além das quantiosas inversões necessárias para eliminá-la são fenômenos correntes da vida urbana. Todas as grandes cidades e as zonas altamente industrializadas encontram este problema que consiste na deseconomia da congestão por si mesma. Entranha também outros gastos, tais como o crescente valor das terras e os aumentos de salários. Empresas que desejam estender o campo de suas atividades vêem-se em grandes apertos devido à existência de outros que também desejam ampliar seus interesses. Quer no sentido extensivo, quer no intensivo, torna-se cada vez mais dispendioso aumentar o volume de negócios da empresa. A tendência a crescer por meio de instalação de novas fábricas afiliadas em outras regiões torna-se irresistível por motivos econômicos. As economias externas tendem a ceder em face às inúmeras deseconomias da congestão.

Esta tendência ao crescimento em direção externa se observa perfeitamente na história econômica dos Estados Unidos. As deseconomias a que acabamos de nos referir, assim como a expansão dos mercados, que constitui um fenômeno perfeitamente normal numa economia que se está desenvolvendo, obrigaram os capitalistas a procurar novas áreas. Os capitais formados na parte leste dos Estados Unidos, ou melhor, os capitais de "Wall Street", como dizem os descontentes da zona oeste, contribuíram apreciavelmente para estimular o crescimento econômico da parte ocidental daquele país, e recentemente estas fontes começaram a se interessar pelas regiões meridionais. No Brasil, encontramos um quadro semelhante. Os capitais formados na cidade de São Paulo estão se dirigindo às áreas vizinhas no próprio estado ou para o Paraná, e cabe esperar que o volume desta corrente aumentará. Sendo já a principal zona industrial

do país, seria razoável acreditar que São Paulo venha a desempenhar um papel econômico e financeiro semelhante àquele de New York.

A Política de Desenvolvimento — Abordamos agora uma das principais incógnitas que surgem na formulação de uma política equilibrada para este setor. Esta se resume em determinar qual o critério que deverá adotar um país no tocante à distribuição dos recursos financeiros oficiais disponíveis para fins de desenvolvimento, se é que pretende dar seguimento às diretrizes que já estabeleceu para este fim. Até certo ponto, depende dos objetivos almejados. Suponhamos que a meta a ser alcançada é um ritmo ótimo de crescimento. Nesta hipótese, nenhuma dificuldade se nos apresenta, pois as inversões realizadas pelo governo visando a expansão econômica dariam o melhor resultado se fôssem empregadas para desenvolver ou incrementar as atividades das áreas de mais intenso desenvolvimento econômico. Penso que seria útil dizer mais alguma coisa a este respeito. Quais são os tipos de gastos oficiais que melhores possibilidades têm de permitir a obtenção do ritmo ideal de crescimento? Num país em pleno desenvolvimento e que possui fontes internas de crescimento, o meio mais fácil de se atingir esta taxa exige a concentração dos recursos nos projetos de desenvolvimento que produzirão o volume *optimum* de inversões particulares. Os elementos fundamentais para o desenvolvimento incluem força, transportes, facilidades de armazenamento, metais e combustíveis. Além destes, devemos também anotar as facilidades comunais básicas que se encontram em todas as regiões industrializadas e que, na realidade, formam uma parte integrante do próprio desenvolvimento.

É característico das zonas que crescem rapidamente o aparecimento de círculos viciosos entre os elementos fundamentais do desenvolvimento, sobretudo nas facilidades sociais de que depende a expansão. A concentração das inversões ofi-

ciais para fins de desenvolvimento em zonas onde já se está realizando este processo, ou em programas com este objetivo, contribui para aumentar o número de economias externas existentes naquela zona. Este incremento ao total das economias externas existentes, possivelmente causará um aumento relativamente grande no volume das inversões particulares.

Contrariamente, e por unidade de gastos efetuados, as inversões oficiais encaminhadas a uma zona pouco desenvolvida, do ponto de vista econômico, produzem um volume menor de inversões particulares, do que num setor econômico em plena expansão. Na área pouco adiantada, não se trata de aumentar as facilidades sociais existentes nem de elevar o número de economias externas existentes. É preciso criá-las todas de novo. Ou melhor, deve-se criar "a totalidade da condição" essencial ao crescimento por intermédio do estímulo às inversões forçadas. Os governos que empreenderam programas de desenvolvimento, como é o caso no Brasil, agora se acham confrontados por uma escolha difícil. A melhor fórmula para se atingir o ritmo *optimum* de crescimento a longo prazo para este país seria a concentração das inversões para fins de desenvolvimento em São Paulo e seus arredores (de comprovada utilidade econômica), assim como em outras áreas industriais que estão se desenvolvendo rapidamente. Mas outras considerações, relativas ao bem-estar durante o próximo futuro, e argumentos práticos sobre o que é viável do ponto de vista político, tenderão a exercer uma forte pressão no sentido oposto, isto é, no sentido da dispersão. O economista só pode indicar quais lhe parecem ser as consequências lógicas da concentração e da dispersão no tocante ao ritmo do crescimento econômico. De um modo geral, as decisões referentes à orientação estão em outras mãos e dependem também de outras considerações.

A Orientação do Crescimento — Seja qual for o setor ao qual a po-

lítica governamental no Brasil resolve atribuir a maior importância, parece razoável supor que se verificará uma expansão a prazo longo. Não pretendo de maneira alguma argumentar que o crescimento é automático. Ao contrário exige grande esforço, sobriedade, disciplina e um talento administrativo. Creio que estas qualidades existem nos centros industriais brasileiros em grau suficiente para que se tenha plena confiança no seu crescimento. A bem dizer, um estudo ligeiro revela fenômenos que são realmente impressionantes sob muitos aspectos. Chegou agora o momento de se tecer alguns comentários quanto aos prováveis efeitos deste desenvolvimento futuro sobre a posição do comércio exterior brasileiro.

Não parece haver motivo para acreditar que o desenvolvimento econômico do Brasil representará um estímulo à exportação nacional. São relativamente altos os custos da produção brasileira. Atualmente, é virtualmente impossível concorrer satisfatoriamente nos mercados estrangeiros contra países altamente industrializados e é bem provável que esta posição perdurará ainda por algum tempo. Existem vários motivos que explicam este fenômeno. O Brasil carece das vantagens da produção em grande escala que somente aparecem após um longo período de crescimento. Os Estados Unidos, por exemplo, e outros países industriais já gozam destas vantagens. Mórmente, o elevado lucro unitário que exige o produtor brasileiro em geral também limita a escala de produção. Seria razoável crer, porém, que esta atitude se modificará à medida que aumente a pressão da concorrência que se associa ao crescimento e à formação de capital. No intervalo, porém, tende a diminuir a taxa de expansão. Deve-se também ter presente que o desenvolvimento econômico e a pressão da concorrência criam condições em que se pode antecipar que a eficiência administrativa e da mão-de-obra aumentarão igualmente. Mas durante um

prazo ainda bastante longo, a produção brasileira estará sujeita às dificuldades que caracterizam todas as economias que estão numa fase de crescimento. Na realidade, até que seja possível superar estes obstáculos por intermédio das economias provenientes da produção em maior escala, a indústria nacional terá que continuar a exigir a proteção à custa da qual ela se mantém atualmente no mercado interno.

Eis por que o Brasil logicamente não se dedicará a criar indústrias destinadas a aumentar o volume da exportação nacional até que possa alcançar um nível eficiente de produção em grande escala. Entretanto, suas indústrias provavelmente substituirão os artigos importados, sendo que em certos casos esta substituição será apenas relativa, enquanto que em outros será absoluta. Prevê-se pois uma tendência a diminuir as importações em vez de se aumentar as exportações, o que entranhará uma produção *relativa* no volume do comércio exterior brasileiro. E justo seria admitir que este fenômeno ocorre quase sempre na história econômica dos grandes países produtores de matérias-primas que se lançam em atividades manufatureiras. Em primeiro lugar, o incremento da produção é absorvido no mercado interno, rechaçando os produtos similares de origem estrangeira. Este mesmo processo foi observado nos Estados Unidos e no Canadá. Por exemplo, comparado com as estimativas da renda nacional dos Estados Unidos, o comércio exterior daquele país era duas vezes maior em 1800 do que em 1950. Acredito que o Brasil irá pelo mesmo caminho; creio, porém, que os produtos agrícolas e outros produtos das indústrias extrativas continuarão a formar a base principal da sua exportação.

O estabelecimento de indústrias destinadas a reduzir o volume da importação brasileira tão cedo quanto possível forneceria ao país um meio seguro de resolver os problemas que surgem no balanço de pagamentos. Predominante entre estas atividades está a produção do petróleo. O aumento no total de

veículos automotores desde 1940 — quase 800 % — e a expansão no emprêgo industrial dos produtos do petróleo são fatos que todos conhecemos. Atualmente, as importações deste combustível absorvem cerca da quarta parte da receita em dólares no Brasil, e daqui a três ou quatro anos, esta proporção poderá aumentar até chegar à metade desses créditos. Mórmente, segundo o que se pode prever, o Brasil não dispõe de qualquer artigo de exportação que poderia lhe facilitar as quantias em dólares que serão necessárias para cobrir as importações de petróleo. No caso de ser estável o valor das entradas em dólares, e mesmo que esse nível suba ligeiramente, será necessário efetuar uma redução radical quer nas importações de petróleo, quer nas restantes. Esta necessidade se deve ao fato de não ser a alta propensão para importar, aliada a uma capacidade correspondente para facultar ao país uma fonte proporcional de dólares. Não resta dúvida que o mais grave de todos os problemas que enfrenta o Brasil no futuro imediato se resume na necessidade de desenvolver os seus poços de petróleo desde já.

Sucintamente delineada, as tendências prováveis do crescimento econômico brasileiro, parecem ser as seguintes:

1. Tanto as importações como as exportações diminuiriam em relação à produção total.

2. O desenvolvimento industrial tenderá a reduzir a dependência do Brasil sobre as importações de produtos manufaturados, enquanto que a expansão geral dará maior importância àquelas indústrias que lhe permitem diminuir o volume total da importação.

3. Não nos parece provável um aumento na exportação de produtos manufaturados do Brasil. Outros países gozam de vantagens, das quais o Brasil não poderá usufruir senão no futuro distante.

Sob muitos aspectos, a situação econômica do Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico nos Estados Unidos. Este país é o maior importador de produtos brasileiros, ao mesmo tempo

que é seu maior fornecedor de bens de capital e de consumo e representa uma grande fonte potencial de capitais para fins de crescimento econômico brasileiro. Seria talvez oportuno examinar de um modo geral (e com referência aos Estados Unidos) os fatores de longo prazo e as perspectivas de curto prazo que poderão afetar a posição brasileira.

Do ponto de vista do futuro distante, existem três fatores de grande importância que são: (1) o crescimento demográfico; (2) a renda *per capita*, e (3) a procura de matérias-primas nos Estados Unidos. Através toda a história norte-americana, verifica-se um aumento quer da população, quer da sua renda. Desde 1940, porém, a proporção de ambos incrementos sobrepassou qualquer cifra registrada no passado. O aumento da população desde 1940 foi de 25 milhões; isto é, de um total de 132 milhões subiu para 157 milhões. Durante este mesmo período, a renda real *per capita* revela um incremento de cerca de 55 %. Estas duas alterações trouxeram vantagens ao Brasil. O consumo do café aumentou e provavelmente aumentará mais ainda, à medida que o incremento da população alcance a idade em que se toma café. Vemos, pois, que as exportações brasileiras de café não serão alteradas através o prazo longo, pois pode-se antecipar que os aumentos de população e da renda continuarão a favorecer esta atividade. Há outro fator que também concorre para melhorar a situação brasileira: é a crescente dependência norte-americana no que diz respeito à importação de matérias-primas. Pode-se esperar que à medida que passem os anos, aumentarão as exportações de matérias-primas brasileiras para os Estados Unidos. Mórmente, não se conhece um único caso em que qualquer dos principais produtos exportados pelo Brasil fôsse prejudicado pela introdução de um sucedâneo sintético. As exportações brasileiras de borracha em bruto são de pouca importância. A bem da verdade, deve-se mesmo confessar que o Brasil atualmente está importando borracha em bruto e que posteriormente é de se esperar

que venha a criar uma indústria nacional de borracha sintética.

Através o prazo longo, por conseguinte, as perspectivas parecem indicar que por parte dos Estados Unidos haverá um crescente volume físico de importações, de produtos agrícolas brasileiros, assim como de matérias-primas. A receita em dólares dependerá naturalmente dos preços e estes, por sua vez, dependem da relação oferta-procura.

Para o prazo curto, compreende-se que o Brasil revele grande interesse pela estabilidade econômica dos Estados Unidos. Quais são as perspectivas neste setor? Pode-se afirmar categoricamente que os Estados Unidos não estarão sujeitos a qualquer crise demorada e grave como a de 1930. A base principal para esta declaração é o fato de se haver produzido uma modificação radical na opinião política norte-americana desde 1930. Nenhum partido político tolerará uma depressão nem tão pouco adotará medidas inadequadas. A técnica e os meios para corrigir uma depressão já são conhecidos e não resta dúvida quanto à sua aplicação caso fosse necessária. Só existe o perigo de que o governo pudesse agir antes do tempo. As pequenas recessões cumprem uma função econômica útil, pois corrigem os desajustes nos preços e as acumulações excessivas de estoques, assim como elevam o nível de eficiência. Estas recessões periódicas são normais e inerentes ao sistema econômico. Deve-se permitir que desempenhem seu papel sem, por isso, chegarem ao ponto de provocarem crises graves. Disponemos dos meios e temos a força de vontade suficiente para evitar que produzam uma depressão séria e prolongada.

Existem certos elementos estabilizadores que são inerentes ao sistema econômico e que servem para moderar as tendências depressivas, assim como as expansionistas. Figuram entre estes a arrecadação dos impostos na fonte, o seguro social, as subvenções pagas aos agricultores, dentro do programa de garantia aos preços de produtos agrícolas.

Seus efeitos são automáticos e rápidos. Mais além, existem planos para importantes programas de obras públicas e a disposição para reduzir a carga tributária, caso a depressão ameace se tornar mais grave.

Quer nos Estados Unidos, quer em outros países, o problema da estabilidade econômica já passou a ser um assunto puramente político. Nos Estados Unidos, o ambiente político evoluiu de tal modo que uma crise prolongada e grave não seria tolerável. A ênfase, em política econômica, é hoje sobre a *manutenção dos níveis de renda e de consumo*. Em períodos anteriores, insistia-se sobre a liquidez dos bancos, a manutenção das indústrias produtoras de bens de capital, etc. Agora que se insiste sobre a manutenção da renda primordialmente, não parece provável que o Brasil venha a sofrer novamente as amarguras que conheceu no período correspondente à terceira década deste século. Como artigo de consumo, a situação do café hoje em dia é superior àquela ocupada pelas matérias-primas industriais, as quais são suscetíveis às mínimas recessões.

Quer no prazo longo ou no curto, os elementos fundamentais da economia norte-americana que afetam o sistema econômico brasileiro parecem contribuir para o crescimento da república latino-americana. Existe todavia o problema das inversões norte-americanas no Brasil como futura fonte de recursos financeiros. Potencialmente, estaria disponível uma quantia apreciável, se bem que estaria sujeita às restrições indicadas numa das conferências anteriores. Deve-se notar, porém, que o principal obstáculo que está travando esta corrente não se encontra do lado da oferta. Não resta dúvida que existem capitais para inversão a longo prazo no Brasil. Mas a política seguida no Brasil torna estas inversões demasiadamente arriscadas e seus rendimentos insuficientemente seguros. Mais tarde, o Brasil provavelmente virá a ser um exportador de capitais, e então os capitalistas brasileiros se

mostrarão tão cautelosos quanto seus confrades norte-americanos diante de incertezas como aquelas que atualmente surgem diante dos olhos dos norte-americanos com fundos para inverter. Então os brasileiros não estarão menos preocupados pelos rendimentos provenientes das suas inversões que os atuais capitalistas *yankees*.

Ao encerrar esta série de conferências desejaría frisar novamente um fato que venho salientando de quando em vez. Refiro-me à simplicidade teórica do processo de crescimento econômico. Exige apenas muito trabalho e um excedente de produção em relação ao volume corrente do consumo. Existem disciplinas, costumes e atitudes que são imprescindíveis à realização do processo. São também essenciais os estímulos ao trabalho e as sanções aplicadas a quem não coopera, assim como um controle razoável do consumo a fim de assegurar a formação de capitais. As decantadas virtudes de outorria, a diligência, a sobriedade e a poupança são de tanta importância para o Brasil moderno quanto para todas as nações que realizaram progressos reais no campo industrial. Tendo em vista que o conceito do problema do crescimento é essencialmente simples, pouco se presta às elegantes polémicas de natureza teórica. Sua simplicidade teórica, porém, não chega ao plano prático. Árdus esforços, disciplina inteiramente desprovida de qualquer fantasia, e a sobriedade absoluta são alguns dos aspectos menos agradáveis da existência humana. Não se adquirem facilmente estas qualidades, como nos demonstra cabalmente a história do desenvolvimento econômico e como poderemos concluir pelo estudo das

regiões em que há uma ausência total de crescimento econômico.

Os fatores essenciais ao desenvolvimento são na sua maioria de ordem psicológica e representam a reação aos estímulos e aos castigos e às normas estabelecidas. A reação de um povo aos estímulos do crescimento e aos castigos que provêm da estagnação, da inércia, determina de um modo formal as suas possibilidades de crescimento. Trata-se basicamente de uma questão de normas sociais e individuais e das preferências indicadas à luz destas normas. O papel desempenhado pela política moderna tende a obstruir e tornar exageradamente complexo o problema do crescimento. Um país formado na tradição ocidental não completa sua evolução normal por meio de atos públicos. Ao contrário: cresce devido às forças indígenas que operam dentro do sistema econômico, forças estas cuja potência depende de normas sociais e individuais. Eis por que os governos podem ouvir proveitosamente os conselhos de ADAM SMITH, — o grande teórico do desenvolvimento econômico — e transformá-los em seguida, a fim de adaptá-los às condições da nossa era. Eis o que disse aquele notável doutrinário:

"O esforço natural que faz qualquer indivíduo a fim de melhorar a sua própria situação, se não for impedido nas suas tentativas para exprimir-se livremente e sem medo, é um princípio tão poderoso que sozinho, sem qualquer auxílio, é capaz não só de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade como também ainda poderá sobrepor uma centena de obstáculos toscos que a insensatez das leis humanas tão freqüentemente deixa no seu caminho."

ECONOMIA NACIONAL

Major MANOEL BRIGIDO MAIA

II

Um dos nossos elementos de grandeza é, sem dúvida, a população nacional, cuja composição pode ser estudada sob vários aspectos. Em 1-VII-950, tínhamos :

a) Segundo o sexo :

(1) Homens	25 885 001 (49,83)
(2) Mulheres	26 059 396 (50,17)
Total	51 944 397 (100)

b) Segundo grupos de idades (anos completos) :

(1) De menos de 20 anos	27 197 289 (52,36)
(2) De 20 a 59 anos	22 425 135 (43,17)
(3) De 60 anos e mais	2 205 341 (4,25)
(4) De idade ignorada	116 632 (0,22)
Total	51 944 397 (100)

c) Segundo a nacionalidade :

(1) Brasileiros natos	50 727 113 (97,65)
(2) Brasileiros naturalizados	128 897 (0,24)
(3) Estrangeiros	1 085 287 (2,10)
(4) Sem declaração de nacionalidade ...	3 100 (0,01)
Total	51 944 397 (100)

d) Segundo a instrução, das pessoas presentes de 5 anos e mais :

(1) Sabem ler e escrever	18 588 722 (42,66)
(2) Não sabem ler nem escrever	24 907 596 (57,16)
(3) Sem declaração de instrução	77 199 (0,18)
Total	43 573 517 (100)

e) Segundo os ramos de atividade principal das pessoas presentes, de 10 anos e mais :

(1) Agricultura, pecuária e silvicultura	9 886 915	(27,05)
(2) Indústrias extrativas	483 016	(1,32)
(3) Indústrias de transformação	2 231 198	(6,11)
(4) Comércio de mercadorias	958 421	(2,62)
(5) Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	115 500	(0,31)
(6) Prestação de serviços	1 672 779	(4,58)
(7) Transporte, comunicações e armazenagem	697 042	(1,91)
(8) Profissões liberais	78 858	(0,21)
(9) Atividades sociais	434 315	(1,19)
(10) Administração pública, legislativo, justiça	260 767	(0,71)
(11) Defesa nacional e segurança pública	251 877	(0,69)
(12) Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	16 464 031	(45,03)
(13) Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	46 674	(0,13)
(14) Condições inativas	2 976 597	(8,14)
Total	36 557 990	(100)

Carlos Pôrto Carreiro (Lições de Economia Política e Noções de Finanças, 5ª edição) diz :

"... As estatísticas apresentam um resultado aparentemente simples : a equivalência numérica, existente quase por toda a parte, entre os dois sexos, — equivalência que tende para se restabelecer quando, por acaso, se perturba ou se rompe."

"As causas que atuam para essa igualdade numérica vêm a ser :

1ª, o número de nascimento de indivíduos de um e de outro sexo ;

2ª, a mortalidade e a emigração de um e de outro, as quais se produzem em proporções diversas e em idades diferentes."

A população do Brasil, em 1-VII-950, era formada de 49,83 % de homens e 50,17 % de mulheres, com o excesso de 0,34 % de mulheres sobre o total de homens. Há, portanto, praticamente, a equivalência numérica entre os dois sexos.

Ensina ainda, Pôrto Carreiro : "As estatísticas demonstram que os grupos de população de menos de 20 anos de idade constituem 34 a 50 por cento ; os grupos de mais de 60 anos de 8 a 13 por cento — os grupos de 20 a 60 anos 41 a 52 por cento. É sobre esta última classe que recai o encargo econômico da manutenção da família, das comunas e do Estado".

A população do Brasil, em 1-VII-950, era formada :

(1) De menos de 20 anos de idade	52,36 %
(2) De 20 a 59 anos de idade	43,17 %
(3) De 60 anos e mais de idade	4,25 %
(4) De idade ignorada	0,22 %

Vemos, portanto, que no Brasil há no grupo de menos de 20 anos de idade um excesso de 2,36 % sobre o limite máximo da média citada pelo economista Pôrto Carreiro ; que no grupo de 20 a 60 anos de idade a

nossa porcentagem está dentro dos limites estabelecidos; no grupo de mais de 60 anos de idade temos, apenas, 4,25 %, em contraposição às médias de 8 a 13 por cento mencionadas pelo mesmo economista. Temos, portanto, índices animadores quanto à composição da população encarada sob o aspecto das idades, a qual é formada, em grande parte, de moços e alta porcentagem de pessoas pertencentes ao período útil da vida, que vai dos 20 aos 60 anos. O encargo econômico da manutenção da família, da União, dos Estados e Municípios, no Brasil, recai sobre 43,17 % da sua população.

Diz Carlos Gide, segundo Pôrto Carreiro na obra citada, que "o ideal, sob o ponto de vista puramente econômico, seria o país em que não houvesse crianças nem velhos, pois que essas duas categorias são improdutivas".

Entretanto, o equilíbrio social assim o exige. Os velhos, em regra, são forças ontogenéticas da sociedade e, portanto, preservadores, enquanto os moços são forças filogenéticas do organismo social e, por conseguinte, partidários da renovação constante. Essas duas forças e as forças sociogenéticas formam um sistema cuja resultante é o equilíbrio social, segundo a teoria de Lester Ward.

Os ramos de atividade principal predominantes, de acordo com o Recenseamento Geral de 1950, estão na ordem seguinte:

(1) Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	45,03
(2) Agricultura, pecuária e silvicultura	27,05
(3) Condições inativas	8,14
(4) Indústrias de transformação	6,11
(5) Prestação de serviços	4,58
(6) Comércio de mercadorias	2,62
(7) Transportes, comunicações e armazenagem	1,91
(8) Indústrias extrativas	1,32
(9) Atividades sociais	1,19
(10) Administração pública, legislativo, justiça	0,71
(11) Defesa nacional e segurança pública	0,69
(12) Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	0,31
(13) Profissões liberais	0,21
(14) Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	0,13

A análise dos resultados transcritos evidencia que no Brasil 27,05 % da sua população exerce atividade na agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto que nas indústrias de transformação e extrativas há somente 7,43 % do seu contingente demográfico. Há, portanto, necessidade não só do desenvolvimento da nossa agricultura, pecuária e silvicultura, mas, também, de um aumento de industrialização, visando o emprego de mão-de-obra mais numerosa e um melhor aproveitamento dos recursos econômicos que a terra dadivosa oferece.

Ernst Wagemann (Estructura y Ritmo de la Economía Mundial, tradução de Manuel Sánchez Sarto, 2ª edição, pág. 26), ao estudar a densidade de população e grau de intensidade, observa que de 0 a 2 habitantes por milha quadrada é densidade de zonas sem colonizar e menciona a escala de densidade demográfica seguinte:

- (1) De 2 a 6 habitantes por milha quadrada;
- (2) De 6 a 18 habitantes por milha quadrada;
- (3) De 18 a 45 habitantes por milha quadrada;

- (4) De 45 a 90 habitantes por milha quadrada ;
- (5) De 90 e mais habitantes por milha quadrada.

Ensina, também, que esses limites determinam, em regra geral, a extensão e predominância de certas formas de economia. Assim, na densidade demográfica de 6 a 18 habitantes por milha quadrada (2,59 km²) deve, em regra geral, predominar a exploração agrícola. Sabendo-se que a densidade demográfica do Brasil é de 6,09 (por quilômetro quadrado), podemos determinar, facilmente, que essa mesma densidade demográfica é de 15,77 (por milha quadrada), dentro dos limites fixados no item (2) da escala referida. Está, portanto, a forma de economia do Brasil de acordo com a teoria exposta, magistralmente, por Wagemann.

É, ainda, o Recenseamento Geral de 1950, que está nos indicando a necessidade de uma política imigratória cujos fatores de atração proporcionem a entrada de imigrantes selecionados, cuja acomodação inicial evolva, naturalmente, para a assimilação, em que o imigrante transfere do grupo originário para o novo grupo a sua lealdade, segundo Donald Pierson (Teoria e Pesquisa em Sociologia).

Quanto à instrução, está afeto ao Ministério da Educação e Cultura o encargo de reduzir o índice alarmante de 57,16 % de analfabetos evidenciado em 1950. A tarefa é árdua, mas, não tenhamos dúvida, será cumprida, necessariamente.

O analfabeto não pode assenhorear-se da técnica de produção nem dos métodos científicos de organização do trabalho, uma vez que não está de posse dos elementos essenciais de instrução e cultura, que lhe proporcionem a aprendizagem.

Pelo exposto, podemos concluir que os índices de produção dependem, também, dos índices de instrução da população, cuja estrutura se está estudando.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

O COMUNISMO AMEAÇA A AMÉRICA LATINA?

RENÉ GRANDCHAMP

Traduzido da "Revue Militaire D'Information",
n. 235, de 25 de junho de 1954, pelo Major
FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA.

Muito freqüentemente, nestes últimos anos, temos chamado a atenção dos leitores para a evolução política, econômica e social da América Latina, ao ressaltarmos sua importância para a paz do mundo. Temos mostrado, igualmente, o paralelismo dessa evolução com a dos países do sudeste da Ásia e do Oriente Próximo e Médio. Atualmente, os "pontos nevralgicos" se encontram todos nessas regiões e os estadistas ocidentais estão empenhados em encontrar solução para problemas que surgem, simultaneamente e que são, todos eles, urgentes.

A EVOLUÇÃO DA CRISE

Uma exposição resumida dos fatos mais recentes é necessária, para que se compreenda o desenrolar dos acontecimentos que, na América Central, vêm preocupando, com justa causa, o Departamento de Estado.

A Conferência de Caracas, da qual nos ocupamos na ocasião oportuna (1), havia votado, no dia 15 de março de 1954, uma resolução anti-comunista, que recomendava, entre outras medidas, "a troca de informações entre os governos participantes, tendo em vista facilitar a execução das medidas acertadas pelos Ministros das Relações Exteriores, concernentes ao comunismo internacional". A resolução foi aprovada por 17 votos contra um, o da Guatemala, e duas abstenções,

as do México e da Argentina. No dia 18 de março, a Conferência Panamericana adotou, por 19 votos contra um — o dos Estados Unidos — uma outra resolução, que recomendava "a extinção do colonialismo no hemisfério ocidental". Esses dois votos revelavam a existência de duas correntes contrárias. A tensão atual resulta do choque entre essas duas correntes.

No dia 6 de maio, o governo da Nicarágua denunciou a existência de um tráfico de armas de vastas proporções ao longo das costas do Atlântico e dava a entender que ele estaria ligado a uma recente tentativa de insurreição contra o governo e às atividades comunistas no país. As idas e vindas de um submarino misterioso haviam preocupado as autoridades e as patrulhas encarregadas da vigilância do litoral haviam descoberto vários depósitos de armas desembarcadas clandestinamente. Tais armas, diziam os círculos governamentais, eram de origem soviética e provinham de países situados do outro lado da "Cortina de Ferro".

No dia 18 de maio, um Porta-Voz do Departamento de Estado, em Washington, declarava que seu governo considerava as remessas de armas comunistas para a Guatemala como podendo vir a constituir uma ameaça contra a segurança do hemisfério americano, e, portanto, enquadradas nos termos do Tratado do Rio de Janeiro. Fri-

(1) Ver a "Defesa Nacional" de novembro de 1954 — Nota da Redação.

sava, ainda, que um navio procedente de Stettin, havia desembarcado armas de origem comunista em Puerto-Barrios, na Guatemala. O Senhor Wiley, presidente senatorial dos assuntos estrangeiros, recomendou às nações do hemisfério ocidental a conveniência de realizarem consultas, com vistas a uma eventual ação conjunta. Um Porta-Voz do Governo da Guatemala replicou, no dia seguinte, que a compra de armas no exterior era um ato de Estado soberano. No dia 20 de maio, a Nicarágua, onde, em abril, alguns comunistas haviam tentado assassinar o Presidente Somoza, rompeu as relações diplomáticas com a Guatemala, sob a alegação das "tendências comunistas características do governo guatemalteco e suas tentativas de realizar propaganda comunista na Nicarágua".

Um cargueiro suéco, o "Alphelm", transportando um carregamento de 2.000 toneladas de armas, avaliado em dez milhões de dólares, havia realizado a travessia entre Stettin e a Guatemala, usando todas as espécies de subterfúgios para ocultar seu ponto de destino, mesmo da tripulação. Tendo se feito ao mar, inicialmente, para Dakar, o cargueiro recebeu novas instruções quando se encontrava a dois dias de viagem desse porto, e tomou o rumo de Curaçau. Novamente, dois dias antes de chegar a Curaçau, a rota foi modificada e o "Alphelm" se dirigiu para Puerto-Cortes (Honduras). Enquanto o navio se encontrava, ainda, a vários dias do litoral de Honduras, uma última mudança de rota o levou, finalmente, a Puerto-Barrios, na Guatemala.

Nos conhecimentos de bordo, a carga do navio estava designada como sendo de "vidros óticos e instrumentos de laboratório". As armas assim dissimuladas seriam de fabricação tcheco-eslovaca e, realmente, foram embarcadas em Stettin. O material desembarcado era composto de metralhadoras, fuzis, canhões antiaéreos e lança-rojões. Os cais de Puerto-Barrios pertencem à companhia norte-americana

"United Fruit". Uma ferrovia, cujo material pertence, igualmente, aos Estados Unidos, liga, em um trajeto de sete horas e através de montanhas, Puerto-Barrios à cidade de Guatemala, capital do país.

No dia 24 de maio, o Departamento de Estado anunciava que, de acordo com o tratado de assistência mútua, existente entre a Nicarágua, a Honduras e os Estados Unidos, estes últimos remetariam armas aos outros dois países, a fim de contrabalançar a chegada de material bélico à Guatemala. A inquietude aumentou de volume. A base aérea de Brookley foi designada como ponto de partida dos aviões americanos.

No dia 25 de maio, durante sua habitual entrevista à imprensa, o Senhor Foster Dulles relacionava a atitude da Guatemala com a Conferência de Caracas, ressaltando que ela fora o único Estado americano que não havia ratificado o pacto de solidariedade intercontinental do Rio de Janeiro e, também, o único a receber quantidades vultosas de armamentos provenientes de países situados atrás da "Cortina de Ferro". Dessa maneira, ela se transformava no país melhor armado da América Central e seu poderio representava três ou quatro vezes o de seus vizinhos, a Nicarágua, o Salvador e a Honduras. O Senhor Dulles se referiu ao carregamento do "Alphelm" e concluiu: "A Guatemala afirma que não é colônia dos Estados Unidos... O importante é saber-se se ela está subordinada ao colonialismo comunista, que já submeteu à sua lei despótica 800 milhões de pessoas. O desenvolvimento desse colonialismo em nosso hemisfério poderia, de acordo com os próprios termos da resolução de Caracas, a paz da América em perigo". O Senhor Dulles tomara a precaução de ressaltar que, na Guatemala, existia uma maioria de elementos patriotas, hostis ao comunismo, mas, disse ele, é preciso ter em mente que os comunistas agem, sempre, por meio de pequenas minorias, que se apossam das posições-chave.

Durante a segunda quinzena de maio, explodiram greves, desde a fronteira do México até o Canal do Panamá. Em Honduras — onde era a primeira a ser deflagrada — 40.000 homens entraram em greve, nas plantações de banana da United Fruit. Em Buenos Aires, incidentes sangrentos tiveram lugar, por ocasião da greve dos metalúrgicos e a imprensa falou de uma conspiração comunista. Na Colômbia, o governo renunciou e desordens, que causaram numerosas vítimas, surgiram em várias localidades. Foram efetuadas várias prisões e pensou-se em pôr o partido comunista fora da lei. No Chile, onde uma greve geral de vinte e quatro horas tivera lugar, no dia 18 de maio, o Parlamento reuniu-se em sessão extraordinária, para examinar o incidente entre os Estados Unidos e a Guatemala e aprovou, por 33 votos contra 10, uma resolução, que reafirmava o princípio de não intervenção nos negócios internos das outras nações americanas. No dia 10 de junho, o ministro dos negócios estrangeiros tornou público que recebera um telegrama de sua legação na Turquia, o qual o informava que o "Kominform havia ordenado ao partido comunista chileno que tomasse posição contra o governo do presidente Ibanez". Naturalmente, grandes ondas de inquietude ou de agitação se propagaram através dos demais países da América Latina.

Entrementes, no dia 3 de junho, o governo guatemalteco descobria "uma vasta conspiração interna, dirigida do estrangeiro". Várias personalidades anti-governistas foram detidas, entre as quais o Senhor Martinez del Rosal, anti-comunista notório, enquanto outras se refugiavam nas Embaixadas do Salvador e do Equador. O correspondente do "New York Times" divulgou que estavam em estudo planos para a mobilização de 80.000 membros da Confederação Nacional Civil, a fim de lutar contra "os reacionários e intervencionistas". O "comitê central deveria informar os chefes provinciais das medidas a serem adotadas contra os "inimi-

gos da revolução". Alguns jornais afirmaram que o país estava vivendo a primeira fase da constituição de um exército popular e que era de se considerar a hipótese de uma guerra civil. O Ministro do Interior, Senhor Char-noud Mac Donald denunciou a existência de uma "conspiração organizada", que teria como objetivo a deposição do governo. A Confederação Civil e a dos trabalhadores anunciaram, então, sua decisão de apoiarem o governo. No dia 8 de junho, pela primeira vez em cinco anos, as garantias constitucionais foram suspensas, pelo espaço de um mês. Os transportes de armas passaram a ser controlados, muito de perto, pela Marinha americana. Todas as embarcações suspeitas, que se dirigissem para a Guatemala, eram fiscalizadas por submarinos ou patrulheiros de superfície. Os navios "amigos" eram convidados a fazer escala em um porto, onde pudessem ser revistados e suas tripulações interrogadas.

No dia 10 de junho, o Senhor Foster Dulles voltava a insistir na tese de 25 de maio e reclamava "uma ação pacífica e coletiva" dos países americanos, tendo em vista salvaguardar a paz no continente. "Se nossos esforços não tiverem êxito, dizia ele, a Organização dos Estados Americanos, em seu conjunto, — a O.E.A. — poderá ser desvirtuada e veremos a instalação, em nosso continente, das mesmas forças que trouxeram a guerra, o cativo e a miséria a centenas de milhões de pessoas, na Europa e na Ásia". Alguns dias mais tarde, elementos anti-comunistas, "vindos do exterior", marchavam sobre a capital da Guatemala. No dia 23 de junho, o resultado da luta continuava indeciso. A confusão diplomática atingira o ápice, em toda a América Latina. Estes são os fatos. É conveniente, agora, pesquisar-lhes as causas e, inicialmente, no país que vem sendo o principal teatro delas.

A Guatemala contra 2.800.000 habitantes. Há uns dez anos, vinha sendo governada por uma ditadura

militar e a maior parte de sua riqueza estava concentrada nas mãos de uma pequena oligarquia de proprietários rurais e de negociantes, cuja visão não se havia modificado, desde a época da colonização espanhola: mais ou menos 2% da população detinha a posse de 70% da terra. O abismo entre governantes e governados era imenso e a classe média era, pouco mais ou menos, inexistente. A maioria da população é de origem indígena: pobre e analfabeta, vivendo em uma sociedade dirigida pelos brancos e mestiços. Esse regime ditatorial do General Jorge Ubico foi derrubado em 1944. Pela primeira vez, o povo provou a democracia e a liberdade e gostou disso. Um homem da esquerda foi eleito Presidente: Juan José Arvelo. Entremetidos, um grupo de jovens estudantes organizou, clandestinamente, um partido comunista. Com a aproximação das eleições de 1950, podia-se prever que o Major Francisco Arana, um moderado, sucederia, provavelmente, a Arvelo. Os extremistas não podiam se conformar com tal eventualidade e Arana foi assassinado.

Este acontecimento afetou, profundamente, a história da Guatemala. O Capitão Jacobo Arbenz, um oficial "da esquerda", de 39 anos, de origem suíça, foi eleito presidente. Os comunistas haviam apoiado sua campanha e sua influência no governo se foi afirmando, desde a posse do novo presidente, no dia 15 de março de 1951. Desde então, a história da Guatemala assinalou uma crescente influência do comunismo. Atualmente, os comunistas dominam as organizações trabalhistas e desenvolvem grandes esforços para obterem o apoio das populações rurais, compostas, na maioria, de indígenas. Para tanto, vêm patrocinando a elaboração de um programa de reforma agrária. Conseguiram, igualmente, se infiltrar nos serviços sociais, nas organizações educacionais e nos órgãos de propaganda. Entretanto, não chegam a controlar o governo. Seu sucesso é devido, em grande parte, à influência que desfrutam junto

ao presidente e aos demais líderes governamentais. No momento presente, o Presidente Arbenz controla a situação política, graças ao prestígio de que goza no exército. Ainda que tenha havido algumas infiltrações vermelhas no exército, elas não chegaram, porém, mesmo na opinião dos mais abalizados observadores americanos, a ser muito profundas.

Só há quatro comunistas no Congresso. No entanto, eles detêm os postos de direção da Frente Nacional Democrática, que lidera a coalisão governamental. Na verdade, os comunistas exercem uma influência que está, inteiramente, desproporcionada para seu número. Quase certamente, não há mais de 3.000 comunistas "em dia com suas contribuições" no país e, mesmo esse número, talvez já seja exagerado. Mas esses são "ativos" e sabem, exatamente, o que querem, isto é, muito mais que os membros dos outros partidos. Por motivos políticos, os comunistas acham mais conveniente se denominarem "partido do trabalho guatemalteco", de preferência a partido comunista. Mas ninguém tem dúvidas a esse respeito.

Os comunistas estão realizando na Guatemala aquilo que gostariam de executar em outros países da América Latina. Organizaram uma "Frente Popular". Além disso, fundaram uma grande variedade de instituições "frontais" da mesma espécie. Contam com o apoio de grandes massas de operários e camponeses. Têm, também, influenciado a imprensa e o rádio, em sentido hostil aos Estados Unidos. Finalmente, exercem influência considerável junto ao governo, sem que fiquem, eles próprios, em evidência. Estão, portanto, aplicando a melhor doutrina.

Por outro lado, 6 dos 11 membros do comitê político do "partido do trabalho guatemalteco" visitaram Moscou, nos últimos anos. Dessa maneira, foi criada uma ligação direta com o partido comunista russo. Muito mais claras são as relações entre os comunistas da Guatemala e a Federação Sindical

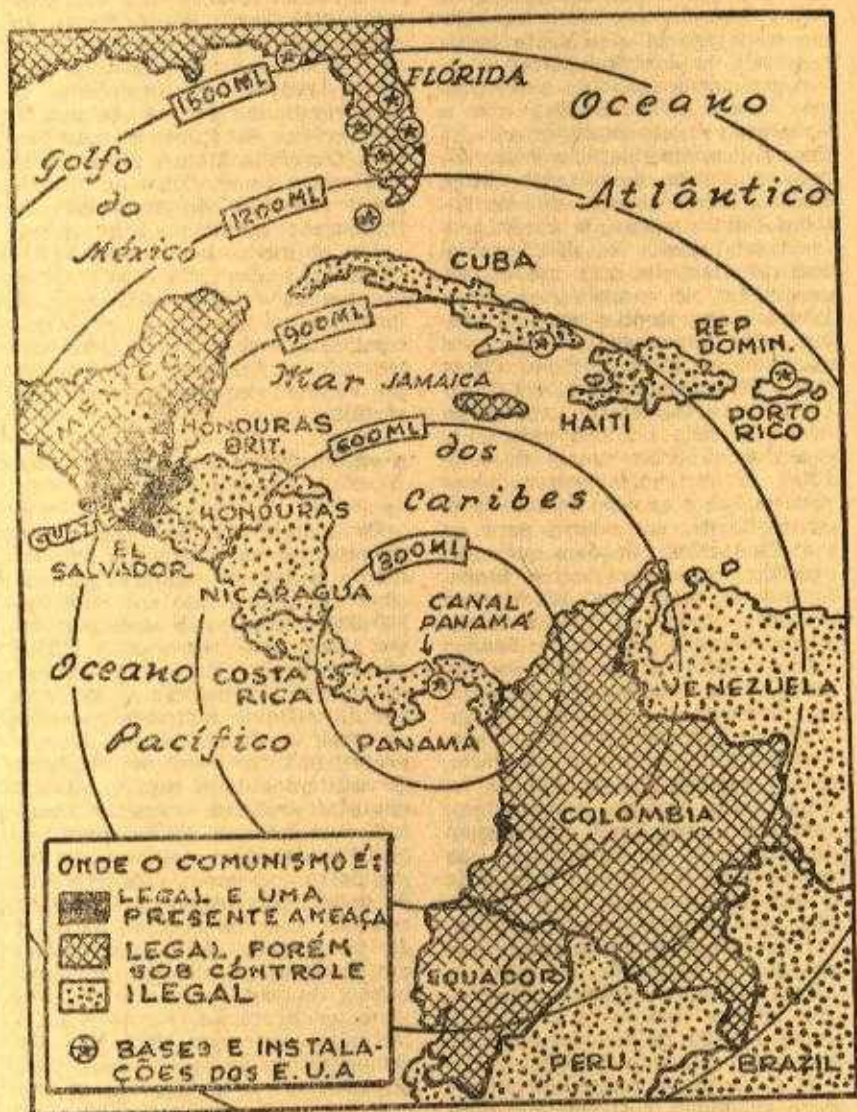


Fig. 1 — O croqui acima mostra a posição relativa da Guatemala e do canal do Panamá, no conjunto do continente americano. As distâncias estão indicadas em milhas: mais ou menos 1,6 km por milha. O partido comunista só é legal na Guatemala. É legal, mas controlado, no México, na Colômbia e no Equador. A Guatemala conta com 3 milhões de habitantes. Honduras 1.500.000; Nicarágua 1.100.000; Panamá 865.000; Costa Rica 350.000 e Salvador 2.100.000 de habitantes

Mundial, que é um dos principais meios de contacto entre o comunismo internacional e os comunismos regionais da América Latina.

Alguns americanos do norte pensam que o atual conflito com a Guatemala é decorrente de uma falha política, em relação a este país, após a queda do ditador Jorge Ubico. Mas esquecem que os Estados Unidos, então em guerra, enfrentavam, nessa ocasião, problemas infinitamente mais graves. Os comunistas se aproveitaram dessa lacuna, para ampliar sua influência. No momento presente, os observadores mais objetivos dizem que a divergência entre os Estados Unidos e a Guatemala decorre do modo de cada um dos países encarar as próprias causas do conflito. Os dirigentes guatemaltecos pensam que a questão comunista é, na realidade, secundária para os Estados Unidos. Supõem que a divergência tem por motivo fundamental o apoio que Washington dispensa à poderosa United Fruit. É essa a razão pela qual o Senhor Toriello, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, declarou, recentemente, que uma base de entendimento poderia ser encontrada. Os Estados Unidos, ao contrário, são de opinião que as medidas tomadas pelo governo guatemalteco, contra a United Fruit, não passam de um efeito da divergência, não constituindo sua causa. Esta seria a tolerância, e mesmo a ajuda clara, dispensada a uma conspiração orientada pelo comunismo internacional, com a finalidade de criar um Estado comunista nas imediações dos Estados Unidos e demasiado perto — 750 milhas, por via aérea — do canal do Panamá.

É à luz desse raciocínio que se deve examinar a atitude de Washington, com relação à Guatemala. O governo guatemalteco não se mostra disposto a alijar os comunistas de suas posições no país, uma vez que eles ajudaram o Presidente Arbenz a executar um certo número de reformas, notadamente a reforma agrária, sobre a qual o presidente estabeleceu a base de sua administração.

Outrossim, parece que a Guatemala está servindo de "base de operações" dos comunistas, contra os territórios vizinhos do país, pois vários grupos revolucionários aí procuraram abrigo: A Associação Democrática do Salvador, com Virgílio Guerra e Miguel Marmol; o Movimento Democrático da Nicarágua; o Partido Revolucionário de Honduras; finalmente, alguns exilados políticos da República Dominicana e de Cuba; os "Apristas peruanos" têm resistido, melhor que os demais, à influência comunista, embora parte deles pertencente ao Movimento de Libertação Popular, pareça haver sido convertida.

A PROPAGANDA COMUNISTA E SUA FORÇA REAL

Os americanos do norte reconhecem que os comunistas não têm o poder em nenhum país da América Latina, mas calculam em 200.000 o número de seus militantes ativos nesse continente. Esse número parece bastante diminuto, em relação à população global, mas não dá qualquer indicação concreta do vigor e da influência de sua propaganda, no seio dos milhões de habitantes dessa região. Os comunistas preferem organizar "frentes" comuns com outros partidos, que eles orientam e apoiam, em lugar de se apossarem, eles próprios, do poder, pois temem que tal fato acarrete uma intervenção externa. Já temos, em várias oportunidades, mostrado como eles se aproveitam do nacionalismo e dos movimentos operários, rurais e intelectuais. Antes de 1939, não desempenhavam qualquer papel, mas, no caso de uma terceira guerra mundial, criariam um problema sério, pois poderiam desencadear greves e executar atos de sabotagem, em uma região onde abundam as matérias-primas "estratégicas", como o cobre, o estanho, o ferro, a bauxita, o petróleo e os nitratos, para citar apenas, esses. Através das organizações operárias, algumas dessas indústrias estão, desde agora, "controladas".

O Canal do Panamá é, naturalmente, outro motivo de preocupação e o Senhor Foster Dulles chegou a expressar o receio de que o armamento da Guatemala permita que esse país crie um reduto comunista nas proximidades dessa via primordial. A República do Panamá, entretanto, colocou o partido comunista (P.C.) fora da lei, no ano passado, e a lealdade do Presidente Antonio Remon é indiscutível. Abordamos, recentemente, a atividade comunista no Brasil e no Chile, onde os sindicatos têm sido trabalhados "em profundidade", embora os partidos respectivos não tenham existência legal.

No Chile, desde o dia 24 de fevereiro de 1954, em consequência da demissão dos Senhores Oscar Herrera e Guillermo del Pedragal, Ministros do Trabalho e das Finanças, "homens fortes" do gabinete, a crise social de acentuou. No dia 2 de junho, o Presidente Ibanez solicitou que seus ministros se demitissem, para que pudesse reorganizar o ministério, ao qual deu, no dia 6 de junho, feição técnica e administrativa. O antigo Ministro da Defesa, General Abdon Parra, recebeu a pasta do Interior. Nenhum representante do partido trabalhista agrário foi incluído no novo ministério. O P.C., por seus militantes não ostensivos, domina, ao que se diz, as indústrias carboníferas, elétricas e a dos nitratos, isto é, pelo menos 50.000 operários.

Os comunistas da América Latina têm muita admiração pela revolução chinesa que, segundo eles, possui uma fórmula adaptável, em muitos pontos, ao hemisfério sul-americano. Dão-lhe o nome de "Caminho do Yen-an", em virtude do nome da província de onde partiu Mao-Tsé-Tung para conquistar o poder. Todos os livros, de autoria dos comunistas chineses, estão à venda em todas as cidades onde não estão proibidos. Já tivemos ocasião de recordar o papel desempenhado por Luís Carlos Pres-

tes, o militante mais conhecido da América Latina, que ainda não perdeu nada de seu prestígio e continua a trabalhar, de paradeiro desconhecido. Outros, como o mexicano Lombardo Toledano, que foi o conselheiro dos primeiros revolucionários guatemaltecos, exerce grande influência através da Federação dos Trabalhadores da América Latina, filiada à Confederação Sindical Mundial. Para falar a verdade, não se sabe se ele é, efetivamente, membro do P.C., mas isso, sem a menor dúvida, não tem, senão, importância puramente acadêmica. O incidente da Guiana Britânica (2), provocado por Chedi Jagan e sua esposa Janet, verdadeiro cérebro do Partido Progressista do Povo, ainda está presente, na memória de todos. Pablo Neruda, um dos chefes do P.C. chileno, é poeta de talento, embora seu último poema, de duzentos versos seja uma homenagem à Guatemala, onde, por outro lado, o secretário geral do partido, Manuel Fortuny, foi agraciado com um prêmio de poesia. Em Cuba, Nicolas Guillen maneja as musas e alicia os intelectuais.

ERROS E TENTATIVAS

Naturalmente, tem havido enganos... Nunca dissimulamos os graves erros, que têm contribuído para agravar a situação econômica e social da América Latina. Os comunistas têm tirado partido do fato de que a América Latina atravessa uma fase revolucionária. Salvo em raras ocasiões, os Estados Unidos não têm sabido agir, nem sabido se mostrarem favoráveis às reivindicações justas, concernentes a aumento de salários, redistribuição de terras e outras reformas. Não têm, também, sabido ajudar a evolução dos países. Fora preciso, igualmente, pensar nos indígenas, muito numerosos na América Central e nas regiões oeste da América do Sul, que, outrora, explorados, são atualmente cortados, por que seus habitantes votam... e de-

semprenham papel saliente nos movimentos agrários.

Outrossim, são numerosos os americanos do norte que reconhecem os erros, que permitiram que os comunistas utilizassem o "slogan" do "imperialismo econômico" dos Estados Unidos da América... Mas, não seria verdadeiro afirmar que, nos últimos anos, Washington não tem tido outra preocupação política, além do combate ao comunismo. No Salvador, por exemplo, uma vintena de técnicos foi enviada dos Estados Unidos e créditos consideráveis foram remetidos, para ajudarem a concretização de programas de industrialização, de combate a epidemias e de criação de jardins da infância e de escolas rurais. Na Costa Rica, onde, no ano findo, o Senhor José Fugueres subiu ao poder, alguns o consideram como um anti-comunista da "esquerda", com o qual é possível colaborar, enquanto outros o classificam como um ditador "em potencial", com certa inclinação para o comunismo. Ora, o Departamento de Estado não tomou posição contrária a ele. Pelo contrário, contribuiu para a solução do conflito entre seu governo e a companhia United Fruit. Em Honduras, onde as reivindicações dos grevistas da oposição pareciam amplamente justificadas, Washington tornou público, no dia 6 de junho, que o caso não justificava um desembarque de fuzileiros navais. Na Bolívia, o Departamento de Estado estabeleceu boas relações com o governo centro-esquerdista do Senhor Paz Estensoro e lhe tem concedido ajuda financeira e econômica.

Este é o caminho certo. Na realidade, a principal causa de atrito entre os Estados Unidos da América e seus vizinhos do sul provém da revolução industrial por que está passando a América do Sul, que alterou, fundamentalmente, os antigos processos comerciais. Antigamente, as repúblicas da América Latina se limitavam a produzir e exportar matérias-primas essenciais e, com o produto das vendas, compravam artigos de consu-

mo. Mas, de um lado, o desenvolvimento das indústrias durante as duas guerras mundiais e, de outro, a instabilidade dos mercados de matérias-primas modificaram, completamente, essa situação. Hoje, a América Latina reclama maquinário para as indústrias de base e créditos para expandir suas manufaturas, e, também, que os Estados Unidos abram, mais liberalmente, seus mercados a seus produtos. Infelizmente, no decurso dos últimos anos, enquanto a América Latina atravessava um período dos mais difíceis, os Estados Unidos eram obrigados a concentrar seus esforços na defesa do hemisfério, e não em sua prosperidade econômica. Simultaneamente, os produtos da América do Sul sofriam a concorrência dos similares africanos, que recebiam o auxílio de capitais europeus. Naturalmente, os países latino-americanos, cuja economia se baseia em um único produto — cobre, estanho, café, carne — foram os mais atingidos e as dificuldades econômicas, das quais se consideram os Estados Unidos como responsáveis, injustamente, transformando-os no único bode expiatório, geraram as crises políticas.

Não haverá, então, remédio para essa incompreensão, que pode assumir aspecto de excepcional gravidade? Há, e o Senhor Cabot Lodge, então Secretário de Estado adjunto para os negócios interamericanos os apontou, muito claramente, no dia 3 de dezembro de 1953, no decorrer da "Conferência das Caraíbas", na Universidade da Flórida: "Respeito aos direitos, interesses e individualidades das repúblicas irmãs; não intervenção em seus negócios internos; cooperação com elas, no sentido do desenvolvimento de seus recursos, de seus serviços públicos e da melhoria de seus níveis de vida, pois o comunismo não será vencido com discursos. A vitória sobre ele será obtida, quando os desherdados da sorte — e há uma porção deles na zona das Caraíbas — se convencerem de que a democracia tenta realizar o que promete, enquanto o comunismo se limita a fazer promessas".



ESPIONAGEM E INCURSÕES PARAGUAIAS NO MATTO GROSSO, ANTES DA GUERRA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Todos os governantes paraguaios, após o bandeirantismo paulista, aspiraram à ocupação do sul de Mato Grosso. Corria antiga versão, segundo a qual, na serra de Maracaju, nas vizinhanças da antiga Xerez, havia um cêrro de prata, tal qual o de Potosi. Esta aspiração justificou-se ainda mais ao lhes chegarem as notícias do descobrimento dos ricos garimpos do Cuibá e do Guaporé. Esse velho desejo de expansão para o norte, todavia, não evoluiu para a realidade porque os paraguaios não perdiam de memória as terríveis razias operadas, tempos passados, pelos bandeirantes, no Guaira, no Itatin e, até, no interior do Paraguai. Quando, porém, D. Luis Antonio mandou assentar a praça de N. Senhora do Prazeres no Iguatemi, os castelhanos de Assunção compreenderam que se não repelisses dali os intrusos, acabariam por perder a animação que os impelia a reaver a antiga província do Itatin. Passados alguns anos, logo que ali che-

gou Pinedo, o novo Governador, não estêve este pelas dúvidas, equipou uma poderosa expedição, marchou até o Iguatemi e destruiu aquele atrevido presidio, em 1777. Não fez tudo, porém, como devera, visto que, tendo arrasado a praça de guerra paulista, recolheu-se com a tropa a Assunção e não deixou ali nem sinais de ocupação.

Azara, entretanto, chegado ao Paraguai em 1783 e tomando a direção das demarcações naquela fronteira, destraldou a legenda da reivindicação do sul de Mato Grosso. No célebre mapa de sua autoria, traçou o Ivinheima e o rio Branco, como limites setentrionais do Paraguai. E foi além. Bateu-se tenazmente porque os portugueses abandonassem Coimbra, Albuquerque e alhures à margem direita do grande rio, usurpados por eles. Azara, contudo, não ficou nisso. Incitou as autoridades castelhanas a preparar um golpe com o fim de apoderarem-se, pelas armas, dos garimpos de Cuibá.

As idéias e insinuações de Azara envenenaram as elites platenses e paraguaias. O povo assuncenho contaminou-se dessas veleidades. Quando Lázaro de Ribera assumiu o Governo do Paraguai em 1796, vindo de Moxos, onde se indisputara com as autoridades de Vila Bela, meteu ombros para tornar realidade o sonho de Azara. Esforçou-se em consegui-lo, primeiro, pela polêmica, depois, pelas armas. No entanto, veio, por fim, a estrear-se contra o Forte de Coimbra no lance espetacular a que se atirou para expugná-lo.

Os pruridos de reivindicação, porém, não esmoreceram nas gerações paraguaias. A fama de usurpadores e imperialistas passou dos portugueses para os brasileiros, e o governo paraguaio, ao receber o quinhão territorial do espólio castelhano, herdou também a ogeriza ancestral contra o Brasil. França, López, pai e filho, perfilharam as idéias de Azara no tocante aos limites setentrionais do Paraguai: Ivinheima — rio Branco, ou na pior hipótese, Iguatemi — rio Branco.

Como se viu noutro capítulo, não houve argumento que persuadissem Carlos López de que o Iguay e o Corrientes dos antigos tratados em nada convinhão com o Ivinheima e o rio Branco. Os postulados de Azara haviam-se firmado nos seus antecessores e nele, Carlos López, como verdade iniludível. Solano López partilhou das conversações do pai com os diplomatas brasileiros e estava imbuído do mesmo sentir.

Ora, foi neste ambiente de reivindicações e de indisposições contra o Império, que Solano López recebeu do pai as rédeas do governo. Foi ele que, ainda nas funções de Ministro da Guerra, mandara um contingente armado ao sul de Mate Grosso, para escorrar colonos brasileiros, que ali se vinham estabelecendo nas proximidades de Ponta Porã, como já havia procedido o pai, em 1850, nos campos de Nioaque e Dourados. Aquele ou outro contingente paraguaio, de 60 a 70 homens, avan-

çou, em janeiro de 1862, até a Colônia Dourados, e, ali chegando, intimou o Comandante do Destacamento a evacuar a região. À vista, porém, da atitude de resistência do Comandante brasileiro e dos colonos, o oficial paraguaio retirou-se rumo Bela Vista. O Tenente Antônio João Ribeiro, mandado de Nioaque, pelo Tenente-Coronel Dias da Silva, ao encalce da tropa paraguaia, já não avistando essa tropa, foi até a barranca do Apa, fronteira à Bela Vista; e, ali, entregou, a 16-II-862, de sua conta, enérgico protesto, endereçado ao governo paraguaio, contra a incursão de tropa desse país no território brasileiro.

A par dessas incursões armadas, que surgiam de longe em longe, os governos paraguaios procediam, como quaisquer outros governantes, a espionagens e à busca de informações além das fronteiras. Qual o país que não sonda com empenho as possibilidades e atividades dos vizinhos? Grande parte de tais investigações podem ser feitas abertamente, pois são do interesse dos próprios países observados, como naquilo que tange à cultura e à economia. Identicamente, no que se refere às forças armadas de cada país, muita novidade é do conhecimento público, consta de publicações oficiais e não se pode ocultar. Também os acidentes geográficos e as vias e meios de transporte são franqueados a todos. Todavia, em alguns ramos de conhecimento, que interessam à segurança nacional, nem todos os observadores estão em condições de apreciá-los devidamente, visto que somente podem fazê-lo os técnicos e oficiais qualificados em tais mistérios.

Ninguém ignora que os governos costumam enviar agentes de informações para coleta de dados pertinentes aos vários motivos que interessam às 2.^{as} Seções de seus Estados-Maiores. E não só agentes, mas também emissários destinados a sondagens mais profundas que as que escapam à observação de curiosos ou excursionistas. Esses agentes especializados chamam-se, com mais propriedade, *espíes*. Tem

êles por missão penetrar o sentido oculto de muitas realizações que não oferecem margem de interpretação a observadores comuns, e, bem assim, de farejar o que se passa nos gabinetes diplomáticos e Estados-Maiores.

Os elementos de ordem econômica, geográfica, histórica e cultural, podem ser coletados e reunidos por técnicos de cada um desses ramos de conhecimento, até mesmo por naturais dos países observados. Todavia, somente oficiais especializados poderão dispô-los em ordem e em condições de fornecerem ensinamentos militares. Outros dados ainda há, de natureza sigilosa, que devidamente interpretados, poderão servir para orientar a política diplomática, e, até, a política militar, em relação ao país observado.

Nada há, portanto, que increpar a um país pelo fato de esclarecer-se, ainda que seja por vias secretas, a respeito do que lhe interessa a segurança nacional, desde que os processos que empregam os seus agentes não aberrem da dignidade humana.

Ora, foram investigações inteligentes e sagazes desse gênero de conhecimentos que realizaram em Mato Grosso naqueles períodos de pré-guerra, organizados provavelmente por Solano López desde sua gestão na pasta da guerra. Em ofício n. 1, de 1861 (*), o presidente Alencastro comunica ao Conselheiro Paranhos, Ministro de Estrangeiros, que o nosso cônsul geral em Assunção informou-o que viera daquela capital a Cuiabá, fazendo-se passar por negociante de solípedes, um paraguaio suspeito, Germano Serrano, o qual, de regresso a Assunção, dali seguira imediatamente para Humaitá para avistar-se com o presidente López. Alertado por essa informação, Alencastro veio a saber que, realmente, Serrano estivera em dezembro de 1860 em Cuiabá, a pretexto da venda de cavalos, sendo,

porém a espionagem o seu verdadeiro objetivo:

"Tendo eu disto conhecimento, continua Alencastro, expedi ao Dr. Chefe de Polícia o ofício da cópia inclusa, no qual lhe recomendei que pusesse todos os obstáculos aos passos de espionagem do dito Serrano, tendo-o debaixo das imediatas vistas da polícia, e não lhe concedendo passaporte para parte alguma da Província. Serrano, passados poucos dias, pediu-me passaporte para regressar a Assunção; dei-lho, na forma constante da cópia n. 2. Com este passaporte, iludiu êle as autoridades do Baixo-Paraguai, pois que, em vez de descer embarcado o rio Paraguai, única via de trânsito lícito entre esta Província e a República do mesmo nome, dirigiu-se para Miranda, dali a Nioaque, e dêste ponto à fronteira do Apa, de onde seguiu para a Assunção, zombando dos crédulos que lhe haviam feito encomendas de cavalos."

A espionagem exercida por Serrano em 1860 estaria seriada com outras em S. Paulo, Paraná e no Rio, e, bem assim, com as que costumava realizar o govêno paraguaio no Uruguai e na Argentina, onde os frequentes distúrbios internos traziam inquietações às nações vizinhas. Foi, ao certo, pelo roteiro e as indicações fornecidos por Serrano e agentes posteriores que uma nova sondagem, de alto estilo, precedeu em Mato Grosso, em 1863-64, um oficial paraguaio, com o disfarce de fazendeiro.

Se o Brasil, como devera, não procedeu de modo idêntico, no Paraguai, nesses tempos de apreensões, foi, certamente, menos avisado e vigilante que aquele país vizinho.

O oficial paraguaio, a que nos referimos linhas atrás, chegou a Corumbá em novembro de 63. Só-

(*) Arq. Hist. do Itamaraty.

mente após a guerra é que se veio a recordar do caso e identificar aquele oficial. Dava-se como interessado na compra de uma estância. Trazia apresentação para o negociante Vicente Solari, e, tais foram as suas maneiras, que o negociante o hospedou na própria casa (1). Passou dias em Corumbá, visitou e observou o que lhe convinha pelas redondezas e palestrou com pessoas de várias condições. Acompanhado de um guia, que lhe forneceu o negociante, embarcou dali para Miranda. Prosseguiu para Nioaque e Dourados. Demorou-se quatro meses no giro que empreendeu, e, somente em março de 64, reembarcou em Corumbá para Assunção, a bordo do paquete Marquês de Olinda.

Esse viajante paraguaio era nada menos que Izidoro Resquin, que um ano depois invadiria, no Comando de uma Divisão de Cavalaria, o sul de Mato Grosso. Simulando homem de negócios, examinou por miúdo as disponibilidades econômicas e demográficas da região. Perquiriu, com o tato e a sagacidade requeridos, as possibilidades militares ali existentes, sedes e efetivos de unidades, depósitos de material bélico, unidades flutuantes e estabelecimentos de marinha, meios de transporte fluviais e terrestres e o mais que tinha em vista.

Outrossim, não se deve pôr em dúvida que Resquin andou isolado. Por certo, outros agentes, oficiais também, por ele dirigidos, disfarçados talvez como vendedores de solipedes, artigo muito vendável na Província, teriam percorrido a parte centro-norte matogrossense, Coxim, Cáceres, Cuiabá, utilizando a navegação e os caminhos que para lá conduzem. Estes agentes trariam de suas excursões, a par de bons negócios, os cadernos e a memória recheados de informações.

Entre estes tais que figuram no rol das previsões, sabe-se, seguramente, que viajou também pelas vias fluviais de Mato Grosso, tendo chegado a Corumbá a 15-IV-863, pela escuna Ulisses, procedente de Assunção, o Tenente André Herrerá, da marinha de guerra paraguaia, que precedera Resquin de alguns meses, talvez para prepará-lo o roteiro de viagem. Herrera entreteve-se amistosamente com o comandante da guarnição de Corumbá, visitou o porto naval de Dourados e girou à vontade abaixo e acima, como a antecipar-se à perseguição que faria dois anos depois aos nossos navios, peçados de gente, escapes de Corumbá, em janeiro de 65 (2).

López tomara, deusarte, exato conhecimento das forças vivas da Província. Disso nos dão certeza os minuciosos esclarecimentos insertos nas instruções de 20-XII-864, enviadas a Bárrios por Benigno López, em nome do ditador paraguaio (3), a fim de orientá-lo na invasão de Mato Grosso. Pela leitura desse documento tem-se a convicção de que o governo paraguaio conhecia, tão bem ou melhor que as próprias autoridades brasileiras, o conjunto e os vários pormenores da situação econômica e militar da Província. É também de admirar-se o apuro das recomendações baixadas, após os dias de terminada a ocupação, pelo segundo documento de Benigno López, de ordem do irmão, datado de 2-III-865, à luz das partes de Bárrios e de Resquin e do exato conhecimento geográfico e estatístico de Mato Grosso (4). Neste documento, voltada já a atenção de Solano López para a frente sul, diz Benigno:

La grave circunstancia de la actualidad aconseja el empleo de todos los recursos militares para sostener la política nacional al

(1) E. de Mendonça, *Datas*, II, 298.

(2) Idem, idem, ob. cit., I, 198.

(3) Aprecie-se esse importante doc., em Walter Spalding, *A Invasão Paraguai no Brasil*, pág. 566.

(4) Idem, idem, pág. 592.

sud de la República, y conviene que la ocupación actual sea mantenida solamente con el número de tropas de la estación; combinaciones militares de la mayor importancia imposibilitan estender las operaciones, por ahora, sobre la Capital Cuybá y el resto de la provincia brasileira de Mato Grosso.

A seguir, prescreve sejam tomadas disposições especiais para cada um dos pontos ocupados. Quanto ao Forte de Coimbra, recomenda o seguinte :

La artilleria de este Fuerte debe reducirse al número de doze cañones con la dotación suficiente en hombres, pólvora y proyectiles. El Brasil no tiene ahora en Mato Grosso fuerza bastante para emprender un sitio. Interesa militarmente á Coimbra la ocupación seria de la izquierda del rio en el paraje denominada Marina ya señalado, cuya ocupación queda ordenada para el caso de una retirada de Corumbá con todas las fuerzas, apesar de que se considera que el Fuerte estará garantido por aquella parte con trecientos in-

fantes, cien caballos y quatro cañones, mutuamente apoyados por los vapores ya reunidos de Dorados y Corumbá, cuyo total representa una fuerza bastante respectable, y capaz de qualquiera tentativa.

Advertem ainda as instruções que o acampamento no Morro da Marinha, além de facilitar a defesa de Coimbra, resguardará a estância a estabelecer-se ali com gado vindo de Miranda, o qual será elevado a umas quinze mil reses, "para que con su producto se pueda mantener la guarnición de Coimbra y otras".

E, outrossim, no caso de tornar-se praticável o caminho de Coimbra a Albuquerque, e haver gado disponível, devem cuidar de uma centena de vacas no potreiro immediato ao Forte, para fornecimento de leite, bem como de carne, em caso extremo.

Estas instruções revelam, de parte das autoridades militares de Assunção, perfeito conhecimento da situação matogrossense, e exata compreensão do que convinha aos efetivos e à conduta das tropas paraguaias de ocupação.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

GEOPOLÍTICA BOLIVIANA

A BOLÍVIA NO CONTINENTE SUL-AMERICANO

Pelo General de Brigada FELIPE N. VISCARRA C., publicado na Revista Militar, Bolívia

Tradução, "data vênia" do Major de Artilharia ZAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA

Com a explanação anteriormente feita dos elementos geopolíticos, passo agora ao estudo da geopolítica Boliviana.

A organização d'êste estudo comporta cinco partes estritamente definidas: Espaço, Homem, Economia, Sociedade e Regime de Governo.

A Bolívia, por sua posição geográfica no continente da América Índia, se acha encravada no centro sob a forma de um coração.

Suas elevações magníficas que ultrapassam de 6.000 metros de altura acima do nível do mar, abarcam uma altiplanicie extensa admirada como um prodígio da natureza pelos homens de outros continentes.

Nestas elevadas montanhas, sempre cobertas de neve, se originam os grandes rios, possivelmente os mais caudalosos do mundo e formando sempre em seu percurso para o mar bacias hidrográficas clássicas como a do Amazonas e a do Prata.

As águas que se lançam no ocidente da cordilheira Oriental ou Real, ou seja, ao lado da meseta boliviana, mantém as águas do lago Titicaca.

A Cordilheira dos Andes em toda a zona que corresponde ao Peru e Bolívia se bifurca formando uma nova cadeia de montanhas denominadas Cordilheira Oriental de melhores elevações e mais magestas.

A Cordilheira Ocidental segue paralelamente com a costa do Oceano Pacífico.

No meio destas duas cordilheiras, já anteriormente citadas, acha-se encravada a meseta Andina de 3.500 metros de altura, geralmente de correntes frias que a fazem rigorosa. Se esta altiplanicie por algum movimento sísmico de grande extensão pudesse abaixar de mil metros, seria a região mais deliciosa e produtiva de toda a América. Contudo, o labor do homem dirigido e orientado por uma agricultura científica daria frutos e colheitas de valor estatístico insuspeito.

Por experiência sei que em muitos lugares desta altiplanicie se tem cultivado árvores frutíferas pertencentes à flora temperada com resultados que despertam a inveja e a admiração de agricultores alemães e polacos.

A situação geológica do maciço boliviano corresponde à granítica ou paleozóica; destruída em certos setores conforme as erosões periódicas nas épocas silúricas, jurássicas e triássicas.

Os grandes vales formados nos contrafortes de grandes elevações, são o resultado do movimento paulatino sedimentar de milhares de anos.

E sua constituição territorial é magnífica para o incremento da riqueza agrária.

O maciço boliviano em sua parte mais baixa retém a formação lacustre mais interessante da América do Sul. É objeto de freqüentes estudos dando como resultado hipóteses diversas, cada qual mais sugestiva.

A extensão total desta planície alcança 100.000 quilômetros quadrados. Em sua parte mais larga tem um comprimento de 230 quilômetros.

Organizado o altiplano de acôrdo com os estudos geopolíticos, em 10 anos poderia ser transformado no empório mais rico da América do Sul em produtos peculiares ao clima e em rebanho lanígero e seus derivados.

O rio Desaguadero, previamente canalizado, serviria magnificamente para as comunicações entre a zona norte e a zona sul do Altiplano, tornando mais barato o transporte dos produtos.

A meseta andina é uma unidade geográfica cujos confins se prolongam até fora do território. Chega pela Sul até o deserto de Atacama, na República do Chile e em Salta na República Argentina. Até o Norte compreende território peruano a meseta de Cuzco até as cercanias de Guayaquil, perdendo-se em elevações cada vez menores.

Todos os prolongamentos geográficos que partem do maciço boliviano, pela qualidade de suas terras, são dependentes de Este, portanto constituem uma continuidade até ao Oceano Pacífico e também até à zona Oriental do plano amazônico, donde se pode conceituar concluídas as características geográficas da altiplanicie boliviana.

No dizer de alguns geólogos esta parte do continente sul-americano parece que em tempos imemorais sofreu uma contração sísmica de ambos os oceanos, e como consequência, haver emergido estas grandes elevações com a formação do altiplano boliviano que foi um grande mar interior.

Fazendo uma síntese sobre o estudo geográfico da meseta boliviana posso, com juízo próprio, indicar que a formação geológica

desta é completa e, pela variação gradual de suas altitudes, também uma diversificação de climas que a transformam num conjunto prodigioso destinado ao desenvolvimento agro-pecuário em grande escala.

ZONAS DOS PLANALTOS

Como um prolongamento da meseta andina até ao oriente se estendem os planaltos de Moxos e Santa Cruz. Terras baixas regadas por grandes rios, contendo uma vegetação exuberante e variada. Para o sudoeste se estendem outros planaltos de flora menos rica e frondosa denominados Chacos e que chegam a tomar contacto com os da Argentina e do Paraguai.

A climatologia geral da Bolívia está dividida em três partes principais, produzindo-se variações que só se tomariam em conta para a experimentação de plantas exóticas de constituição delicada e pouca aclimação.

CLIMA FRIO, CLIMA TEMPERADO E CLIMA TROPICAL

Possivelmente a Bolívia é o único país do mundo onde estão distribuídos tão variados climas, devido a distribuição de suas terras em forma de degraus e cada qual mais produtiva por suas qualidades.

INFLUÊNCIA DO CLIMA NO CARÁTER DOS POVOS

O maior e mais decisivo benefício que recebemos do clima de uma região é a sua influência no aquecimento das raças. Os homens que se desenvolvem em um clima de características dadas, adquirem formas de ação bastante acordes com o meio ambiente.

O clima frio, mantendo o homem em uma situação de certo desconforto, o torna mais ativo e um tanto resignado com o ambiente. Para aquecer-se o homem deve pôr-se em atividade, correr, trabalhar. Isso já vai influir em seu hábito de vida. Os panoramas amplos da

altiplanicie, algumas vezes longínquas e áridas, outras vezes com suas grandes montanhas nevadas e de nobre majestuosidade e, finalmente, outras vezes batida por ventos e nevadas tempestuosas, vão refletindo na alma certas formas de reações emotivas muito semelhantes aos quadros objetivos.

Em suma, todos estes matizes no espírito, definem as características em sua indiosinocrasia sempre favorável a qualidade do homem do altiplano.

Estas condições dos povos desenvolvidos em regiões frias, não só são vistas nos da meseta andina como também nos povos nórdicos como são os germanos, os anglosaxões, os escandinavos, os sibírianos, etc.

Em síntese, considero que nesta parte da América do Sul está se estruturando o homem do futuro de régias condições morais, intelectuais e físicas. O maciço boliviano, por sua posição geográfica invejável, está formando entre suas montanhas e vales uma nova raça de condições mais apuradas que a quechua e a aimara.

O cruzamento com a raça hispânica deu um espécimen de características sui-gêneris que acrisolará no tempo e no espaço um povo cujo destino ainda não se pode definir, porém prevê-se.

Os estudos geopolíticos estão nos fornecendo os materiais para assim pensar-se. Na atualidade somos espectadores e atores das reações raciais que analisamos, não obstante as dificuldades que a Bolívia suporta no seu enclausuramento, lutando por revigorar-se e triunfar contra a ação histórica passada.

Em considerações anteriores temos visto que a meseta andina se estende ainda mais além dos limites políticos atuais e não só se orienta ela até o Peru e o Equador como também vai diretamente até ao mar.

Nos fatores geopolíticos que enumeramos e que descrevemos em capítulos anteriores, vimos a importância que tem o fator geográ-

fico constituído pelo mar para todo Estado.

A Bolívia ao nascer livre e autónoma depois de uma luta pela emancipação do jugo hispânico contava, em sua extensão territorial, com um litoral sobre o Oceano Pacífico de mais de 5 graus geográficos. As condições naturais de todo este território não são mais que prolongamentos da altiplanicie boliviana. Assim também se conhece no estudo feito sobre a delimitação do império incaico que chega até às serras de Copiapó. Um território que havia sido a herança boliviana desde suas origens incas e aimaras, juridicamente falando, tem que voltar ao domínio boliviano.

No momento, a resignação da Bolívia em manter-se orfã do mar pode ser resultado da impotência para reclamar e pedir a revisão do tratado de 1904 ou por motivo da ignorância do valor geográfico do mar como fator económico e cultural.

A necessidade da reintegração marítima para a Bolívia é vital.

Todas as forças vivas da nação devem estar preparando os materiais documentais para exigir do Chile, pela razão, a devolução, não de todo o litoral pelo menos de uma faixa que dê acesso ao Oceano Pacífico.

INFLUENCIA DAS COMUNICAÇÕES

Para a Bolívia, por sua situação geográfica e topográfica, se tem tornado difícil o desenvolvimento de suas vias de comunicações para a sua vinculação entre o oriente e as regiões altiplânicas. Este fator geopolítico que atenta contra os interesses vitais da Bolívia deve ser solucionado em curto prazo.

a) Em virtude da unidade nacional que nos atuais tempos de lutas ideológicas traz a anarquia e o afrouxamento dos sentimentos bolivianistas e exige o máximo empenho para consolidá-la;

b) Para o intercambio comercial e cultural entre os departamentos, especialmente do oriente;

c) Os convênios Brasileiro-Boliviano e Argentino-Boliviano no fundo constituem uma indireta expansão política em nosso território, quase com o critério de espaço vital (*lebens raum*) da geopolítica alemã; portanto, a Bolívia deve conter e fazer o esforço máximo de chegar à Santa Cruz com uma via estável.

Em meu modesto critério, tôdas as forças econômicas e políticas da nação devem voltar-se para este meio de comunicação decisivo para a futura grandeza da Bolívia.

d) as riquezas que poderão ser extraídas do altiplano, como o açúcar, arros madeiras e outros produtos, beneficiando ao mesmo tempo os produtores, deterão a saída de milhões de dólares.

e) As comunicações aéreas de tipo moderno possibilitam o transporte de grande volume e peso. As esferas governamentais devem incrementar com a maior decisão este sistema de transporte e assim assentar também as bases do nosso poderio no ar. A meseta andina, no continente, constitui, por sua natureza e altura acima do nível do mar, o aeroporto mais estratégico do continente. Incrementar a aviação civil e comercial para a solução das nossas comunicações até ao planalto, é vital.

Em um alarde de organização técnica a Bolívia com a finalidade de incrementar suas ferrovias (aquelas que atravessam zonas abruptas da montanha), pode aproveitar as grandes quedas d'água para a obtenção de energia elétrica e para irrigação. Ferrovias eletrificadas são de exploração mais barata e mais viáveis em regiões montanhosas.

INFLUÊNCIA DO CLIMA NOS PLANALTOS

A influência do clima nos planaltos é contrária a do altiplano. Viu-se anteriormente os influxos do clima frio; agora veremos como o calor é de efeitos esgotadores, que habitua a inércia. Faz do habitante um sibarita e acomodaticio. Como faz pouco esforço para

obter os meios de sua subsistência, inclina-se para a preguiça e para a moleza. No aspecto sexual o calor provoca irritabilidade, tornando o homem muito sensual. Sua condição volitiva debilita-se, sua inteligência atenua-se.

Os povos da Europa com relação aos da Ásia, não obstante serem da mesma origem ária, evidenciam esta influência; aqueles floresceram e chegaram a níveis culturais superiores devido a influência do clima, em troca estes se mantiveram estacionários.

A INFLUÊNCIA DAS COMUNICAÇÕES NO PLANALTO

O fator comunicação que determina a vida e a vinculação espiritual entre as populações do planalto se resume em uma única palavra: "Via Fluvial". Todo o oriente boliviano está indefectivelmente ligado a rede de seus grandes rios que servirão de comunicações e conexão entre as diferentes cidades e portos fluviais. De um modo geral, os planaltos do Noroeste e Este das zonas baixas da Bolívia, por serem terrenos alagadiços nas épocas de chuva, não permitem outra classe de comunicações. Para habilitar esta excelente rede de rios à navegação, seria conveniente a sua dragagem e limpeza.

Este fator geopolítico de vital importância também deve ser estudado pelo governo nacional. Estas correntes de água navegáveis até caminhos troncais que se unem com os centros de consumo da altiplanicie resolveriam os problemas do abastecimento de carne e de produtos do trópico.

O FATOR HOMEM

O fator homem está intimamente ligado ao meio físico de maneira que ambos reunidos constituem um organismo vivo inseparável.

O meio físico fica de certa maneira modificado pela vontade do homem e este, por sua vez, influenciado pelo meio físico.

Foram as raças aimara e quíchua as que originalmente preexistiram na meseta andina. Por suas condições morais e intelectuais chegaram a um nível de cultura muito acima de vários povos da Ásia.

Quando os espanhóis chegaram a conquista destas raças é presumível que elas já se encontravam em plena decadência. Do cruzamento com o espanhol produziu-se um robustecimento apreciável que anulou sua decrepitude. É possível esperar no futuro um rejuvenescimento espiritual, intelectual e físico que reedite os passados períodos de prosperidade.

Vimos também que em parte, por motivo do clima e do meio ambiente que circunda o homem do altiplano, este manterá suas boas qualidades de trabalho e empreendimento. É indispensável que exista entre as populações da Bolívia u'a maior união e solidariedade, fator indispensável para o nosso ressurgimento e realização dos nossos fins.

Aqui não é lugar a próprio para fazer uma ampla discriminação racial, por isso somente vou considerar a grosso modo as origens da raça autóctona que constituiu o elemento para a formação dos povos da América do Sul.

Antropólogos e homens de ciência indicam que é possível que o homem da América seja originário de outros continentes, que por diversos fenômenos ou ocorrências geográficas haja chegado até essas terras.

Outra hipótese considera o homem americano como autóctono e que dele derivam as outras raças e a formação de outros povos. Os laços que existem com alguns povos da Ásia fazem derivar o homem da América daquele continente.

Contudo, basta-nos analisar que as raças preexistentes nesta parte da América, tiveram sua origem nas zonas septentrionais. As raças aimara e quíchua têm certa ligação com as raças aztecas e maias estabelecidas no México e na América Central.

Quiz-se dizer que as condições morais do autóctone (índio) eram inferiores, porém creio que houve precipitação para determinar uma raça por suas condições do momento. Isso foi um erro que mesmo hoje vem se comprovando com o trabalho de reeducação empreendido por instituições religiosas, adventistas que lançando o trabalho de regeneração nos vilarejos indígenas têm alcançado resultados surpreendentes.

Conhecendo-se as condições do meio ambiente e as influências geográficas da meseta andina entrelaçada pela raça autóctona é muito possível que no futuro e conforme as teorias possibilistas se realize uma mudança total nas possibilidades do Estado Boliviano.

ECONOMIA

Entramos num capítulo importante quase emergente dos fatores geográficos que analisamos no presente trabalho.

Será demasiado entrar no assunto dando a definição do que é a economia, contudo, será muito proveitoso estabelecer que a economia de um estado seja dirigida até autoabastecimento e que ensaie as possibilidades industriais.

A Bolívia por sua condição de país rico em matérias primas e outros produtos que surgem dos três reinos da natureza, se acha em perfeitas possibilidades de realizar sua política autárquica em proveito nacional.

Em produtos alimentícios temos os que permitem os três climas do altiplano, batatas, cevada, trigo, cana, centeio, aveia, etc., no vale; mais trigo, centeio, aveia, frutas, no planalto; arroz, açúcar e diversas frutas.

Em matéria de riqueza mineral igualmente temos os mais importantes e variados como: estanho, ouro, antimônio, cobre, wolfrango, zinco, ferro, mercúrio e outros que ainda não foram explorados como o carvão.

Quanto à riqueza animal pode-se dizer que no território boliviano

existe a maior parte dos animais da zoologia.

Pelo exposto, em amplos traços vemos as possibilidades do nosso país para desenvolver uma política econômica integral.

Alguns economistas impugnaram as idéias autárquicas alegando que não são condizentes para manter os Estados dentro das vinculações que são sempre necessárias. O intercâmbio é sempre necessário para os países já que se servem mutuamente e fazem conhecer o adiantamento industrial um do outro.

Uma autarquia equilibrada, não extrema, exportando os excedentes da produção nacional e importando produtos industriais estrangeiros de maneira que essa importação não resulte imprescindível e escravizante, creio ser razoável.

Este equilíbrio permite melhorar o nível de vida da população, não entorpecendo seu desenvolvimento cultural, e constitui um requisito indispensável para a total independência política e econômica do Estado.

Os benefícios que esta idéia autárquica proporciona, se em tempo de paz carrega utilidades que representam o mais completo bem-estar, em tempo de guerra representa a liberação das restrições dos produtos estrangeiros, como também das restrições no livre trânsito portuário.

A dolorosa experiência tem de ser aproveitada no futuro de maneira que tudo o que possa constituir meio para nossa autosuficiência seja pôsto em prática a custa de qualquer sacrifício.

A primeira medida de caráter econômico que a previsão aconselha, será o desenvolvimento de um plano destinado a melhorar a produção nacional.

O referido plano deve compreender organização, cadastração e delimitação da terra, aquisição pelo Estado das maquinárias agrícolas modernas, aquisição de sementes em grande escala, reunião de braços para distribuição entre as terras necessitadas, criação de granjas experimentais, desenvolvi-

mento científico na criação de animais domésticos, organização dos grandes fundos do Nordeste com pessoal técnico e prático para o desenvolvimento da pecuária, construção de grandes estabelecimentos frigoríficos com campos de aterrisagens para o transporte de carne e subprodutos, melhoramento das vias fluviais até o altiplano.

SOCIEDADE

Tem-se denominado sociedade nos Estados organizados, a classe mais representativa e intelectual de uma nação. Esta classe social que constitui a elite, por suas condições morais, intelectuais e físicas dentro do país, assume personalidade e autoridade intrínsecas para se definir em questões políticas, econômicas e culturais, em síntese, toma a seu cargo a direção e a administração política do Estado.

Na Bolívia, a sociedade de nossos dias formou-se com elementos brancos descendentes das antigas famílias coloniais. Quase que podemos dizer que o predomínio social hispânico foi substituído pela classe formada de crioulos e mestiços que formaram um todo em partes iguais para deter a administração política da nação.

O predomínio desta sociedade ressalta a vista sem necessidade das estatísticas, pela grande percentagem das classes médias e indígenas.

Na atualidade formou-se uma classe média de caráter burguês que tem certa participação no movimento comercial e econômico do Estado. As classes proletárias do subsólo e arteenato em geral são formadas pelos mestiços e crioulos que pela insuficiência cultural em que se encontram são fácil presa dos políticos e demagogos.

A situação de anarquia é aguda pelas idéias comunistas de que se acham possuídas estas classes.

A solução deste problema social será a culturalização destas massas mediante o incremento da criação de escolas e institutos de habilitação profissional, melhoria do

padrão de vida, revalorização da moeda, etc.

Como meio ilustrativo podemos assinalar as percentagens da população do país em suas diferentes classes sociais:

Percentagem

Branços..	458.400	Percentagem	14%
Mestiços.	974.800	Percentagem	29%
Indígenas	1.841.900	Percentagem	56%
Negros...	7.600	Percentagem	0.2%

Reunindo mestiços e indígenas a percentagem da população atinge 85%.

GOVERNO DA NAÇÃO

O Governo da nação, desde que a Audiência de Charcas se erigiu em nação livre e autônoma, instituiu-se a maneira das repúblicas democráticas da Europa.

É formado por três poderes independentes entre si, porém responsáveis pela administração política e jurídica da nação.

Um poder legislativo representativo formado por senadores e deputados pelos diversos departamentos, com a missão de legislar e dar leis à nação para o seu harmônico desenvolvimento.

Um poder executivo constituído pelo Presidente e seus ministros com função executiva e cumprimento das leis e encarregado da administração nacional.

Um poder judicial formado pela Corte Suprema de Justiça e pelas Cortes superiores departamentais, destinado a administração da justiça e equilíbrio no desenvolvimento vital de todos os cidadãos estrangeiros, aos quais se lhes concede os mesmos direitos de comércio, porém não de eleição.

Este sistema democrático nos tempos contemporâneos resulta numa mescla de diferentes correntes ideológicas e faz perigar o livre

jogo dos interesses nacionais e privados.

No sistema e forma de mudança do governo nacional, o sufrágio orientado por políticos irresponsáveis adultera os fins do bom governo, conduzindo como representantes do povo homens que carecem de preparo, de experiência e de madureza.

As leis jurídicas antiquadas e impraticáveis em nosso meio são burladas, prejudicando aos litigantes do melhor direito. É conveniente uma renovação de leis mais justas e harmônicas com a época atual.

É também urgente legislar sobre o trânsito de veículos para freiar a irresponsabilidade dos trabalhadores do volante com a finalidade de proteger a sociedade dos atropelamentos, abusos e acidentes motivados por falta de melhores leis.

As escolas, verdadeiros viveiros das sociedades futuras, são decisivas para a organização do Estado em todas as suas classes.

A instrução que se preconiza gratuita na Bolívia, pode ser feita com uma pequena contribuição por parte dos chefes da família a fim de ajudar o Estado na criação e construção de institutos escolares.

Os problemas estatais cada dia se tornam mais complexos. Se não se modificar os sistemas políticos, no futuro será impossível a direção do Estado.

É fundamental a criação de uma consciência sobre o poder do Estado sem discriminação moral. O Estado rege e manda, não pode ter sobre sua autoridade outra que a subjugue.

Os novos estadistas do país deverão estudar mais conscientemente os problemas geopolíticos para darem soluções mais de acordo com a finalidade do progresso e robustecimento da nação.

O ESTUDO DA GEOGRAFIA

MAJ. RUI ALENCAR NOGUEIRA

Aquêles que iniciam a preparação para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior ficam, logo à primeira vista, muito impressionados com a matéria contida nos programas de geografia, uma vez que ela abrange assuntos nunca tratados pelo Oficial, senão ocasionalmente.

Em virtude disso o candidato, antes de tudo, precisa tornar-se autodidata e iniciar a busca da indispensável bibliografia ou das coleções espalhadas entre os companheiros mais experimentados, a fim de atender às suas necessidades mínimas.

Crescendo cada vez mais o interesse pelos estudos geográficos em todo o mundo contemporâneo, não somente como uma decorrência do último conflito mas, igualmente, pela diminuição das distâncias entre os continentes, por força do extraordinário raio de ação da aviação, não é mais crível que continuemos estacionários neste particular.

Urge que, nas nossas escolas militares, se estabeleça uma programação que trate desses problemas numa escala crescente e capacite os Officiais a conhecerem melhor as questões da geografia.

A nossa Academia Militar já não mais poderá relegá-las a um plano secundário, deixando os futuros comandantes dos diferentes elementos das Forças Terrestres alheios ou indiferentes a essa matéria, quando a missão que lhes caberá está sempre condicionada à conquista ou à defesa do terreno.

E torna-se imperioso, talvez, não se restringir, apenas, aos estudos da Geografia Militar, porém, avançar até a Geografia Geral, dado que

já se vai tornando extremamente difícil estabelecer os liames entre as duas, porquanto os assuntos desta o são, cada vez mais, também daquela, à proporção que sobe o escalão de comando.

O fato é que estes limites vão-se tornando tão fragmentários quanto se ampliam as áreas dos conflitos e cresce o potencial utilizado para a guerra.

Maior razão assiste, pois, à nossa Escola de Aperfeiçoamento de Officiais — o mais importante estabelecimento de ensino do Exército, para incluir nos seus "currículos" o estudo da Geografia, porquanto por ali passam, obrigatoriamente, todos os Capitães da ativa, tanto das Armas quanto os dos Serviços (exceto dentistas e farmacêuticos), pois que esta é uma condição indispensável à promoção ao posto imediato.

Aliás, não estamos pretendendo criar cousas novas mas, pelo contrário, desejamos, simplesmente, lembrar a necessidade de continuarmos um programa que atendia indiscutivelmente às contingências da atualização da cultura dos nossos Officiais, preparando-os ao mesmo tempo para o conhecimento de matéria exigida no concurso da Escola de Estado-Maior.

Quando a Missão Militar Francesa esteve no nosso país e para cá nos trouxe um seleto corpo de instrutores, aos quais muito devemos a elevação do padrão cultural da nossa oficialidade, iniciou, justamente na Escola de Aperfeiçoamento de Officiais, um curso de Geografia Militar, dirigido pelo Tenente-Coronel Lelong e cujas conferências brilhantes ainda são en-

contradas nos nossos arquivos, todas escritas em francês e editadas em 1922.

Quem se der ao trabalho de lê-las e meditar sobre o que ali se contém, terá oportunidade de encontrar magníficas lições da geografia européia, americana e, particularmente, do nosso país, meticolosamente esmiuçado e submetido à perquirição desses excelentes mestres, baseados em autores brasileiros e outros estudiosos que por aqui passaram.

E tudo era feito de maneira simples, procurando-se difundir imediatamente o resultado desses mesmos estudos, numa escola que já, então, se tornara indispensável à vida profissional.

Deverá, portanto, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais restringir-se, agora, exclusivamente aos ensinamentos da tática, ao conhecimento do armamento moderno e o seu emprego ou, ainda, ao entendimento dos novos métodos e processos de instrução?

Cada vez mais, vai-se tornando dispensável, ali, o estudo do armamento, porquanto os atuais capitães matriculados já o conhecem sobejamente e com ele têm trabalhado na tropa ou na A.M.A.N.

Limitando-se, pois, esses assuntos, sobrarão tempo para o desenvolvimento de outros programas bastante oportunos e interessantes.

Muitos acham que a EAO deve concentrar-se nos trabalhos do cam-

po, deixando a cultura geral para a E.E.M.

Respeitosa, como todas as opiniões, maximé num país democrático, devemos meditar que o Exército combate em terra e os seus chefes de todos os escalões são homens que precisam conhecer a geografia do seu país e, muita vez, a do território inimigo onde devam ser realizadas operações.

Além do mais, há um grande contingente que não prossegue nos seus estudos, ingressando na E.E.M., sendo aquele o último curso que frequentam obrigatoriamente.

Razão há, pois, de sobra, para que se o não deixe partir sem travar maiores e melhores conhecimentos com os estudos da geografia, principalmente do Brasil, evitando-se as falsas interpretações e os juízos errôneos, que facilitam a atuação letal e perniciosa dos demagogos contumazes, no afã de atraírem adeptos para as suas fileiras anemizadas.

Não se pode conceber que tais conhecimentos continuem relegados a plano secundário e que se os restrinjam ao grupo dos candidatos à matrícula na E.E.M., aos trabalhos obrigatórios dos órgãos ligados ao trato desses problemas e ao maior ou menor gosto que o assunto possa despertar no espírito de cada Oficial.

Urge que restabelecamos, em sua plenitude, a cadeira de Geografia Militar e a ela concedamos o lugar destacado que bem merece.

O sal, empregado diretamente na alimentação, charqueadas, conservas e salgas, tem ainda aplicação medicinal, sendo aproveitado principalmente nas indústrias de transformação para obtenção de importantíssimos produtos químicos derivados

(Instituto Nacional do Sal)



O PROBLEMA DA ELETRICIDADE

ODILON C. ANDRADE

Extraído, data vênio, da "Revista do Serviço Público" de março de 1952.

De um jovem diretor de departamento, a quem estranhava um desmazêlo de serviço, ouvi, divertido, que o acaso, no descobrimento do Brasil, lhe imprimiu no homem e coisas, o destino da falta de ordem, e daí o andarmos errados há quatrocentos e cinquenta anos, sendo inútil querer que ande direito o que nasceu sem ser esperado.

Deixado de lado a petulância da generalização, própria da mocidade, e a disposição de cruzar os braços, imprópria de funcionário, força é reconhecer que há em quase tudo o que é nosso, a começar da administração pública, coisas que parecem realmente irremediáveis, levando a pensar que melhor seria sancioná-las como são possíveis em vez de pretendê-las como deveriam ser, sem jamais consegui-lo.

Quem se dispusesse a tratar do assunto teria de gastar todo um grosso volume com as instituições públicas, sendo que só as contradições da Constituição dariam para todo um título; nada mais incon-

gruente, com efeito, do que instituir uma justiça do trabalho e consagrar, ao mesmo tempo, o direito de greve, que é a justiça entendida e violentamente imposta por uma das partes? E para quem vive o momento presente haverá romance mais desgraçadamente imaginoso do que o título V da Constituição, sobre a ordem econômica e social?

Mas se alguém pensa que isso enche as medidas de quem se pica de lógica e de acomodação da lei às realidades, estará redondamente enganado: os pontos culminantes da nossa incoerência estão nas providências que a política prescreve para mudar ou corrigir situações contrárias ao interesse público e que, por motivos que não vêm a pêlo examinar, acabam produzindo resultado precisamente oposto, levando a concluir que antes não se tivesse mexido no assunto.

É o que se dá, por exemplo, com o problema da eletricidade, cuja produção e fornecimento ninguém duvida, hoje em dia, que constitui

serviço de utilidade pública e, por isso mesmo, deve ficar sob controle do Estado, pelos diversos processos por que se realiza.

No regime da Constituição de 91 esse controle se exercia ou por meio da exploração direta, na quase totalidade municipal, ou através de contratos de concessões que estipulavam a fiscalização pelo poder concedente, mais ou menos inócua, é verdade, mas em todo o caso possível, pelo menos com relação ao que estivesse claramente previsto no respectivo contrato.

Obedecendo a orientação que, de uma forma ou de outra, mais ou menos integralmente, tende a prevalecer em todos os países, fruto, aliás, de experiência que também nos sobrava, e que repercutira na Constituinte então reunida, baixou o Governo Provisório o Código de Águas — Decreto n. 24.613, de 10 de julho de 1934 — com largo e decisivo passo para a nacionalização de energia hidráulica, cujo aproveitamento industrial passou a depender de autorização ou concessão federal (art. 139) a menos que já estivesse aproveitada na data da lei, caso em que ficaria sujeita a simples manifesto (§ 1º do artigo 139, com referência ao 149).

É muito difícil, porém, que o traço de um rumo novo se faça sem repercussões prejudiciais, quando o poder que o decide não está senhor, ao mesmo tempo, da técnica e do direito pertinentes.

Confessa a exposição de motivos do Código que

“A União foi atribuído o poder de autorizar ou conceder o aproveitamento da energia hidráulica, quer de domínio público, quer de domínio privado, enquanto que, no anteprojeto, o poder concedente seria a a União, o Estado ou ainda o Município, conforme a jurisdição sob que estivesse o respectivo curso d'água.”

Feita essa substituição, verdadeiramente desastrosa, manteve o Código coerência reservando para a

União o exame dos pedidos de concessão, a sua outorga e fiscalização, não só quanto ao que diga respeito a produção, transmissão e transformação de energia elétrica, mas também à própria distribuição, isto é, a sua venda aos consumidores (arts. 144, b); 157 e 158) concluindo por estabelecer, no art. 202 § 1º, o prazo de um ano para a revisão de todos os contratos existentes e seu ajustamento ao Código, a serem feitos, é lógico, pelo Governo Federal (art. 159).

Essas disposições puseram em suspenso, desde logo, o com relação a ele, todas as municipalidades onde havia o serviço; e se dúvida pudesse haver, ou simples interrogação, quanto ao seu significado, legislação posterior, e abundante, se encarregou de esclarecê-la, chegando ao categórico do Decreto-lei n. 5.764, de 1943, que substituiu todos os poderes locais concedentes pela União, passando-lhe, ao mesmo tempo, a fiscalização dos respectivos contratos.

Dessa substituição, aliás indeclinável ante o positivo do texto, tem sido cioso o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ficando-lhe bem, como simples órgão administrativo, que é, a cega obediência à lei, já que lhe falta competência para examinar-lhe o fundo e a forma; num sistema, como o nosso, de unidade de jurisdição, toda e qualquer decisão administrativa está sujeita à revisão pelo Judiciário e é o que os municípios interessados devem provocar, eis que o Decreto-lei n. 5.764, na parte em que põs a União no lugar de poder concedente do serviço municipal de eletricidade é manifestamente inconstitucional.

Na verdade, a iluminação pública e, depois do gás e da eletricidade, a particular, por força de correlação, desde a lei de 1 de outubro de 1828 (art. 66 § 1º), é serviço local e assim foi sempre considerado, no Império e na República, por todas as leis orgânicas, confirmando a regra a exceção do Distrito Federal e de uma ou outra capital de Estado onde não esteja a cargo do município pela razão

que o tirou no Rio, isto é, incapacidade financeira de explorá-lo, quando se estabeleceu.

Com o intuito de nacionalizar as fontes de energia elétrica o Código de Águas passou para a União a concessão das quedas, política que se consagrou, mais amplamente, nas Constituições de 34, 37 e 46, todas as três reservando para ela a competência de

"legislar sobre águas, energia elétrica" (art. 5º n. 15, 1 da atual).

dela dependendo a concessão para

"o aproveitamento da energia hidráulica" (art. 153) prescrevendo o art. 151 que

"a lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos."

determinando

"a fiscalização e revisão das tarifas..."

para os fins e com a extensão constante do parágrafo único do referido artigo.

Em síntese: pelas Constituições, em linguagem idêntica, o que se reservou para a União foram os poderes de: a) legislar sobre águas e energia elétrica; b) conceder o aproveitamento da energia hidráulica; c) dispor sobre o regime das empresas concessionárias, e, d) regular a fiscalização e revisão das tarifas para que o lucro, não excedendo a justa remuneração do capital, lhes permita atender a necessidades de melhoramentos e expansão dos serviços.

Isso, e só isso, é o que vem sendo pôsto nas Constituições e entre isso e a distribuição local da eletricidade, e sua venda aos consumidores, vai a mesma distância que iria entre o "legislar sobre águas" e o seu fornecimento às populações urbanas.

Note-se que a iluminação das cidades e vilas não é serviço municipal em função de teoria mais ou

menos abstrata sobre distribuição de encargos e competências: é local pelo imperativo das circunstâncias, pela natureza urbana do interesse a que serve, e quando isso não bastasse, pela impossibilidade material de a União — e mesmo o Estado — executar, ou simplesmente fiscalizar, o serviço em todos os municípios que se espalham pelo seu território.

Resultado da centralização que se operou, pelo menos vem sendo exagerado, porque a distribuição a que se refere o Código de Águas, em face dos textos constitucionais, deveria ficar limitada, para efeito de ingerência da União, à que se faz nos *bornes* da usina; resultado, dizíamos, é o que aí está por toda parte — e todos sentimos — serviço que não acompanhou o desenvolvimento das cidades, forçando os governos a intervir na produção, garantindo empréstimo para a construção de usina, como aconteceu no Rio, ou construindo ele próprio, como se vem fazendo em Minas, em ambos os casos, chamando a si ônus que, pelos contratos — antigamente coisa sagrada — deveriam caber unicamente aos concessionários.

Sem subestimar as dificuldades de suprimento motivadas pela guerra já distante e propositalmente exageradas pelas empresas, com tanto maior proveito quanto tem sido bastante alegá-las, não mais havendo, praticamente, fiscalização que as verifique, o que se pode afirmar, pelo menos não receio fazê-lo, tirante o Rio, com relação ao resto do país, é que as deficiências, e mesmo o descalabro, dos serviços de eletricidade, são devidos, na quase totalidade, primeiro à centralização acima focalizada e censurada e depois a falta de regulamentação da revisão de tarifas, para os efeitos previstos na Constituição.

Nada nos move contra a política por ela adotada, sem dúvida excelente pelos seus objetivos, e perfeitamente realizável, ante a experiência de outros países, notadamente, dos Estados Unidos; mas em matéria de governo, nada pior do que a excelência que se consa-

gra em lei mas não se regulamenta para a execução, porque estabelece, enquanto isso não ocorre, uma situação *sem lei*, tanto mais lamentável, no caso, quanto pôs em suspenso cláusulas contratuais, deixando as empresas inteiramente à vontade; acrescenta-se que isto já perdura por dezessete anos e de admirar seria que não tivessem sabido explorar a falha no rumo exclusivo dos seus interesses.

Na verdade, ao tempo de contratos rígidos e de fiscalização pelo poder concedente, podia este, através dela, e sem dependência de qualquer outra autoridade, tratar com as companhias diretamente, delas exigindo e obtendo, quando mais não fôsse, pelo menos o cumprimento do contrato; bastou, porém, que a lei determinasse a revisão dos mesmos (Cód. de Águas, art. 202 § 1º) e transferisse para a União a sua fiscalização, para que não se consiga mais, não só a revisão, mesmo quando prevista no contrato, mas até mesmo o cumprimento das obrigações assumidas, criando-se para os concessionários um paraíso do qual nem caricatura se encontra noutro país.

Para prova citarei três fatos, nos quais estive envolvido como advogado de administração concedente.

Para uma das cláusulas de contrato de concessão, celebrado no regime antigo, as tarifas de luz e força seriam revistas de cinco em cinco anos, devendo a primeira revisão, porém, ser feita após dez anos de exploração o que ocorreu em 1939; não existindo ainda o C.N.A.E.E. e estando afetas ao Ministério da Agricultura as questões relativas a matéria, para lá fui comissionado, a tratar da questão.

Encaminhado pelo então Ministro à Divisão de Águas do D.N.P.M. ali me foi dito, na conferência a respeito, que a revisão projetada era, não só possível, mas até prescrita pelo Código de Águas, nenhum óbice havendo, por conseguinte, a que se fizesse; é fácil imaginar a satisfação com que dei conta do meu êxito e a expectativa em que ficamos da resposta

ao ofício que levara e que veio dias depois mas... negativa, não me lembro mais por que fundamento; inútil estranhar que uma revisão de preços estipulada em contrato, haja sido impedida por um regime legal que precisamente a determinava: a revisão não se fez e até hoje, nesse capítulo, só se tem feito majoração, para atender a acréscimo de despesas (Decreto-lei número 7.524, de 1945) sem qualquer exame, entretanto, da necessidade da mesma, apesar de implicitamente previsto no art. 5º, § 1º, do Decreto-lei n. 7.716, n. 27, de 1948, havendo morrido de inanição a Comissão para esse e outros fins criada pelo Decreto n. 7.716.

O segundo fato dizia respeito à avaliação do capital invertido no serviço de bondes, para efeito de extensão de linhas, a que a empresa só era obrigada se lhe ficasse garantida determinada renda: providência, aquela, que se arrastava, havia dez anos, por divergência sobre os elementos que deviam ser computados na avaliação.

Sobrevindo o Decreto-lei federal n. 3.128, de 1941, entendeu a administração concedente que a avaliação devia ser feita segundo os critérios por ele fixados, concorrendo, para isso, considerações de ordem legal (natureza do serviço, sujeito a regulamentação, já que a Constituição não distingue entre os públicos) sua conexão com o de electricidade, sua inclusão no acervo da empresa, de organização e capital unos, etc.; por isso, entretanto, não esteve ela, caracterizando-se, então, um dissídio cuja solução, tudo fazia crer, cabia ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Levado que lhe foi o caso, dele não tomou conhecimento, sob fundamento de que se tratava de consulta; inútil argumentar, como se fez em memorial, que a abstenção do Conselho importava ficar a questão sem autoridade que a decidisse; e foi o que aconteceu.

Da aplicação ou não aplicação do Decreto n. 3.128 pode dar ideia uma simples comparação; enquan-

to o capital referido era computado pela empresa, na ocasião, em cerca de Cr\$ 21.000.000,00, todo o serviço de S. Paulo, cidade dez vezes maior, era estimado em Cr\$ 60.000.000,00 ("Exposição do Prefeito Abrahão Ribeiro ao Interventor de São Paulo" — pág. 26, § 42); de qualquer modo, que outro valor não tenha o fato serve ao menos de mostrar como se tornou difícil aos poderes locais lidar com os concessionários.

O terceiro caso é mais sintomático da quase inutilidade dessa lição: tratava-se de cláusula impondo determinada forma de distribuição, julgada onerosa e dispensável pela empresa, mas tão clara e terminante que a mesma, em vez de discuti-la, como era seu costume, sempre havia preferido adiar-lhe a execução, mediante compensações que se ajustavam.

Dia chegou em que a administração concedente, havendo a empresa orçado a obra, até a data, em Cr\$ 39.000.000,00, resolveu trocar a obrigação, com o que fosse de acrescentar-lhe até o fim do contrato, por ampliação dos serviços ou redução dos preços de força.

Dirigiu-se, para isso, à autoridade competente, mas antes não o tivesse feito: porque a mesma, após diversas considerações, procedentes em tese, mas dependentes de verificação, que não fez, dos lucros da empresa, acabou decidindo que a aludida cláusula "era anti-econômica e, portanto, prejudicial ao consumidor" com o que a anulou, sem um centavo de despesa para a concessionária.

Sete anos depois, provocada a respeito por nova administração esclareceu a referida autoridade que a malsinada cláusula continua em pleno vigor; descubra, porém, quem for capaz, o meio de torná-la efetiva...

Junto-se a esses fatos a transferência acima criticada, da fiscalização para a União (Decreto-lei número 5.764) até hoje não organizada, nem simplesmente delegada e, portanto, ausente, e ter-se-á idéia do que frisamos, isto é, do regime paradisíaco em que vivem as em-

presas de eletricidade, e do qual se aproveitam para integral convergência ao seu único objetivo, que é o lucro, sempre o lucro, sem o mais leve sinal de interesse pelas cidades onde operam, já que, na sua quase totalidade, só se tem dedicado às obras de conserva.

Ninguém ignora que o geral das empresas só distribui dividendos depois de deduzidas as despesas de operação, conserva, ampliações, melhoramentos, etc.; as de eletricidade, sobretudo as de capital estrangeiro, da conserva, que reduzem ao estritamente indispensável, passam logo ao fundo de reserva e dividendo, não conhecendo a sua contabilidade a ampliação e melhoria dos serviços, que só fazem a custa do poder concedente ou dos consumidores, com pagamento específico, aumento de tarifas ou exigências arbitrárias que o disfarçam; debalde se argumenta que é esse um modo de aumentar o capital à custa de outrem: não compreendem, e como não há meio de compeli-las, sofra a cidade e o consumidor que não querem pagar, porque acima de tudo está a renda do serviço.

Entesadas nesse propósito, lançam mão de todos os processos para atingi-lo, dentre os quais mencionarei dois, por mais expressivos; um diz respeito às tabelas decrescentes, usual nos contratos, que sempre se entenderam como sendo as que, tomado um limite uniforme de consumo, daí descaem, em benefício do consumidor; assim não o entendem, porém: para elas o limite é a demanda de cada consumidor; e como essa demanda é fixada por elas o resultado é que as tarifas não decrescem, por mais que se consuma a corrente.

Outro processo consiste em dificultar o mais possível, até mesmo recusar, ligações para força e calefação, alegando falta de energia, para o que há, mesmo, exemplos, de autorização pelo C.N.A.E.E.; parece contudo, que a razão da recusa, mais do que na falta de energia, está nos preços menores convencionados para essas formas de utilização, porque não põem obstá-

culos às ligações de luz e nem se opõem a que essa corrente seja utilizada para calefação e outros usos domésticos, sendo que, mediante acôrdo em preço maior e depois de coonestadora relutância, sempre se acaba obtendo a ligação.

Inquérito cuidadoso, feito por pessoas insuscetíveis de influência, revelaria tôda a amplitude e variedade dessa preocupação de dinheiro; e se a concessão abrange bondes, o malabarismo para que funcionem a poder só de remendos e emendas, como um terno de roupa que devesse servir desde a infância até a velhice.

É que o serviço de bondes só dá de 12 a 15% e isto, para as empresas, é estagnação de capital; junte-se que o pessoal de bondes está para o da luz na razão de dez para um, que dêle nascem as greves e, mesmo sem elas, o freqüente contacto com a Justiça Trabalhista, e ter-se-á a explicação de operações como as de S. Paulo e Belo Horizonte, nesta última, pela quarta parte do valor que a empresa atribuía ao serviço e que, embora *aguado* com elementos imponderáveis, sempre era a soma de parcelas sobre as quais não costumam transigir.

Todos os que trabalham na administração pública podem dar testemunho de que, no Brasil, tôda concessão é um campo de luta pela correta execução do contrato; nesse campo se defrontam, de um lado, os concessionários, com firmeza de propósito e continuidade de vista ajudados, pela legislação vigente, com a concentração do campo no Rio, onde podem cerrar fileira para o combate; do outro, essa porção de *ninguém*, que são os consumidores, a administração locais dispersas pelo país, que se renovam freqüentemente, que têm mil coisas em que pensar e às quais, para cúmulo, ainda se tiraram os meios de ação; publicidade permanente, pontualissimamente paga, sem discussão, fecha a uns e outros a colaboração dos jornais, por onde se poderia canalizar um movimento de opinião: é escusado pensar pa-

ra concluir a evidência de quem levará vantagem.

Infelizmente não é de esperar que o Conselho de Águas e Energia, apesar dos poderes que lhe foram conferidos, possa contrabalançar as deficiências do consumidor e prefeituras: supondo-o imune de quaisquer influências, amolecem-no os vícios constitucionais de todo órgão colegial de administração — demora das decisões, fraqueza de execução, diluição de responsabilidade, etc. — acrescidos da quantidade de casos distantes, tudo isso a entorpecer-lhe a ação no sentido do interesse público, dando a impressão errônea de que vai no jôgo das companhias vigilantes, pela facilidade com que lhes tem autorizado o racionamento e outras restrições, em choque manifesto com o espírito e letra dos contratos.

• • •

Essa breve exposição mostra que temos hoje um grave problema de eletricidade, que a república velha não conhecia, pôsto em equação pelo desenvolvimento rápido das grandes cidades e estagnação dos serviços, favorecida e até estimulada, segundo assinalamos, pela legislação vigente, em parte, errada (Decreto-lei n. 5.764) e no principal, não completada (art. 151 da Constituição), o que tem pôsto os concessionários inteiramente à vontade, sem outra obrigação que não seja o interesse de conservar o serviço, com tanto mais folga para glosar os seus lucros quanto não há quem lhes possa tomar contas e nem processo para isso.

Resolver êsse problema sob fiança do Governo ou à custa dos cofres públicos, pela construção de usinas, poderia estar certo se essas providências constituíssem passo inicial bem assentado para a encampação de todos os serviços e sua propagação; mas construir usinas só porque as empresas não querem diminuir o seu lucro, empinando novo capital, e para lhes vender a energia a menos de vinte centavos para a revender de setenta a cem e até mais... pode estar

certo, mas francamente não se percebe.

A encampação dos serviços, como se sabe, é financeiramente impraticável e, ao mais, desaconselhada pela nossa incapacidade de dirigí-los; e assim, a construção de usinas pelo Governo ou entidades oficiais, aliviando as companhias do mais pesado encargo da concessão, vai transformar a distribuição de energia no melhor negócio do mundo, sobretudo se as coisas ficarem como estão, não sendo este, por certo, o objetivo da política inaugurada pelo Código de Águas.

Para mantê-la — e tudo o aconselha — é necessário, em primeiro lugar, e mesmo urgente, que se vote a lei ordenada pelo art. 151 da Constituição, que a dezessete anos permanece letra morta, pois que já se incluía na de 34.

Duas ou três tentativas de projeto já foram feitas nesse sentido, através de comissões a que se cometeu o erro de agregar representantes das empresas e que, já sendo por si mesmas cemitério de iniciativas, não precisavam de coeiros para enterrar a regulamentação.

A administração federal dispõe de órgãos, pelo menos pessoas, perfeitamente capazes de confeccionar o projeto e a maior dificuldade não está nisso e sim na sua votação pelo Congresso, já de si pouco produtivo, mas agora incontrolável graças à dispersão resultante da representação proporcional.

Na república velha — digam os que se interessavam pela causa pública — a maioria que elegia o Executivo levava também às Câmaras maiorias compactas, que podiam discrepar em questões abertas, mas sempre apoiavam o Presidente nas que fechava em torno do seu programa; com a representação proporcional, isso não é mais possível; e se nos anima a esperança de que se faça a regulamentação apontada, é tão somente porque o atual Presidente foi quem iniciou essa política e pelas adesões que vem recebendo, de partidos,

talvez consiga levá-la a cabo (*).

De qualquer modo, fique bem frisado que, a não se concluir a obra começada, melhor será voltar atrás, ao sistema antigo de contratos rígidos, fiscalizados pelo poder concedente, visto como o que aí está, já o mostramos, é o regime da concessão sem lei, sem contrato, e sem autoridade que faça andar ou contenha os concessionários.

Outra providência que se impõe, e talvez ainda seja mais urgente, é a revogação do Decreto-lei número 5.764, na parte em que substituiu os poderes locais concedentes pela União, conferindo-lhe a fiscalização dos respectivos contratos.

Essa disposição, além da inexequibilidade acima focalizada, atenta contra a autonomia municipal, num dos itens por que a garante a Constituição Federal (art. 28, II, b) sendo o serviço de eletricidade, como é, tipicamente local; (artigos 5º, XX, 1, 151 e 153) não autorizam essa ingerência, que não trazem na letra ou no espírito, e que estaria em contradição com o artigo 28 citado; e se se invocar o Código de Águas, nos dispositivos onde fala em distribuição, pior ainda, por que então o choque seria de lei ordinária com a Constituição.

Cabendo-lhe legislar sobre energia elétrica, dispor sobre o regime das empresas e regular a fiscalização e revisão das tarifas, com a extensão e para os efeitos do artigo 151, a competência da União está claramente restrita ao estabelecimento da regra e do processo de sua realização, devendo ser tida como exorbitante a própria realização; é o que acontece com o direito, por exemplo, que a União define e formaliza mas que aos Estados pertence aplicar pelos juízos que organizam.

Supondo que o abastecimento d'água fôsse feito entre nós por meio de concessão e que a Constituição, para evitar a ganância dos concessionários em prejuízo da coleti-

(*) Este artigo foi escrito em 1952 (N.R.).

vidade, entendessem de prescrever a fiscalização e revisão das suas taxas, quem concluiria daí, e do poder de legislar sobre águas (artigo 5º, n. XX, 1) que ficaria pertencendo à União a organização e fiscalização do suprimento?

— Pois é o que se vem fazendo com o fornecimento de eletricidade e como, em matéria de administração pública, nada melhor para mostrar o erro do que as suas consequências desastrosas, aí está o descalabro do serviço por todo o país a contundir o nosso entendimento com a evidência do erro cometido e a necessidade da sua correção.

Curioso é observar como o erro frutifica, pois, a exemplo da interferência da União no serviço de eletricidade, não tem querido o Departamento Nacional de Iluminação intrometer-se no fornecimento de gás de outras cidades, provavelmente só porque a lei o qualificou de "nacional" pois que outra razão não existe para tanto?

Certo é que o Decreto-lei número 5.764 deve ser revogado para que os concessionários voltem a depender exclusivamente dos municípios, quanto à organização e funcionamento do serviço, observada, no que couber, a legislação federal a respeito; toda e qualquer exigência do poder local dentro do contrato, se permanecer o sistema, ou de acordo com a lei, se for abolido, deve independê-lo de autorização ou de qualquer outra forma de intervenção da autoridade federal, ressalvando-se ao concessionário o direito de pedir a revisão das tarifas se a exigência afetar a renda assegurada por lei.

O princípio a orientar o legislador, no votar a regulamentação recomendada pela Constituição, é que os poderes locais devem ser a autoridade competente para aplicá-la

e fiscalizar-lhe a execução, facultando-se ao concessionário recurso para o Conselho de Águas, sem efeito suspensivo, nos casos — e só nos casos de manifesta contravenção da lei federal ou de importar a decisão prejuízo da renda garantida ao serviço.

• •

Vê-se do exposto, e em conclusão, que o nosso problema de eletricidade é, antes de tudo, um problema político; ao sistema vigente de controle por contratos rígidos contrapusemos, com o Código de Águas e Constituições, o sistema de regulamentação, que há dezessete anos, entretanto, não passa de simples idéia assentada, por falta de legislação que lhe regule a execução; nesse regime sem lei intercalamos o Decreto n. 5.764, inconstitucional, impraticável e verdadeiramente calamitoso, porque livrou as empresas concessionárias de pouco respeito que ainda tinham pelo poder local concedente; daí para cá não mais existe autoridade que as coíba ou movimente e disso souberam tirar todo o partido, no cuidado exclusivo dos seus interesses, entre os quais sobreleva e quase se isola, o da estrita conservação do serviço que, por isso mesmo, ficou muito atrás das necessidades a que deve suprir; e não adianta o Governo querer atender a esta parte pela construção de barragens e instalação de usinas produtoras; no serviço público, quando se adota um processo de execução, enquanto não se completam as providências que reclama, haverá sempre uma falha a inutilizar todo o sistema; é o que devemos ter em vista, no problema da energia elétrica, de cuja solução, ou não solução, temos de prestar contas às gerações futuras.

O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do Gen. NISO DE VIANNA
MONTEZUMA

VII

Art. 331. Em face dêsse parecer o ministro adotará a providência cabível. E se ela fôr na conformidade do procedimento previsto no inciso 1º do art. 320, o sumário será devolvido ao juiz-instrutor para que, com a maior brevidade, faça a ampliação determinada.

Executada esta e devolvido que seja o sumário, nova decisão será tomada mediante prévio e novo parecer do auditor geral.

Art. 332. As demais autoridades militares que houverem determinado a instrução do sumário, antes de encaminhá-lo ao escalão superior, dêle darão vista ao auditor, para emitir parecer, se dêle dispuserem. O auditor sugerirá alguns dos precedimentos estabelecidos no art. 330.

No caso do inciso primeiro, a autoridade respectiva determinará as providências aconselhadas; executadas estas, assim como nos casos previstos nos incisos 2º, 3º e 4º, com parecer fundamentado da autoridade correspondente, os autos subirão ao respectivo ministério, a fim de adotar as medidas que julgar convenientes.

Art. 333. Nos processos de oficiais gerais e seus equivalentes, a solução do sumário será dada pelo presidente da Nação.

Art. 334. Nos casos do art. 45 dêste código, a ampliação, sobrestamento ou elevação a plenário, será resolvida pelo respectivo chefe, ouvindo previamente seu auditor, ou quem suas vezes fizer,

nos casos previstos na última parte do art. 70.

Art. 335. A resolução de elevar o processo a plenário deve conter a ordem de fazer apresentar ao conselho de guerra tôdas as indicações relativas ao fato que motivou o processo assim como o acusado.

TÍTULO XI

SOBRESTAMENTO

Art. 336. No que se refere aos processados o sobrestamento pode ser total ou parcial; o primeiro compreende a todos; o segundo, a um ou a vários dêles.

Art. 337. Quanto a seus efeitos, o sobrestamento pode ser definitivo ou provisório.

O definitivo impede todo procedimento ulterior sobre os mesmos fatos.

O provisório permite abrir outra vez o processo, quando novos elementos ou comprovantes o justificarem, salvo o caso de prescrição.

Art. 338. Procede o sobrestamento definitivo:

1º) quando se torna evidente que não se verificou o fato que motivou o sumário;

2º) quando se prova a existência do fato, mas que êste não constitui infração sujeita a pena;

3º) quando os processados apparecem, de modo inequívocos, isentos de responsabilidade criminal;

4º) quando o acusado falecer.

Nos três primeiros casos deverá ser feita a declaração de que a formação do sumário não compromete o bom nome e a honra de que gozavam os processados.

Art. 339. Procede sobrestamento provisório:

1º) quando não está bem provado o fato que motivou o sumário;

2º) quando o fato está provado, mas não há motivo para responsabilizar a determinada pessoa.

Art. 340. Decretado o sobrestamento definitivo com relação a todos os processados, será expedido alvará de soltura, se estiverem detidos, e em seguida serão remetidos ao arquivo judicial militar os autos e as peças de convicção que não tiverem dono conhecido.

Art. 341. Se o sobrestamento for provisório, o expediente e as peças de convicção, guardados na repartição que os regulamentos determinarem, até que novos antecedentes permitam continuar o processo ou que transcorra o prazo da prescrição.

Neste último caso será declarada a prescrição e o expediente será remetido, com as peças, ao respectivo arquivo.

Art. 342. Se não couber sobrestamento por se haver solucionado os autos na forma prevista no art. 120, o expediente será igualmente remetido para arquivo à referida repartição.

SECÇÃO II

Plenário

PRIMEIRA PARTE

Processo nos Conselhos de Guerra Permanentes

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 343. Resolvida a elevação a plenário o processo e as peças de convicção serão remetidas, com ofício, ao presidente do respectivo conselho de guerra.

Art. 344. Uma vez tudo recebido, se fará constar dos autos por meio de uma nota. Se o processado não houver escolhido defensor, o presidente o advertirá que o faça no ato da notificação, sob pena de nomeá-lo de ofício.

Art. 345. Feita a designação do defensor, será feita a notificação correspondente, requerendo no mesmo ato a aceitação ou os motivos de sua recusa.

Imediatamente o presidente dará provimento mandando que as partes compareçam a opôr exceções, se as tiverem, para cujo fim designará hora dentro das quarenta e oito horas que se seguirem.

Art. 346. Perante os conselhos de guerra não será admitido nenhum documento que não seja dos expressamente permitidos por este código, e o presidente do tribunal ordenará a imediata devolução de todo documento que não satisfizer esta exigência.

TÍTULO II

EXCEÇÕES

Art. 347. As únicas exceções que podem ser opostas em juízo militar são as seguintes:

1º) incompetência de jurisdição;

2º) prescrição;

3º) coisa julgada;

4º) anistia ou indulto.

Art. 348. As exceções serão opostas verbalmente perante o presidente e o secretário do conselho. A audiência será pública e começará pela leitura da exposição do juiz-instrutor, ouvindo depois o fiscal e o defensor. Desta audiência será lavrada ata da qual deverá constar, com todos os pormenores, as exceções opostas, as razões alegadas e as diligências que forem requeridas para provar aquelas. Esta ata será assinada por todos os presentes.

Art. 349. A prescrição, a anistia e o indulto podem, também, ser declaradas de ofício por qualquer tribunal militar no momento de pronunciar-se sobre a causa.

Art. 350. A prova das exceções será feita pelo presidente e o secretário dentro das quarenta e oito horas seguintes à audiência em que aquelas forem opostas.

O presidente pode prorrogar este prazo quando o considerar insuficiente.

Art. 351. Realizadas as diligências de prova ou imediatamente depois da audiência, quando não se houver oferecido prova alguma, o presidente mandará concluir os autos e o conselho com assistência de seu auditor, resolverá a exceção dentro de vinte e quatro horas.

Art. 352. Se o conselho aceitar a exceção e esta não fôr de incompetência, a resolução subirá ao Conselho Supremo em forma de consulta e, se por este aprovada, o expediente será arquivado.

Se a exceção aceita fôr a de incompetência, se procederá como estabelece o art. 153.

Art. 353. Se o conselho nega a exceção oposta, desta resolução não caberá recurso; porém o Conselho Supremo poderá tomar em consideração os fundamentos legais da denegação, quando conhecer da sentença definitiva, se esta fôr recorrida.

Art. 354. Recusadas as exceções ou imediatamente depois da sessão a que se refere o art. 345, se aquelas não forem opostas, o presidente convocará o fiscal e o defensor para outra sessão na qual poderão solicitar algumas das diligências de prova permitidas pelo art. 356, para o que se lhes facilitará, previamente, a consulta dos autos pelo prazo de vinte e quatro horas a cada um.

TÍTULO III

PROVA

Art. 355. As diligências de prova que podem ser realizadas por solicitação do fiscal ou a pedido do defensor, são:

1º) ampliação do interrogatório em postos que não hajam sido anteriormente focalizados ou que, se o tiverem sido, precisem ser esclarecidos;

2º) testemunhas que hajam deposto no sumário, nos mesmos casos que no inciso anterior;

3º) testemunhas que não tenham sido ouvidas no sumário: — se se tratar de testemunhas indicadas pelo acusado e não admitidas, ou de testemunhas indicadas durante a instrução e cujas declarações tenham sido consideradas desnecessárias; ou de testemunhas que, não tendo figurado no sumário, posteriormente ao mesmo se veio a saber que tiveram conhecimento dos fatos;

4º) acareações, identificações, reconhecimentos, perícias, exames de documentos, assim como todas as demais diligências de prova referentes à existência e caracterização do delito e gradação da responsabilidade do acusado, sempre que houverem sido deficientemente realizadas e se torne necessário repeti-las, ou não tenham sido realizadas.

Art. 356. O conselho deferirá as diligências pedidas se elas puderem concorrer para melhor esclarecimento dos fatos e das responsabilidades assumidas e, conforme o caso, mandará fazer as citações decorrentes.

Na aceitação da prova será observado o que a respeito se dispõe para a instrução do sumário.

Art. 357. As diligências a que se refere o art. 355 serão realizadas pelo presidente e pelo secretário antes de dar vista do processo, salvo se a conselho decidir que sejam praticadas em sua presença.

Os vogais poderão formular, por intermédio do presidente, as perguntas que considerarem oportunas e que este julgue procedentes. A prova será recebida com assistência do auditor.

A estas diligências poderão comparecer tanto o fiscal como o defensor, aos quais é facultado observar às testemunhas e aos peritos prepostos. O presidente ouvirá o que a respeito externarem os observados e de tudo se tomará nota para fazer constar da ata a fim de que o conselho possa apreciar as

observações no momento de pronunciar a sentença.

Art. 358. Se o conselho o considerar conveniente para esclarecer ou ilustrar algum ponto do processo, poderá mandar executar, ainda que não tenha sido solicitada, qualquer das diligências de prova estabelecidas no art. 355, e requererá, por intermédio do presidente, às repartições públicas os elementos administrativos ou informações técnicas que forem necessários.

Se as provas tiverem de ser realizadas fora da sede do conselho, poderão ser efetuadas por intermédio do juiz-instrutor que interveio no processo ou pelo que o tribunal julgar conveniente.

Art. 359. Uma vez realizadas as diligências de prova, ou depois da audiência de exceções, quando não forem oferecidas provas, os autos serão entregues ao fiscal para formular a acusação.

TÍTULO IV

ACUSAÇÃO

Art. 360. O fiscal deverá devolver os autos com o documento de acusação, no prazo de dois dias, que o presidente poderá prorrogar, de acordo com o volume e a importância do processo.

Art. 361. O documento de acusação conterá em parágrafos separados e numeradas:

1º) a exposição metódica dos fatos, relacionando-os minuciosamente com as provas constantes dos autos;

2º) a participação que nêles tenha tido cada um dos processados, indicando estes claramente por seus nomes, apelidos e funções;

3º) as circunstâncias que modifiquem a responsabilidade dos mesmos;

4º) a qualificação legal que corresponda aos fatos mencionados, determinando a espécie de infração praticada por cada um;

5º) o pedido da pena que corresponda aos fatos qualificados;

6º) o pedido de absolvição quando a prova dos autos concluir pela inocência do processado ou quando, por falta daquela, não se puder tornar efetiva a responsabilidade.

Art. 362. A acusação se referirá a todos os delitos e faltas compreendidas no sumário, a menos que o fiscal considere que convém, para a mais pronta e eficaz repressão dos culpados, separar a responsabilidade de algum deles; neste caso, e sempre que não se tratar de delitos conexos, deverá solicitá-lo de forma expressa, indicando claramente o delito sobre o qual se deva organizar processo à parte.

TÍTULO V

DEFESA

Art. 363. Devolvidos os autos pelo fiscal, o presidente os transferirá da acusação para o defensor, pelo mesmo prazo concedido àquê-le.

Art. 364. Para o conveniente desempenho de suas atribuições, o defensor poderá comunicar-se livremente com o processado e examinar o processo na secretaria do conselho, tirando dele as notas de que necessitar; mas, se o presidente o considerar conveniente, pela natureza e importância da causa, poderá autorizar o defensor a levar os autos consigo sob recibo.

Sua perda ou extravio fará incorrer, o defensor assim como o fiscal, nas sanções estabelecidas no art. 780 deste código.

Art. 365. O documento de defesa se limitará a aceitar ou impugnar os aspectos do fato ou de direito contidos na acusação fiscal, expondo as razões que conduzam a demonstrar a inocência do defendido ou a atenuar sua responsabilidade, mas ajustando-se sempre ao que constar dos autos.

Art. 366. A defesa deve ser redigida em termos claros, precisos e moderados, e em nenhum caso será permitido aduzir em favor do processado qualquer consideração que menoscabe o respeito devido ao superior, nem fazer contra estes

qualquer imputação ou acusação sobre fatos que não tenham íntima relação com a causa.

Também não é permitido ao defensor fazer críticas ou apreciações desfavoráveis à ação ou aos atos políticos ou administrativos do governo.

Art. 367. O defensor que deixar de observar o previsto no artigo anterior, com relação ao respeito devido ao superior e à apreciação dos atos do governo, será afastado do cargo e reprimido disciplinarmente ou processado, de acordo com o previsto no art. 664, conforme o caso. Para esse fim, o recebimento da defesa submete o defensor, no exercício de cargo, à jurisdição militar, qualquer que seja sua situação jurídica.

Art. 368. Se o documento de defesa estiver redigido em termos que, sem serem desrespeitosos, forem inconvenientes ou imoderados, o conselho os mandará corrigir pela secretaria a qual citará o defensor para que imediatamente faça as correções de forma necessária à conveniente leitura da defesa.

Art. 369. Produzidas a acusação e a defesa, o processo estará em condições de ser visto pelo conselho de guerra, para cujo fim o presidente designará dia e hora, proporcionando a tempo estritamente necessário para que os vogais do conselho possam estudar e enfrontar-se dos autos na secretaria.

Art. 370. Salvo o caso em que o volume ou a importância da causa o justifique, a reunião do conselho não poderá demorar mais de seis dias.

TÍTULO VI

VISTA DO PROCESSO

Art. 371. A vista do processo será feita em sessão pública, a menos que razões de moralidade ou considerações que afetem a ordem pública ou a disciplina das forças armadas levem o conselho a resolver que seja feita em audiência secreta.

Art. 372. Para a vista do processo, será providenciado o compa-

recimento do acusado à sala do conselho, tomando-se tôdas as precauções capazes de evitar a sua evasão.

Art. 373. A vista do processo começará por estabelecer a identidade do acusado, para cujo fim o presidente, depois de declarar aberta a sessão, lhe perguntará qual seu nome, apelido, idade, nacionalidade, estado, profissão ou função militar, corpo, navio ou repartição a que pertence. Respondido este interrogatório, ele será mandado sentar-se e descobrir-se.

Se forem vários acusados, assim se procederá com cada um deles.

Art. 374. Assim estabelecida a identidade se mandará o secretário proceder a leitura:

1º) do relatório do juiz-instrutor;

2º) da ordem de apresentar-se perante o conselho de guerra;

3º) de toda peça de prova ou documento cuja leitura seja solicitada pelo fiscal ou pelo defensor, sempre que o presidente a autorizar.

Em seguida passarão a ser lidas a acusação e a defesa por seus respectivos autores, a menos que estes estejam fisicamente impossibilitados de fazê-lo, caso em que será feita pelo secretário.

Art. 375. Os vogais do conselho, o fiscal e o defensor poderão interrogar o acusado, formulando as perguntas por intermédio do presidente. A este fica reservado o direito de deixar de fazer as perguntas que lhe forem solicitadas, desde que não as considere apor- tunas.

Art. 376. Lidas a acusação e a defesa, o presidente se dirigirá ao processado e, mandando-o levantar-se, lhe dirá: — "De tudo o que foi lido resulta que estais acusado de...; previno-vos que a lei vos dá o direito de dizer tudo o que considerardes útil à vossa defesa, desde que vos mantenhais nos limites dos vossos deveres e do respeito que a disciplina vos impõe. Se tendes, pois, algo a acrescentar em vosso favor ou para ampliar vossa defesa, podeis falar."

Se forem vários os acusados, esta advertência será dirigida a todos simultaneamente.

Art. 377. Feitas pelo acusado, as declarações que parecerem convenientes será êle mandado sentar-se e declarado encerrado o ato da discussão, suspendendo-se a sessão pública enquanto forem formulados os quesitos do fato.

Art. 378. Durante a discussão da causa a sessão só poderá ser suspensa pelo tempo estritamente necessário ao descanso dos membros do tribunal.

Art. 379. Recolhido o conselho à sala das decisões, o auditor formulará os quesitos da seguinte forma:

1º) o fato de que é acusado F... de haver... (será feita referência ao fato de acôrdo com o que constar dos autos, quanto à pessoa do autor ao tempo e ao lugar em que foi praticado... evitando qualquer referência à qualificação legal do mesmo, à intenção ou ausência dela no acusado) está devidamente provado?

2º) está igualmente provado que o fato de que se acusa a F... foi praticado em circunstâncias tais...? (será feita referência em incisos separados, a cada uma das circunstâncias que possam influir na qualificação legal do fato ou na espécie e duração da pena, seja como atenuantes agravantes ou deprimentes).

Os membros do tribunal poderão fazer nesta circunstância as observações que considerarem oportunas sobre omissões, falta de precisão ou defeitos de redação que houverem notado no questionário, mas êste só poderá ser reformado com consentimento do auditor.

Art. 380. Se forem vários os acusados, ao mesmo tempo, por diversas infrações, penais, os quesitos serão estabelecidos para cada uma dessas infrações.

Art. 381. Estabelecidos os fatos na forma indicada, será reaberta a sessão pública e o presidente mandará o secretário proceder à leitura do questionário re-

querendo, a seguir, o pronunciamento do fiscal e do defensor.

Art. 382. Se o fiscal e o defensor fizerem alguma reclamação sobre a maneira como estão referidos os fatos, o conselho a tomará em consideração e resolverá sobre sua procedência e entra a deliberar sobre a sentença. Mesmo assim o fiscal e o defensor poderão propor o acréscimo de alguma ou algumas questões de fato que, se forem aceitas pelo conselho, serão acrescentadas ao questionário, para o que serão apresentadas por escrito.

Art. 383. As questões de fatos serão escritas numa folha de papel e assinadas por quem as formulou e a secretaria extrairá uma cópia para cada questão; essas folhas serão oportunamente juntadas aos autos, procedendo a sentença.

Art. 384. Formuladas definitivamente as questões do fato, o presidente requererá o pronunciamento do auditor sobre o processo e se êste observar alguma deficiência ou omissão que seja indispensável reparar, determinará ao secretário que a sane no ato, se fôr possível, ou antes que o conselho se reúna para deliberar sobre a sentença.

Em seguida declarará encerrada a sessão pública, mandará retirar o acusado e prevenirá ao fiscal e ao defensor que estão obrigados a comparecer no dia seguinte, para serem notificados da sentença.

Da mesma forma será prevenido o acusado, quando não estiver em prisão preventiva, pois, do contrário, será notificado da sentença no local de sua prisão, imediatamente depois de notificada ao fiscal e ao defensor.

Art. 385. — Não obstante o disposto no artigo anterior, quando a discussão da causa não tiver longa duração e o tempo disponível fôr considerado suficiente para deliberar sobre a sentença, esta poderá ser pronunciada no mesmo dia.

Neste caso, ao ser declarada encerrada a sessão pública, o fiscal e o defensor serão prevenidos de que a sentença vai ser pronunciada e que deverão aguardar para

ouvir sua leitura e serem notificadas dela.

Art. 386 — O secretário tomará nota de todos os incidentes e pormenores desta sessão, e lavrará a ata correspondente, que será assinada por todo o conselho, pelo auditor, pelo fiscal e pelo defensor e juntada aos autos.

Art. 387 — Se durante a discussão da causa ou da prova produzida, o acusado aparecer comprometido em outro delito, além do que deva responder neste momento, o conselho, a requerimento do fiscal ou sem ele, fazendo constar dos autos, disporá que sejam os antecedentes remetidos a quem de

direito, para a nomeação do respectivo instrutor.

Neste caso, se a sentença for condenatória, terá suspensa sua execução até que o acusado seja julgado pelos novos delitos; mas se for absolutória, será detido e posto à disposição da autoridade ou juiz competente.

Da mesma forma que prescreve o parágrafo primeiro deste artigo se procederá no caso de algum funcionário militar houver incorrido em crime de responsabilidade, descoberto por qualquer motivo nos autos ou em consequência do processo.

(Continua)

RELAÇÃO DE LIVROS A VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespanos S. Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas — General Mario Travassos.....	10,00
As Manobras de Nioac — General Bertoldo Klinger.....	5,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — General Mario Travassos	10,00
Algumas Coisas da Rússia — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
A Linha de Fogo na Guerra — Capitão Germano Seidl Vidal..	6,00
A Batalha de Roma — Capitão Geraldo de Menezes Côrtes....	18,00
A Batalha do Monte das Tabocas — Coronel J.B. Magalhães..	12,00
A Guerra de Sucessão — Artur Carnauba.....	5,00
Artilharia de Dorso — Capitão Otavio A. Velho.....	15,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — M.F. Castelo Branco...	15,00
Abreviaturas M.N. Americanas — Capitão Otavio Alves Velho	5,00
A Fôrça Mecanizada — Silvio do Amaral.....	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. de Oliveira.....	15,00
Balística Externa — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	30,00
Cartilha da Mocidade — Coronel Micaldas Correia.....	8,00
Contribuição para a Guerra Brasil B. Aires — General Bertoldo Klinger.....	6,00
Centralização do Tiro — Breno B. Fortes.....	8,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Junior....	50,00
Dêem Estádios ao Exército — Coronel Jair J. Ramos.....	30,00
Ensaio Sôbre a Informa na Guerra — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Capitão Gustavo Lisboa Braga.....	7,00
Estratégia dos Terros — Coronel J.B. Magalhães.....	15,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Coronel Jair Jordão Ramos.....	20,00

A SIDERÚRGICA, EM 1954, MELHOROU TODOS SEUS ÍNDICES DE PRODUÇÃO

Aumento de produtividade tanto na produção industrial como na produção de matérias-primas — Razão: instalação de novos equipamentos, aperfeiçoamento técnico e grau de especialização do pessoal da CSN

Apresentando melhores resultados do que os obtidos no ano anterior, em todos os seus setores de trabalho, a Companhia Siderúrgica Nacional superou em 1954 os seus próprios recordes, conseguindo apreciável aumento de produtividade nas produções de coque, gusa, aço e subprodutos do carvão, na Usina de Volta Redonda.

Deve-se atribuir essa tendência de crescimento não só à entrada em operação de novos equipamentos anexados, como decorrência do primeiro programa de expansão, como, também, ao fator humano do trabalho, que melhorou o nível dos serviços prestados, qualitativa e quantitativamente, oferecendo bons índices de eficiência e rendimento.

A PRODUÇÃO DE COQUE, GUSA E AÇO

Ampliada mediante a instalação de uma nova bateria de fornos de coque, em número de 21, a Coqueria de Volta Redonda aumentou, conseqüentemente, a sua capacidade de produzir, tendo enviado para a alimentação dos Altos Fornos, no ano passado, 456.739 toneladas de coque. Esses números representam um acréscimo de 124.751 toneladas sobre a produção computada em 1953, que atingiu 332.038 toneladas.

A produção de gusa, assim como a de aço em lingotes, também cresceram sensivelmente. Foram obtidas 538.499 toneladas de gusa, em comparação com 370.259, em 1953, ou seja 168.231 toneladas a mais.

Quanto à produção de aço em lingotes, registrou-se uma diferença para mais da ordem de 105.817 toneladas, pois, enquanto em 1953 conseguiu-se 482.378 toneladas, em 1954 obteve-se uma produção de 588.193 toneladas.

No Setor de Laminados, conquanto se tenha verificado redução das toneladas produzidas de alguns produtos acabados, o cômputo geral da produção do ano de 1954, acusa, com relação à do ano anterior, um aumento de 43.453 toneladas.

Enquanto nos setores de Trilhos e Acessórios, Chapas Grossas e Chapas Galvanizadas, houve uma queda de produção de 1.585 toneladas (53.945 toneladas em 1953 e 52.360 em 1954), e 1.629 toneladas (14.508 em 1953 e 12.879 em 1954), respectivamente, constatou-se, na produção de flandres e Chapas Finas a Frio, um aumento de ordem de 26.717 toneladas (101.113 toneladas em 1954 e 74.396 em 1953), 16.712 toneladas (74.269 toneladas em 1954 e 57.557 em 1953), 812 toneladas (41.226 toneladas em 1954 e 40.414 em 1953) e 3.335 toneladas (79.407 toneladas em 1954 e 76.072 toneladas em 1953, respectivamente).

Tais resultados revelam uma produção geral de 418.920 toneladas de laminados em 1954 e de 375.467 toneladas, no ano anterior.

OS SUBPRODUTOS

A exceção do Óleo Antracênico, do Óleo Desinfetante e do Piche, cresceu a produção de todos os subprodutos provenientes da destilação do carvão.

Comparando-se as cifras obtidas em 1953 e 1954, observa-se que a escala da produção, no setor de subprodutos, subiu nas proporções seguintes: Alcatrão Bruto — 13.822.991 litros em 1953 e 19.548.900 em 1954 (aumento de 5.725.909); Alcatrão RT-2 a RT-12 — 12.604.782 litros em 1953 e 18.228.315 litros em 1954 (aumento de 5.623.533 litros); Nafta Solvente — 46.900 litros em 1953 e 83.800 litros em 1954 (aumento de 36.900 litros); Naftaleno Bruto — 1.204.440 quilos em 1953 e 1.678.000 quilos em 1954 (aumento de 474.560 quilos); Óleo Creosotado — 1.387.760 litros em 1953 e 1.878.000 litros em 1954 (aumento de 509.760 litros); Sulfato de Amônio — 4.536.629 quilos em 1953 e 6.224.538 quilos em 1954 (aumento de 1.678.909 quilos); Toluol — 570.145 quilos em 1953 e 761.695 litros em 1954 (aumento de 191.550 litros); Xilol — 104.847 litros em 1953 e 132.675 litros em 1954 (aumento de 27.828 litros).

Quanto à produção de Óleo Antracênico, Óleo Desinfetante e Piche, reduziu-se a do primeiro de 113.530 litros em 1953 para 57.300 em 1954; a do segundo de 293.430 litros em 1953 para 280.000 em 1954, e a do último de 2.058.229 litros em 1953 para 1.422.803 em 1954, numa diferença para menos de 56.230 litros, 13.430 litros e 635.426 litros, respectivamente.

PRODUÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS

As minerações da C.S.N., nos Setores de Lafalet e Campo Belo, no Estado de Minas Gerais, e no Setor de Sta. Catarina, desenvolveram, normalmente, os seus trabalhos de exploração mineral tanto no que respeita à produção de minérios de ferro e manganês e de fundentes, quanto, relativamente, à de carvão bruto e beneficiado.

O incremento de produção observado, entre outros fatores, foi consequência das normas racionalizadoras introduzidas no processo de extração, assim, como, do esforço humano empenhado na execução do trabalho de lavra.

A produção geral de Hematita, que no ano de 1953 foi da ordem de 712.736 toneladas, pouco decresceu em 1954, observando-se um rendimento de 696.003 toneladas, assim distribuídas: 502.476 toneladas de Hematita, comum, 110.831 toneladas de Hematita Especial e 82.696 toneladas de Hematita Fina.

Registraram-se, também, algumas diminuições nas produções de Itabirito Silicoso e Minério de Manganês, mas em compensação se ampliaram as de Dolomita e Calcáreo.

Enquanto se retiraram das jazidas da C.S.N., em 1953, 11.632 toneladas de Itabirito Silicoso, em 1954 essa cifra baixou para 6.293 toneladas. O mesmo se verificou com relação ao minério de manganês, cuja produção da ordem de 2.750 toneladas em 1953, diminuiu em 1954 para 1.020 toneladas.

OS FUNDENTES

Quanto à produção de Dolomita alcançou-se um acréscimo sensível de 17.920 toneladas em 1953 para 31.630 toneladas no ano passado. A de

calcáreo obedeceu a ritmo idêntico, subindo de 70.119 toneladas em 1953 para 91.554 toneladas no ano recém-findo.

PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE CARVÃO

A produção de carvão lavador (bruto) nas minerações da C.S.N., em Sta. Catarina, assinalou uma pequena redução de 170.055 toneladas, em 1953, para 166.704, no ano passado.

Na Usina de Beneficiamento de Capivarí de Baixo, entraram para lavagem e beneficiamento 731.639 toneladas de produto bruto, o que representa um ligeiro decréscimo relativamente à alimentação da Usina em 1953, a qual se elevou a 871.109 toneladas.

Das 731 toneladas beneficiadas no ano passado, 140.803 foram de carvão produzido nas minerações propriamente ditas da Companhia, 501.883 toneladas pertencentes a terceiros e 88.973 toneladas, da produção da empresa carbonífera prospera, de cuja maioria das ações é proprietária a C.S.N.

Do beneficiamento desse carvão, resultou uma produção de 292 toneladas de carvão metalúrgico, 25.201 toneladas de carvão de vapor grosso puro, 223.409 toneladas de carvão de vapor grosso misturado, 6.546 toneladas de carvão de vapor fino e 4.093 de carvão grosso para navios.

EXITO NO COMPUTO GERAL

Deve-se atribuir a aspectos especiais do consumo de matérias-primas, da Usina de Volta Redonda, a diminuição observada na produção de alguns minérios.

Por outro lado, cumpre levar em conta, também, a êsse respeito, a existência de estoques regulares, considerados suficientes à execução dos programas de produção da Usina que, conseqüentemente, se refletem na produção dos minérios, impondo essa diminuição.

Resulta do exame geral dos dados reunidos nesta reportagem a evidência da melhoria dos índices de produtividade na Companhia Siderúrgica Nacional, quer no setor específico da produção industrial, quer na esfera da produção de matérias-primas.

Se em alguns casos responde pelos acréscimos alcançados a instalação de novos equipamentos, noutros deve-se, com justiça, atribuir ao aperfeiçoamento técnico, ao grau de especialização e à categoria dos profissionais dos quadros da C.S.N. o rendimento obtido.

IMPRESSIONES DO PASSADO

O H. C. E.

P. J. BUSATO

Há quase um ano que pretendia escrever umas linhas acêrca do Hospital Central do Exército. Mas, os afazeres diários de um capelão não permitem muitas divagações.

Agora, porém, que as abnegadas Irmãs, Filhas de São Vicente de Paula, celebram o centenário de sua vinda para o Brasil, a ocasião é propícia, portanto essas beneméritas religiosas trabalham no H.C.E. noutros nosocômios militares como verdadeiras apóstolas. Quem lê o livro de impressões que figura no nosso principal Hospital do Exército verá que esta afirmação tem a sua razão de ser.

Assim, o ex-Ministro da Guerra, General João Gomes, figura de militar impoluto, deixou no citado livro, há tempos, o seguinte: "De duas naturezas são as minhas observações: umas que dizem respeito à ordem material e outras as que se referem a fatos puramente morais".

E cita o que viu na parte material tecendo os mais rasgados elogios. E vamos para a segunda: "Vejam agora as minhas observações de ordem moral. Vou deixar consignado aqui o que observei da conduta das enfermeiras, das Irmãs de Caridade e do Corpo Médico, que assistem aos hospitalizados. As enfermeiras são moças de trato delicado, bondosas e sempre prontas a suavizar os sofrimentos dos entes que lhe são afetados. As Irmãs foram para mim uma revelação. Eu, antes dêste contacto com elas, as julgava, e vou dizê-lo com franqueza, umas sangue-sugas

sociais, hoje, porém que as vi de perto quero me penitenciar dêste meu injusto julgamento. Essas Irmãs de bondade angélica exercem um apostolado sublime: elas procuram, tanto quanto podem, minorar as dores dos seus doentes, quer por meios materiais, quer com seu conforto espiritual. A enfermeira que tive, a Irmã Celina, creatura de uma bondade extrema, sempre atendendo a tudo, de uma solicitude inegalável, é uma santa da qual levo a mais doce recordação. Dirige a 14ª enfermaria onde estive, a Irmã Gabriela, tipo perfeito de orientadora e diretora de serviços, os quais dirige com consumada competência e energia, tendo em toda a sua ação a mais irrepreensível tolerância e candura para tôdas as subordinadas. Exerce essa tarefa de tão grande responsabilidades há 34 anos (isto foi escrito em 1945). É uma criatura sublime de estoicismo e abnegação. Agora direi algo sobre os médicos, que aqui servem. Essa plêiade de companheiros cuja competência técnico-profissional se afirma cada vez mais, elevando o nome da medicina nacional, tanto no campo da clínica como no da cirurgia, é de maior competência e extrema dedicação".

Eis como falou um militar que nos últimos dias de sua vida se reconciliou com Deus, tendo uma morte santa. Ninguém melhor do que êle podia expender tão belos conceitos em tórno do H.C.E.

Estive internado também dois meses, tendo me sujeitado a uma ope-

ração melindrosíssima e pude constatar como o grande General João Gomes tinha razão.

Após passar pela secção radiográfica sob a competentíssima direcção dos Doutores Juarez Pereira, Tiers Rodrigues de Almeida e Nelson Corrêa de Sá Benevides, por várias vezes, fui operado por essa figura simpática, que são os abalizado cirurgião Drs. Djalma Chastinet Contreiras, Osvaldo Monteiro e Fernando Lins. Antes me tratara o Dr. Alípio Soares Tocantins, também uma grande alma daquele nosocômio. E, hoje, graças a esses beneméritos discípulos de Hipócrates me sinto outro, após ter padecido durante 16 anos completos. Durante a minha estadia os serviços do grande especialista Dr. Olívio Vieira Filho, outrossim, foram de real valor. E com que competência dirige a casa o Coronel Doutor Alfredo Issler Vieira! E o Tenente-Coronel Odorico Barreto na sua farmácia. As Irmãs, as enfermeiras e todo aquêle pessoal que tão bem sabe suavizar as dores, formam na primeira linha da caridade. A parte espiritual está confiada ao Capitão Capelão Cônego José Ferreira de Lima, que há mais de 10 anos assiste os seus enfermos com tanto carinho! Basta dizer que de 1939 até 1947 realizou 4.081 primeiras comunhões, 37.951 comunhões, deu 1.002 aulas de catecismo e 1.069 extremaunções.

Contra fatos não há argumentos, nos diz a sã filosofia.

Irmãs, médicos, enfermeiros e enfermeiras, serventes, capelão, todos primam no fiel e exato cumprimento dos seus deveres.

A aparelhagem médico-cirúrgica nada deixa a desejar.

E assim, silenciosa, abnegada e competentemente, cada qual no H.C.E. trabalha pelo bem dos nos-

os militares e respectivas famílias que necessitam dê-lo.

Graças sejam dadas a Deus e aos nossos superiores hierárquicos pela realização de tão importante empresa!

Quem sofre, padece de um mal, e é tratado no nosso principal nosocômio militar, pode avaliar o que significa uma casa desse gênero.

Estou trabalhando entre os militares há 22 anos, principalmente lá no longínquo Rio Grande, para onde pretendo, em breve voltar, mas levarei comigo as mais belas impressões do querido H.C.E., ao qual, depois de Deus devo a minha cura.

E as beneméritas Irmãs, que celebraram há pouco o seu centenário da vinda para o Brasil, sejam cumuladas com muitas bênçãos por N. Senhor! Estes os meus votos de sacerdote e de brasileiro.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade.

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Aviso n. 954, de 6 de dezembro de 1954

1. Durante o período de propaganda eleitoral que precedeu o pleito de 3 de outubro último, no decorrer das eleições e na fase posterior de apuração dos votos, numerosas frações de tropa do Exército, atendendo a requisições dos órgãos da Justiça Eleitoral, foram destacadas para mais de 200 localidades de 19 unidades da Federação.

2. Embora algumas das frações deslocadas ainda estejam nesta data no cumprimento das missões recebidas, posso concluir, à vista dos relatórios apresentados que em sua quase totalidade aqueles elementos portaram-se de maneira impecável, fazendo jus, pela atitude digna e serena, aos aplausos dos partidos políticos, dos tribunais e juizes eleitorais, de outras autoridades civis, do povo e da imprensa.

3. É, pois com justificada satisfação que autorizo os Comandantes de Zonas Militares a louvarem em meu nome, individualmente, os oficiais e praças que integraram os elementos incumbidos de garantir a propaganda eleitoral, o livre exercício do voto e a fiel apuração dos sufrágios e que, a seu juízo, hajam cumprido suas missões de maneira correta. — (a) Gen. Henrique Lott. ("Diário Oficial" de 13-XII-54.)

● C. H. E. S. F.

Concluídos os trabalhos de barragem do Rio São Francisco, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco está em condições de fornecer energia ao Nordeste, permitindo assim um novo impulso ao progresso desta Região e na fixação do homem à terra.

● Exportações brasileiras em 1954

As exportações brasileiras, nos primeiros nove meses do ano de 1954, renderam 28 bilhões e 778 milhões de cruzeiros. Em todo o ano de 1953, o valor das exportações foi de 32 bilhões e 47 milhões de cruzeiros. Após terem alcançado em novembro e dezembro desse ano quase 4.300 milhões de cruzeiros em cada mês, as vendas do Brasil no exterior caíram, em janeiro deste ano, para 2.984 milhões, não alcançando, em nenhum outro mês do corrente ano, valor equivalente ao observado nos dois últimos meses de 1953.

Em maio do ano findo, a renda das exportações chegou ao mínimo desse ano — 2.261 milhões de cruzeiros. (Do Observador).

● Exportação de café

O total da exportação mundial de café, em 1953, atingiu a 34,1 milhões de sacas. A distribuição dos países exportadores foi a seguinte: Brasil: 15,6 milhões; Colômbia: 6,6 milhões; África: 5 milhões; Salvador: 1,1 milhões; Guatemala: 1,2 milhões; México: 1,3 milhões; outros países: 3,3 milhões de sacas.

O Brasil, como se verifica, contribuiu com 45% para as exportações mundiais, cabendo à Colômbia uma participação de 19 a 20%. A África já representa quase 15% do total. O grande mercado consumidor são os Estados Unidos, que importaram, no ano passado, 21,1 milhões de sacas, enquanto toda a Europa adquiriu 10,2 milhões e as demais áreas apenas 2,8 milhões de

sacas. (Do Observador Ec. e Financeiro).

● Energia elétrica

O mais recente empreendimento em matéria de energia elétrica foi a inauguração, pela Light & Power, da usina termoeletrica de "Piratinunga", considerada a maior da America Latina, a qual vem colocar à disposição da industria paulista cerca de cinco milhões de quilowatts-hora diários. Em cinquenta anos, o potencial elétrico da Capital paulista aumentou 700 vezes.

● Oleoduto Santos-São Paulo

A tonelage total de combustíveis líquidos (gasolina, querosene, óleo Diesel e Fuel), transportados de Santos (SP) pelo Oleoduto, foi em 1954, de 192.505 toneladas por mês, com a média diária de 5.417 toneladas. (Dos jornais).

● Consumo de gasolina no país

Em 1953, o Brasil consumiu cinco vezes mais gasolina do que em 1940. Pôsto em cifras, esse aumento representa uma diferença de 2,6 bilhões de litros. O consumo de gasolina comum era, no pré-guerra, da ordem de 600 milhões de litros, tendo baixado consideravelmente durante o conflito, ficando em 1943 a menos de 300 milhões. Mas já em 1946-1947 se elevava a um bilhão de litros.

O consumo de gasolina ampliou-se em todo o território nacional e, proporcionalmente, cresceu menos no Estado de São Paulo e no Distrito Federal do que em outras unidades. Em 1940, esses dois centros absorviam 61% de total do país, ao passo que em 1953 se limitavam a 50%. Não obstante, São Paulo continua utilizando mais de um terço do total nacional e, no período mencionado, nele se registrou o maior aumento quantitativo: 1,2 bilhões em 1953 contra 245 milhões em 1940. No mesmo intervalo, o consumo do Distrito Federal foi a pouco mais do triplo,

com 385 milhões em 1953, ocupando o segundo lugar no Brasil.

O aumento proporcional mais alto se verificou no Paraná: mais de treze vezes. Com 270 milhões de litros em 1953, o Estado do Paraná é hoje o quinto consumidor nacional do produto, ligeiramente abaixo de Minas Gerais, que, há oito anos, absorvia o dobro daquela Unidade sulina. Também em Goiás e no Rio Grande do Norte o incremento foi considerável, pois o consumo duplicou. Em vários outros, o aumento foi de sete, oito e mesmo nove vezes.

● Um composto de asfalto

Um composto de asfalto contendo borracha natural, agora em produção no Reino Unido pela primeira vez, e tido como o mais barato material para a pavimentação de estradas de borracha existente no mercado.

Trata-se de um material líquido para a pavimentação a quente de estradas; normalmente, é aplicado às estradas por meio de grandes tanques e apropriada para as mais movimentadas vias. Durante o ano passado cerca de 17 milhas de estrada foram pavimentadas com esse material, com resultados muito encorajadores.

A adição de borracha ao composto de asfalto torna o material menos susceptível as mudanças de temperatura, de maneira que é grandemente resistente a baixas temperaturas e não amolece durante os dias quentes. Esta propriedade é especialmente apropriada para as nações onde amplas variações de temperatura ocorrem. Em adição, é mais resistente do que os demais compostos de asfalto, e como sua aderência é também melhor esses material torna-se particularmente benéfico para a primeira camada da superfície pavimentada.

Vários tipos, segundo se diz, podem agora ser produzidos para qualquer parte do mundo, desde que se conheçam as condições climáticas e variações de temperaturas peculiares a cada país. (Dos jornais).

● A população do Brasil em 1955

Preve-se que no início deste ano a população do Brasil tenha alcançado 57,8 milhões de habitantes, segundo as estimativas do Laboratório de Estatística do IBGE. Mantem-se, assim, o nosso país como o mais populoso entre todos os de cultura latina. Já em 1953 os 55,8 milhões de habitantes do Brasil superavam a população da Itália (47 milhões), a da França (42,9 milhões) e a da Espanha (28,5 milhões).

Desde 1850 — ano em que no território nacional se contavam apenas 7,2 milhões de almas — até nossos dias, o aumento excedeu de 50 milhões. Este rápido crescimento tornou-se possível graças ao nível excepcionalmente elevado da natalidade, a qual há aproximadamente 100 anos devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1.000 habitantes e ainda hoje apresenta taxas de 42 a 44 por 1.000. A mortalidade, nesse intervalo, desceu de 32 a 34 por 18 a 20 por 1.000 habitantes, embora ainda seja das mais altas do mundo, sobretudo na infância. No primeiro ano de idade, morrem aqui 160 por 1.000 nascidos vivos, em comparação com 30 nos Estados Unidos, 40 no Canadá, 70 na Argentina e 100 no México.

O forte excedente dos nascimentos sobre os óbitos constitui o fator primordial do desenvolvimento da população do Brasil, cabendo à imigração exterior um papel muito secundário. De 1850 a 1950 o incremento demográfico foi de 618% no Brasil, enquanto nos Estados Unidos, apesar da contribuição relativamente grande das correntes imigratórias, foi de 552%. No decorrer de um século, do aumento de 44,8% milhões de habitantes verificado em nosso país, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente, das imigrações sobre as emigrações, enquanto 41,4 milhões, ou sejam, mais de nove décimos, corresponderam ao crescimento vegetativo.

● Aço em lingotes

A produção nacional de aço em lingotes e ferro gusa, de janeiro a setembro do corrente ano, atingiu respectivamente a 871.182 e 793.408 toneladas, com os valores correspondentes de Cr\$ 1.965.783.000,00 e Cr\$ 1.349.150.000,00. Em igual período de 1953, o país havia produzido 748.792 toneladas de aço em lingotes e 652.059 toneladas de gusa. A maior produção de aço provém do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo o Rio de Janeiro também maior produtor de ferro gusa.

● Produção de cimento

De acordo com dados do Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) sujeitos a retificação, de janeiro a setembro do corrente ano o Brasil produziu 1.764 toneladas de cimento Portland comum e 11.807 toneladas de cimento Portland branco, no valor de Cr\$ 1.785.915.000,00 e Cr\$... 34.220.000,00, respectivamente. São produtores de cimento os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Espírito Santo. (Dos jornais).

● Minério de ferro

A produção de minério da Cia. do Vale do Rio Doce atingiu 2.017.355 toneladas em 1953, tendo sido exportadas 1.384.100 toneladas.

O minério de Itabira contém 68,8% de ferro e apenas 0,028% de fósforo.

● Fábrica Nacional de Vagões

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu à Fábrica Nacional de Vagões S.A., com sede em São Paulo, o crédito de 49 milhões de cruzeiros, para ser aplicado na execução do projeto de ampliação e centralização das oficinas dessa empresa na Cidade de Cruzeiro (SP).

● Carvão

O Brasil tem uma reserva conhecida de 5 bilhões de toneladas de carvão.

Segundo dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Produção, o Rio Grande do Sul produziu em 1953, 1.006.617 toneladas e Santa Catarina 946.017 toneladas de carvão.

● Pneus sem câmara de ar

Os primeiros pneus sem câmara de ar, lançados comercialmente nos E.E.U.U. em 1948, não tiveram, de início, grande aceitação, dado seu elevado custo de produção.

O novo tipo de pneumático só deu resultados satisfatórios quando foi possível produzir a borracha "butyl", que tem uma capacidade de retenção do ar, dez vezes superior à borracha natural. (Da Imprensa).

● Refinarias de petróleo

Foram inauguradas em fins de dezembro do ano findo, a Refinaria de Manguinhos, a qual em pleno funcionamento poderá atender a 90% do consumo de gasolina do Distrito Federal, com uma produção média diária de 1.100.000 litros de gasolina ou sejam 6.842 barris e a Refinaria de Capuava, situada no Município de Mauá, desmembrado do de Santo André (SP), com uma produção diária de 20.000 barris.

A Refinaria de Manguinhos permitirá uma economia de 5 milhões e 400 mil dólares anuais e a Refinaria de Capuava permitirá uma economia anual de cerca de 15 milhões de dólares.

Por outro lado, a Refinaria de Cubatão é já uma grande realidade, com sua inauguração programada possivelmente para o corrente mês de fevereiro, pretendendo iniciar com o desdobramento de 41 mil barris diários, para progressivamente atingir à sua capacidade normal de produção de 45 mil barris. Essa

refinaria terá possibilidades de ampliar posteriormente essa capacidade para atender à produção de 55 mil barris diários.

Com essas três refinarias em pleno funcionamento evitar-se-á a evasão de uma ponderável parte das divisas dispendidas com a importação de gasolina e outros produtos e subprodutos do petróleo. (Dos jornais).

● E.F. Brasil-Bolívia

Foi inaugurada no dia 5 de janeiro próximo passado, em Santa Cruz de la Sierra, com a presença dos Presidentes do Brasil e da Bolívia, a Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz.

A ferrovia, em cuja construção foram invertidas somas superiores a um bilhão de cruzeiros, cobre uma extensão de 650 quilômetros, dos quais apenas sete em território brasileiro. Trata-se de um dos maiores empreendimentos contínuos já realizados na América Latina, para cuja consecução trabalharam lado a lado, durante mais de quinze anos, técnicos e operários de ambos os países, sob a direção da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

A ligação ferroviária entre o Oeste brasileiro e o Oriente boliviano representa o coroamento de uma política seguida há mais de meio século pelos estadistas do Brasil e da Bolívia. As diretrizes dessa política, lançadas pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, foram reafirmadas pelo Tratado de Natal, de 1928, e finalmente consubstanciadas, em forma definitiva, no Tratado do Rio de Janeiro, de 25 de fevereiro de 1938.

De interesse imediato para a economia do Departamento de Santa Cruz e do Estado de Mato Grosso, a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra destina-se ainda a outra missão — esta de âmbito mais amplo — qual seja a de estabelecer a ligação entre as produções complementares da região sub-andina e das zonas industriais brasileiras. (Da Imprensa).

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de dezembro de 1954

R.U.P.E. (Alteração de dispositivos)

DECRETO N. 36.515 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1954

Altera dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, aprovados pelos Decretos n. 30.163, de 13 de novembro de 1951 e 34.999, de 2 de fevereiro de 1954 e torna insubsistente o de n. 35.389, de 17 de abril de 1954.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. São suprimidos o art. 1º e parágrafo único, arts. 2º e 7º, do Decreto n. 31.553, de 6 de outubro de 1952.

Art. 2º. É suprimido do Quadro Sinótico I, anexo ao Decreto número 31.553, de 6 de outubro de 1952 e dos Quadros Sinóticos I e II do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, o 4º uniforme de Tolerância.

Art. 3º. É tornado insubsistente o Decreto n. 35.389, de 17 de abril de 1954.

Art. 4º. É dada à letra d) do art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951, a seguinte redação :

d) 4º Uniforme — Nas mesmas condições do 3º uniforme. Corresponde ao 2º uniforme, em guarnições não compreendidas na letra a) do art. 5º.

Art. 5º. É dada a letra a) do art. 22 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, a seguinte redação :

a) Brancos :

Para oficiais — De camurça ou pelica, lisos, com biqueira e com solado de borracha (Fig. 48).

Art. 6º. Ficam dilatados os prazos estabelecidos no Título V, letras a) e b), do art. 118, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.163, de 13 de novembro de 1951, para 31 de dezembro de 1956.

Art. 7º. É autorizado o uso do uniforme de que trata o Decreto número 35.389, de 17 de abril de 1954, em caráter facultativo, até 31 de dezembro de 1956.

Art. 8º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

A.M.A.N. (Concurso de admissão)**AVISO N. 927 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1954**

Considerando que o art. 112 do R-70 (Regulamento para a Academia Militar das Agulhas Negras) permite o preenchimento de vagas mediante Concurso de Admissão, ao qual poderão concorrer, além dos alunos com o curso completo das Escolas Preparatórias, os alunos do Colégio Militar, as praças do Exército, Armada e Aeronáutica e os civis;

Considerando que qualquer medida que vise a melhorar a seleção dos candidatos à Academia Militar das Agulhas Negras deve ser tomada tão logo se imponha,

Resolvo, de acordo com o art. 59 da Lei do Ensino (Decreto número 4.130, de 28 de fevereiro de 1952), restabelecer o Concurso de Admissão à Academia Militar das Agulhas Negras, a partir dos exames de admissão para o ano letivo de 1955, e revogar todos os atos ministeriais anteriores, que contrariam o presente Aviso.

* * *

ALTERAÇÃO DE OFICIAL (Remessa de fôlhas)**AVISO N. 938-D1-A — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1954**

Recomendo aos Comandantes, Diretores e Chefes de Corpos, Estabelecimentos e Repartições Militares que remetam semestralmente à Secretaria da Comissão de Promoções do Exército uma via da Fôlha de Alterações de cada oficial, quer das Armas quer dos Serviços — (a) General *Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott*.

("Diário Oficial" de 4-XII-54.)

* * *

EX-COMBATENTES (Amparo e assistência)**LEI N. 2.355 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954**

Altera a Lei n. 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. É acrescentada a letra j) ao art. 1º, da Lei n. 1.147, de 25 de junho de 1950, e suas letras b), c), f) e g) passam a vigorar com a seguinte redação :

"b) não ser o adquirente proprietário de imóvel edificado de valor superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) salvo se necessitar reformá-lo até esse valor para melhor abrigo da família ;

c) financiamento de 80% (oitenta por cento) durante a construção de residência, inclusive compra de terreno e o restante de 20% (vinte por cento) dentro de 90 (noventa) dias da conclusão da obra, até o máximo de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) ;

f) preferência aos ex-combatentes casados e aos de maior número de filhos sob sua dependência econômica, permanecendo incorporados ou não às Forças Armadas, observado o disposto na letra h), do art. 1º da citada lei ;

g) juros de 6% (seis por cento) aplicando-se também essa taxa, daqui por diante, aos contratos já firmados, assim como os juros de mora deverão recair apenas sobre o valor da prestação vencida;

j) os institutos de previdência e caixas econômicas terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da entrada dos requerimentos, para solucionar os pedidos de financiamento ou de empréstimo, salvo culpa da parte interessada no cumprimento de diligência necessária".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.

Henrique Lott.

Raul Fernandes.

Eugênio Gudin.

Lucas Lopes.

Costa Pôrto.

Cândido Mota Filho.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

Eduardo Gomes.

Aramis Athayde.

("Diário Oficial" n. 280, de 7-XII-54.)

* * *

PORTARIA N. 746 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista melhor atender as necessidades do serviço, declara:

Art. 1º. A indenização da etapa pelo triplo do seu valor será feita aos militares do Exército que tenham direito à alimentação por conta do Estado e sirvam em organizações sem rancho próprio, de acordo com as disposições do art. 92 e seus parágrafos do CVVM e observadas as Instruções anexas à Tabela de valores da etapa das Forças Armadas, fixados por decreto, anualmente.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União.

Art. 3º. Ficam revogados a Portaria n. 691, de 4 do mês findo e os Avisos ns. 521, de 9 de agosto de 1951 e 307, de 19 de maio de 1952.

("Diário Oficial" n. 280, de 7-XII-54.)

* * *

INATIVIDADE DOS MILITARES

LEI N. 2.370 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

Regula a Inatividade dos Militares.

("Diário Oficial" n. 287, de 15-XII-54.)

MONTEPIO MILITAR (Autorização de desconto)**AVISO N. 956-D-1-I — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1954**

Os Comandantes de Unidades, Diretores de Repartições e Chefes de Estabelecimentos, ficam autorizados mediante solicitação escrita dos seus comandados a fazerem os descontos das contribuições para o montepio do pessoal militar amparado pelo art. 1º, da Lei n. 2.281, de 4 de agosto de 1954.

("Diário Oficial" de 13-XII-54.)

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Posto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana: Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Porto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Telegr. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A. — Rua da Alfândega, 325 — Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO — Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.

NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA. — Av. Rio Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.

S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

MESBLA S/A — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

MESBLA S/A — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro.

BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A — A Chave da Segurança de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A — Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro. São Paulo — Rua Alvares Penteado, 218-5º and.

CASAS DAS CORTINAS LTDA. — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

PLANURBA — PLANOS DE URBANISMO PLANUBA S/A — Av. Almirante Barroso, 2-15º and. — Telefone 22-9511 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A — Av. Churchill, 129-11º and. S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

COMPANHIA AUTOCARROÇARIAS CERMAYA — Fábrica — Rua Coronel Almeida, 53 — Piedade — Telefone 49-8068 — Av. N.S. de Fátima, 22-A — Rio de Janeiro — Telefone 22-5951.

A EXPOSIÇÃO MODAS S/A — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Telefone 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Graça Aranha, 182-12º and. — Telefone 22-5111 — Rio de Janeiro.

"HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA. — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Prof. Arthur E. Burns.
Prof. Odilon C. Andrade.
Gen. Niso Viana Montezuma.
Gen. Raul Silveira de Mello.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. Manoel Brígido Maia.
Maj. Rui Alencar Nogueira.
Maj. Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira.
Maj. Zair de Figueiredo Moreira.
Cap. Carlos Antônio Figueiredo.
Cap. P. José Busato.
Cap. Virgílio Veiga.
1º Ten. Alvaro Manoel Goulart Filho.
1º Ten. Manoel Luiz da Silva Osório.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1955